AMANDA PACINI DE MOURA

Documentação e internacionalismo em Paul Otlet

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, área de concentração Cultura e Informação, linha de pesquisa Organização da Informação e do Conhecimento, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Marivalde Moacir Francelin

SÃO PAULO
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho para fins de estudo e pesquisa, por qualquer meio convencional ou eletrônico, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Moura, Amanda Pacini de
Documentação e internacionalismo em Paul Otlet / Amanda
Pacini de Moura. -- São Paulo: A. P. Moura, 2015.
151 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação - Escola de Comunicações e Artes /
Universidade de São Paulo.
Orientador: Marivalde Moacir Francelin
Bibliografia

1. Paul Otlet 2. Internacionalismo 3. Documento 4.
Documentação 5. História da Ciência da Informação I.
Francelin, Marivalde Moacir II. Título.

CDD 21.ed. - 020

Termos de Aprovação

Amanda Pacini de Moura

Documentação e internacionalismo em Paul Otlet.

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, área de concentração Cultura e Informação, linha de pesquisa Organização da Informação e do Conhecimento, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

Banca Examinadora:

Aprovada em:

____/____/____

Ao meu pai (*in memoriam*),
pelas partes suas que fazem parte de mim.

Agradecimentos

“Quer você se volte para a direita quer para a esquerda, uma voz atrás de você lhe dirá: ‘Este é o caminho; siga-o’.”

À minha mãe, por continuar me abrindo espaço para crescer, e por crescer comigo.

À minha irmã, por ser a outra metade de mim. Como sempre, *“I wouldn’t have nothing if I didn’t have you”*.

À Luciana, por livros, artigos, fofocas, desabafos, desafio e encorajamento intelectual, mas acima de tudo, pela amizade. *“You use steel to sharpen steel, and one friend sharpens another”*.

Ao professor Marivalde, por insistência, persistência e paciência, e por não deixar de apostar nas minhas ideias.

À Verônica, cuja amizade, desabafos e companhia do começo ao fim do mestrado me trouxeram leveza.

À Bruna, que esteve presente nos dramas do processo de pesquisa com encorajamento e amizade.

Às professoras Marilda, Johanna e Nair, que com generosidade contínua e constante fazem da academia um lugar no qual vale a pena estar.

À Adaci, à Regina, à Graziela e ao Caio, por amizade, carinho e companhia desde a graduação.

Aos professores Ron Day, Fidelia Ibekwe-SanJuan, John Budd, Ken Harold, Lai Ma, Michael Buckland e Jonathan Furner, pelo acolhimento generoso e gracioso do meu trabalho e da minha pessoa em Seattle.

Ao Carlos, pela companhia no Porto e pelas trocas sobre Otlet.

À professora Cristina e ao Davi (*in memoriam*), que mesmo antes de me conhecer se dispuseram a me ajudar com a bibliografia.

A toda minha “família estendida” de amigos, tios, avós e agregados que, mesmo sabendo pouco ou nada desse trabalho, mantiveram minha sanidade nesses dois anos e meio.

E ao CNPq pela bolsa concedida para realização deste trabalho.

Humanity does not pass through phases as a train passes through stations:
being alive, it has the privilege of always moving yet never leaving anything behind.

C. S. Lewis, *The Allegory of Love*

Resumo

O trabalho investiga a relação entre documentação e internacionalismo na obra de Paul Otlet (1868-1944), com foco particular no papel do internacionalismo sobre a formação das problemáticas e soluções em torno do documento. Adotaram-se como procedimentos metodológicos levantamento, revisão e análise bibliográfico-documental, constituindo-se um *corpus* da produção de Otlet e de textos de seus intérpretes. Observa-se a centralidade da Primeira Guerra Mundial na argumentação de Otlet quanto ao funcionamento da vida social, e os modelos descritivos baseados na biologia, na físico-química industrial e no racionalismo pelos quais ele compreende a dinâmica social. Expõe-se seu diagnóstico de crise de crescimento e adaptação das estruturas sociopolíticas frente à internacionalização – a insuficiência do Estado-nação, a proliferação das associações internacionais, a necessidade de uma Sociedade das Nações –, e aponta-se como o internacionalismo se manifesta em seu pensamento tanto como fato quanto como posição política. Discute-se o entendimento de Otlet quanto à documentação como um fenômeno sociotécnico, observando como sua construção fundamenta e fundamenta-se sobre uma visão evolucionária do homem e da sociedade. Observa-se sua articulação das figuras de matéria e força para descrever a ação da documentação sobre o pensamento humano, expondo o documento como condição material para as possibilidades de comunicação duradoura, construção de conhecimento objetivo e em última instância de coesão social. Demonstra-se o contexto do entre-guerras como o momento em que Otlet buscara viabilizar institucionalmente a relação entre documentação e internacionalismo por meio de uma nova estrutura organizacional, o *Palais mondial* (mais tarde *Mundaneum*), e pela demanda de reconhecimento pela Liga das Nações das demandas sociais por cooperação intelectual internacional. Expõe-se como Otlet conectaria assim o desenvolvimento de consenso e a possibilidade de ação democrática ao desenvolvimento do conhecimento e à organização dos documentos. Aponta-se, por fim, a interdependência entre documentação e internacionalismo em Otlet como exemplo da necessidade de se considerar os elementos políticos e sociais subjacentes às concepções teóricas e técnicas na Ciência da Informação.

Palavras-chave: Paul Otlet. Internacionalismo. Documento. Documentação. História da Ciência da Informação.

Abstract

This research investigates the relationship between documentation and internationalism in Paul Otlet's (1868-1944) thought, focusing specifically in how internationalism informs the problematics and solutions surrounding the document. The methods employed were bibliographic and documentary survey, review and analysis of a *corpus* of Otlet's texts, as well as texts from his interpreters. It observes the centrality of the First World War in Otlet's reasoning concerning the workings of social life, and the descriptive models based on biology, industrial physics and chemistry, and rationalism through which he understood social dynamics. It exposes his diagnosis of a crisis of social growth and adaptation to internationalization – the insufficiency of the Nation-State, the proliferation of international associations, the need for a Society of Nations –, and it establishes how internationalism manifests in his thought both as a fact and as a political position. It discusses Otlet's understanding of documentation as a sociotechnical phenomenon, following how its construction supports and is supported by an evolutionary view of man and society. It observes how he employs the images of matter and force to describe the effect of documentation on human thought, pointing out the document as the material condition for the possibilities of sustained communication, the development of objective knowledge and ultimately social cohesion. It demonstrates how in the years between the World Wars Otlet aimed to establish institutionally the connection between documentation and internationalism, both by conceiving a new organizational structure, the *Palais mondial* (later *Mundaneum*), and by arguing for the League of Nations' recognition of the social demands for international intellectual cooperation. It exposes how Otlet connected thus the development of social consensus and the possibility of democratic action to the development of knowledge and the organization of documents. Finally, it points out the interdependence between documentation and internationalism in Otlet's thought as an example of the need to consider the political and social elements underlying theoretical and technical conceptions in Information Science.

Keywords: Paul Otlet. Internationalism. Document. Documentation. History of Information Science.

Sumário

1 Introdução.....	17
2 Paul Otlet, internacionalista.....	27
2.1 A Guerra como evidência da vida mundial.....	29
2.2 Modelos e representações para a vida social.....	34
2.2.1 <i>Biologia e organicismo</i>	36
2.2.2 <i>Corpo, máquina e a organização das forças sociais</i>	40
2.2.3 <i>Racionalidade no corpo social</i>	46
2.3 A crise do Estado-nação e as associações internacionais.....	50
2.4 A anarquia internacional e a Sociedade das Nações.....	59
2.5 Internacionalismo e pacifismo.....	64
3 O documento no mundo, ou a documentação como fenômeno.....	71
3.1 O caráter documentário.....	72
3.2 O documento como livro e escrita.....	75
3.3 Evolução e o documento como máquina e cérebro.....	78
3.4 Pensamento e desdobramento.....	81
3.5 A matéria bibliológica e a documentação como molde.....	84
3.6 Documento e produção de conhecimento.....	92
3.7 O pensamento como força física e social.....	98
4 A organização racional do mundo.....	109
4.1 O projeto de Otlet frente à Liga das Nações.....	110
4.2 O <i>Palais mondial</i> , ou as associações internacionais no projeto da documentação.....	115
4.3 Cooperação intelectual, associações internacionais e a Liga das Nações.....	121
4.4 Conhecimento, documento e democracia.....	128
4.5 Epílogo, ou o <i>Mundaneum</i>	132
5 Considerações finais.....	135

6 Referências.....	139
---------------------------	------------

1 Introdução

La Bibliographie, c'est le premier moyen d'organiser les relations internationales.
Otlet, 1895

Belga de nacionalidade, advogado de formação, bibliógrafo autodidata e internacionalista de convicção, Paul Otlet (1868-1944) foi figura pública atuante em diversas questões de seu tempo, tais como cooperação internacional, urbanismo, museologia e educação. Assim como seu amigo e colaborador, o jurista e Nobel da Paz Henri La Fontaine (1854-1934), Otlet militou insistente e intensamente, em particular a partir da Primeira Guerra Mundial, pela reorganização das relações internacionais com vistas a se alcançar a paz mundial.

A inclusão de Otlet, assim como de La Fontaine, dentre os personagens e antecedentes históricos da Ciência da Informação, no entanto, decorre mais particularmente de seu trabalho pela organização internacional dos documentos – a elaboração da Classificação Decimal Universal (CDU) a partir da Classificação Decimal de Dewey (CDD); a formação progressiva do Repertório Bibliográfico Universal (RBU) e seus derivados; a definição teórico-conceitual do documento como unidade fundamental de trabalho e reflexão; entre outros –, assim como pela constituição de uma disciplina técnico-científica direcionada especificamente ao seu estudo, enunciada em sua forma mais desenvolvida no *Traité de documentation* (1934). A partir das iniciativas de Otlet, identifica-se o germe de construção da Documentação, vertente disciplinar dedicada à teorização e à prática da organização da informação técnico-científica, que viria a se estabelecer ao longo do século XX e constituir-se uma das linhas fundamentais na formação histórico-epistemológica da Ciência da Informação nas tradições europeias (ORTEGA, 2004, 2009a, 2009b).

As condições de inserção de Otlet no percurso de conformação do campo da Ciência da Informação passaram a receber renovada atenção a partir das décadas de 1980 e 1990 com o surgimento na academia anglófona do que veio a ser conhecido como Movimento Neodocumentalista: a redescoberta e a reavaliação, à luz de contextos contemporâneos, das reflexões desenvolvidas pelos documentalistas europeus na primeira metade do século XX, em particular Otlet e Suzanne Briet (1894-1989) (BUCKLAND, 1991a, 1991b, 1997; BUCKLAND; LUND, 2013; LUND, 2009; LUND; BUCKLAND, 2008). Destacam-se na releitura neodocumentalista de Otlet o enfrentamento da conceituação do documento e das

implicações nela subjacentes, assim como a observação de suas projeções técnicas, tecnológicas e conceituais.

No Brasil, onde a influência da Documentação via França e Espanha já disseminara a figura e a obra de Otlet¹, também as incursões dos neodocumentalistas tiveram repercussão, com o crescimento de reflexões nacionais em torno do conceito de documento que articulam as particularidades da conformação da Ciência da Informação brasileira à produção anglófona, tendendo assim a abordar, em maior ou menor grau, ideias otletianas e/brietianas².

Esta investigação pretende contribuir com o crescimento do corpo de conhecimentos relacionados às contribuições de Otlet para a Ciência da Informação, suprimindo o que identificamos ser nele uma importante lacuna: a carência de considerações referentes ao papel do ideário internacionalista de Otlet em suas construções referentes à documentação.

Delimitando nosso objeto de análise, é importante clarificar que neste trabalho considera-se por “documentação” a coletividade dos documentos, abarcada em sua totalidade real e potencial, e não unicamente as práticas de especialidade responsáveis por seu tratamento técnico, ou ainda a disciplina científica que Otlet pretendia estabelecer. “Documentário”, nesse contexto, adjetiva o universo que “documentação” circunscreve.

Procuramos assim expressar o que entendemos ser uma construção estabelecida por Otlet no *Traité* (1934) quanto à produção e à circulação de documentos como um fenômeno sociotécnico amplo e generalizado, a partir e em torno do qual seriam estabelecidos métodos, técnicas e uma ciência. Nessa perspectiva, a ambiguidade de “documentação” como, simultaneamente, coletividade de documentos e “ato de criar documentos”/“documentar” não seria danosa, dado que a existência da documentação enquanto fenômeno (totalidade dos documentos) seria decorrente da documentação enquanto ação (criar documentos) no universo otletiano.

Reconhecemos ser este um uso distinto do estabelecido na literatura, no qual “documentação” (assim como suas correlatas “documentar” e “documentário”) constitui designação referente a práticas de especialidade³, isto é, refere-se especificamente à atuação

¹ Ver, por exemplo, a tese de livre-docência de Hagar Espanha Gomes, defendida em 1975 na UFF (GOMES, 1975), e as publicações de Fonseca (1957, 1973) referentes à bibliografia e à bibliometria, assim como a inclusão de excerto traduzido do *Traité* em coletânea por ele organizada (FONSECA, 1986). Sobre a influência institucional da obra otletiana no Brasil do século XIX ao Estado Novo, ver Juvêncio (2014) e Oddone (2004).

² Ver, por exemplo, as coletâneas organizadas por Crippa e Mostafa (2011) e Freitas, Marcondes e Rodrigues (2010). Saldanha (2012, p. 102, 2013, p. 72) também indica autores brasileiros envolvidos nesse tipo de abordagem.

³ Como apontam, por exemplo, Ortega (2009b, p. 60), segundo quem “em geral, a forma ‘documentação’ é usada para indicar o conjunto de técnicas de organização da informação visando recuperação, acesso e uso [...]”, e

técnico-profissional responsável pela produção de documentos secundários a partir de documentos primários. Considera-se, no entanto, que a opção adotada seja necessária para delimitar o objeto abarcado por nosso recorte – a visão fenomênica que Otlet sustentaria dos documentos.

Por essa mesma razão, nosso texto desconsidera a diferenciação entre documentos primários e secundários, diferenciação esta que se sustenta sobre a concepção especialista de “documentação” com a qual não trabalhamos aqui⁴. Nos momentos em que os elementos em discussão forem porventura os específicos da atuação técnico-profissional sobre os documentos, tal particularidade será especificada explicitamente como “tratamento” ou “tratamento técnico” dos documentos.

Atendendo ainda ao propósito de expressar nossa abordagem específica por meio da linguagem adotada e evitar confusões terminológicas, não empregaremos nenhuma das diversas designações – “Bibliologia”, “Documentação”, “Documentologia” – adotadas por Otlet e por autores subsequentes ao referirmo-nos ao campo de estudos proposto por Otlet, salvo em caso de citação direta. Em nossa redação, faremos uso de expressões menos específicas, como “ciência dos documentos” ou “ciência da documentação”; por vezes substituindo “ciência” por “disciplina científica”, “campo disciplinar”, “campo de estudos” ou simplesmente “estudo”.

Pretendemos assim precisar suficientemente o objeto de referência – a proposta de Otlet de tomar o fenômeno da documentação como objeto de investigação científica, constituindo para isso um campo disciplinar dedicado a ele – sem engajar nas questões levantadas pelas oscilações de nomenclatura do próprio Otlet. Entendemos que fazê-lo geraria um desvio em nosso percurso de pesquisa, uma vez que tais variações terminológicas e suas implicações são amplamente discutidas na bibliografia da Ciência da Informação e carregadas de referências semânticas e disciplinares específicas, por vezes construídas posteriormente a

Buckland (1997, p. 805), que identifica “documentação” com “um conjunto de técnicas desenvolvidas para lidar com documentos significativos (ou potencialmente significativos) [...]” (*[...] a set of techniques developed to manage significant (or potentially significant) documents [...]*).

⁴ É relevante notar, inclusive, que a distinção entre documentos primários e secundários e o emprego da expressão “documentação” e suas correlatas em referência estrita à prática de especialidade seriam elaborações *posteriores* a Otlet, adotadas pela vertente disciplinar da Documentação representada por Briet (1951), e também largamente expressa e tratada na bibliografia espanhola da disciplina (ver, por exemplo, López Yepes (1995)). Nesse sentido, frisamos a necessidade de se observar o quanto e de que modo as interpretações tradicionalmente estabelecidas de Otlet decorreriam ou não do tratamento dado a ele por autores e personagens subsequentes da Documentação – perspectiva essa sugerida, sob diversos ângulos, por Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 338-340), Buckland (1991b, p. 587) e Saldanha (2012, p. 146).

Otlet⁵. Nesse sentido, notamos que nosso esparso uso da expressão “Documentação”, grafada em maiúscula, será realizado apenas em referência à vertente disciplinar que sucede Otlet, conforme já empregado acima.

Reforçamos que as escolhas de expressão e nomenclatura realizadas neste trabalho pretendem-se justamente como tais: *escolhas*, dentre outras possibilidades válidas, e decorrentes de uma abordagem específica e delimitada que consideramos demandar um tratamento particular em meio às variantes, tradições e oscilações terminológicas da Ciência da Informação, de modo a produzir um texto o mais claro possível. Elas devem, portanto, ser entendidas enquanto tais, e não como prescrições de expressões pretensamente ideais para a descrição e o estudo dos textos otletianos.

Nesse sentido, a situação problemática que contextualiza nossa investigação parte da perspectiva de que, embora seja compreensível que as abordagens de Otlet ancoradas na Ciência da Informação tendam a se centrar sobre questões mais estritamente relacionadas à documentação, uma vez que dialogam mais claramente com os estudos contemporâneos de informação, é possível notar uma tendência ao apagamento das convicções e da militância internacionalista de Otlet enquanto elementos relevantes de pesquisa na área. Mesmo com o contínuo reconhecimento na bibliografia da existência de uma faceta internacionalista da atuação otletiana, e da onipresente asserção de que Otlet via nos documentos e em sua organização um recurso fundamental para a paz mundial, percebe-se que tais observações resultam majoritariamente da consideração do internacionalismo como aspecto extirpável da documentação enquanto objeto de estudo, e não como elemento integral a ela.

Nossa pesquisa assume a abordagem oposta, assumindo a existência de uma relação entre internacionalismo e documentação no pensamento de Paul Otlet, e propondo-se identificá-la, analisá-la e discernir sua importância.

⁵ A título de exemplo, observe-se que quatro autores, todos analisando o *Traité*, chegam a conclusões diferentes relativas à nomenclatura mais representativa do projeto científico-disciplinar de Otlet:

- Ayuso García (1995a, p. 648-649, 711) defende a adoção de “Documentação” afirmando que esta expressa uma ampliação fundamental em relação à “Bibliologia”, mas descarta “Documentologia” devido a seu emprego restrito (apenas em duas ocasiões) e a suposta ausência nela de uma carga conceitual específica (ela teria apenas a proximidade formal com “Bibliologia” a seu favor).
- Saldanha (2012, p. 145-147) afirma que “Documentação” no *Traité* se limita unicamente ao conjunto de técnicas, sendo o campo científico designado majoritariamente por “Bibliologia”; ele argumenta que a associação de Otlet com o “discurso da Documentação” (SALDANHA, 2012, p. 145) alicerçar-se-ia mais em sua leitura por Briet do que na própria linguagem otletiana.
- Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 307) frisam a ênfase de Otlet de afastar-se das limitações de “Bibliologia”, explicando o emprego desta expressão e suas correlatas como necessidade de dialogar na terminologia vigente em seu tempo; eles também notam a inexistência do uso de “Documentação” para designar a teoria ou a ciência dos documentos, defendendo assim a adoção da forma “Documentologia”.

As análises dos quatro autores compartilham da percepção de que em Otlet identifica-se um movimento de transição e transformação terminológica, as divergências de conclusão dando-se devido aos ângulos de abordagem e consequentemente à interpretação dada a esse processo.

Esclarecemos que nossa investigação se restringe à análise do *projeto* de Otlet, isto é, nos interessa analisar não sua trajetória pessoal, mas as ideias, modelos e conceitos articulados por ele no esforço de propor o internacionalismo e a documentação enquanto fatos da realidade e soluções sociais. Consideramos, assim, a necessidade de estender seu pensamento, enquanto objeto de estudo da Ciência da Informação, dos elementos estritamente técnico-documentários ao que entendemos serem suas fundações e implicações sociopolíticas. Entendemos que nossa abordagem de estudo possa vir a contribuir para pensar-se tanto aspectos históricos quanto contemporâneos da Ciência da Informação, na medida em que dialoguem com questões levantadas por Otlet, tanto como autor quanto como objeto de investigação; no entanto, frente aos limites que caracterizam uma investigação científica, focamo-nos em discutir e compreender o projeto otletiano – as articulações de ideias que o sustentam, suas coerências e contradições internas –, na expectativa de que a análise desses elementos possa contribuir para novas discussões.

Como hipótese de trabalho, defende-se que o projeto de Otlet para a documentação constituiria um projeto internacionalista, dispondo assim de problemáticas e modelos prescritos por um entendimento internacionalista da dinâmica social. A relação entre internacionalismo e a documentação, tanto enquanto fenômeno quanto em sua organização, seria fundamentada na interdependência, na medida em que, na ótica de Otlet, ambas compartilhariam um mesmo conjunto de conceitos essenciais.

De modo a testar essa hipótese, esta pesquisa se coloca os seguintes objetivos específicos:

- Esclarecer a visão internacionalista de Otlet quanto à formação e ao funcionamento da sociedade, identificando suas posições e modelos explicativos em meio às discussões de guerra, paz e colaboração internacional de sua época;
- Analisar a concepção de Otlet quanto ao documento como fenômeno social, observando como em torno e por meio de seus aspectos técnicos Otlet articula suas compreensões referentes à evolução biológica e social do homem, à construção do conhecimento e à comunicação e às relações sociais humanas;
- Identificar e apontar, na sobreposição de modelos explicativos e estruturas institucionais e organizacionais adotados por Otlet em suas análises sociológicas e documentárias, os pressupostos internacionalistas da função social do documento, e, inversamente, os pressupostos documentários da organização internacional da sociedade.

Pretende-se que, atingindo-se esses objetivos, cumpra-se o propósito mais amplo de descrever adequada e suficientemente a relação entre documentação e internacionalismo conforme elaborada e expressa nos textos otletianos.

A metodologia adotada para essa investigação compreendeu levantamento, revisão e análise bibliográfico-documental. O *corpus* assim formado e trabalhado divide-se essencialmente entre textos da produção bibliográfica do próprio Otlet, e textos do conjunto de produção que interpreta sua obra, nas línguas inglesa, francesa, espanhola e portuguesa. Adotou-se a perspectiva da bibliografia secundária enquanto interpretação e comentário de Otlet, de modo que a seleção deste conjunto de textos orientou-se fundamentalmente pela identificação de possibilidades de diálogo entre nossa abordagem dos textos e temáticas otletianas e as realizadas por outros autores.

Da autoria de Otlet, estudaram-se seus principais textos trabalhados no campo da Ciência da Informação, assim como duas obras-chave para compreender seu pensamento internacionalista: no primeiro grupo, tem-se o *Traité de documentation* (1934), sua obra mais completa e tardia sobre as questões relativas aos documentos, e a coletânea de artigos selecionados e traduzidos para o inglês por Rayward (1990c); no segundo, um de seus principais textos produzidos durante a Primeira Guerra Mundial⁶, *Les problèmes internationaux et la guerre* (1916), e *Monde* (1935), um de seus últimos livros, publicado no ano seguinte ao *Traité*. Em *Problèmes*, Otlet diagnostica extensivamente a situação do conflito mundial e suas causas, analisando como todos os aspectos da vida social foram atingidos e transformados pela internacionalização do mundo e propondo a instalação de um organismo supranacional responsável pela governança global; vinte anos depois, o texto de *Monde* amplia, sintetiza ou reproduz muitas de tais elaborações, abordando não apenas a vida social internacionalizada, e sim a totalidade dos elementos do universo.

É importante notar que, particularmente no que se refere a estes dois últimos livros, tratá-los exaustivamente ultrapassaria por completo os limites delimitados por esta investigação. Assim, os trechos trabalhados de *Problèmes* e *Monde* foram selecionados tendo em vista a discussão do internacionalismo na conformação das problemáticas da documentação. De *Problèmes*⁷ foram considerados os tópicos referentes à natureza da guerra e da paz, à dinâmica social, à vida intelectual e à organização da Sociedade das Nações, além

⁶ Arnau Rived (1993, p. 279-290) apresenta uma breve seleção das obras produzidas por ele durante a Guerra e uma exposição de suas ideias gerais.

⁷ Na estrutura do livro, trata-se dos tópicos: 1 *La guerre*; 23 *Les facteurs sociaux: les hommes et la société*; 26 *Facteurs culturels: la vie intellectuelle*; 31 *Conception générale de la Société des Nations*; 4 *Conclusions sur l'internationalisme, sur la sociologie internationale, sur les causes de la guerre et les conditions corrélatives d'une paix durable e sur l'avenir*.

de apresentações gerais e conclusões; de *Monde*⁸, os tópicos referentes à organização geral da sociedade, ao aspecto intelectual da vida social e aos produtos da ação humana no mundo, dentre os quais a documentação, além de observações dos apêndices sobre sua proposta organizacional máxima do *Mundaneum*.

Outros textos de Otlet, assim como de La Fontaine (LA FONTAINE, 1923; OTLET, 1908, [1914] 1917, 1923, 1929; UNION DES ASSOCIATIONS INTERNATIONALES, 1921), também foram utilizados na medida em que ilustram e enriquecem aspectos específicos do internacionalismo.

Dentre a produção anglófona sobre Otlet, alicerçamo-nos sobre as observações de Day (1997, 2001, 2014) e Rieusset-Lemarié (1997) referentes aos aspectos e implicações internacionalistas do pensamento de Otlet sobre documentação e informação.

As análises de Day enfatizam a existência no pensamento otletiano de uma relação entre documento e construção do espaço social, e afirmam a importância de compreender a concepção otletiana do documento em conexão com os propósitos de paz mundial e cooperação internacional defendidos por Otlet, de modo que as descrições e prescrições otletianas referentes à documentação não poderiam ser compreendidas simplesmente como soluções e inovações técnico-práticas, mas igualmente como construções ancoradas e conectadas à sua projeção de perspectivas futuras para a sociedade humana.

Rieusset-Lemarié, embora não enfoque a conceptualização da documentação, aponta a relação entre as estruturas institucionais e organizacionais projetadas por Otlet para a organização e a disseminação da informação e seu entendimento quanto à dinâmica de crescimento e desenvolvimento sociais e aos fundamentos de uma sociedade democrática.

Da produção de Rayward sobre Otlet, trabalhamos em particular com seu estudo analítico-biográfico de doutorado (RAYWARD, 1975), suas análises (RAYWARD, 1967, 1994b, 1997, 2010a, 2010b) e comentários de tradução (RAYWARD, 1990a, 1990b, 1990c). Também contribuíram para a composição de nossa abordagem suas reflexões quanto ao contexto histórico otletiano (RAYWARD, 1983, 2008, 2014), à natureza da trajetória de Otlet e ao processo de pesquisá-lo (RAYWARD, 1991, 2012), ao estado da historiografia otletiana (RAYWARD, 1968, 1993, 2003), e ao lugar de Otlet em meio aos estudos históricos e ao panorama de pioneiros da Ciência da Informação (RAYWARD, 1985, 1994a, 1996, 2004).

⁸ Na estrutura do livro, trata-se dos tópicos: 12 *L'Homme*; 130 *La Société: Questions générales*; 135 *La Société: Le Social*; 137 *La Société: L'Intellectuel, le Culturel*; 5 *Les Créations de l'Homme*; 6 *L'Expression. La Documentation*, além dos apêndices II. *Plan mondial* e IV. *Mundaneum. Cité mondiale*.

Trabalhamos também com as leituras críticas de Frohmann (2001, 2004, 2008) e Ducheyne (2005, 2009) sobre a obra otletiana, assim como com as avaliações de Buckland (1991a, 1991b, 1997, 2012), Van den Heuvel (2008, 2009; VAN DEN HEUVEL; RAYWARD, 2011; VAN DEN HEUVEL, SMIRAGLIA, 2010) e Van Acker (2009, 2011a, 2011b, 2012), essenciais para a construção de nosso recorte e abordagem.

Dentre as publicações em francês, os principais estudos com os quais dialogamos tanto na redação final quanto na concepção da pesquisa foram o trabalho de Fayet-Scribe (2001) sobre o histórico de formação da Documentação francesa, o estudo de Rasmussen (1995) sobre o internacionalismo científico do período antecedente à Primeira Guerra, e as análises de Crombois (1995, 1998, 2010) quanto ao entrecruzamento entre bibliografia, sociologia e cooperação internacional nos meios intelectuais belgas da virada do século XIX para o XX.

As publicações do centro de arquivos do *Mundaneum*⁹, em particular textos reunidos em coletâneas sobre temáticas otletianas (CENT ANS, 1995; GILLEN, 2012; PAUL OTLET, 2010), foram também trabalhadas na medida em que forneceram apreciações referentes aos aspectos políticos e filosóficos da obra e do pensamento de Otlet, assim como de aspectos do pacifismo de sua época. Também a biografia de Levie (LEVIE, 2003a; L'HOMME, 2002) participou da estruturação de nossa pesquisa, assim como a análise de Schroeder-Gudehus ([1978]¹⁰ 2014) sobre a cooperação científica internacional no período do entre-guerras.

Da produção em espanhol, centramos nos estudos interpretativos do *Traité* publicados no idioma – a leitura de Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983) presente em sua monografia sobre a Documentação, e as considerações terminológicas desenvolvidas por Ayuso García (1995a) em sua tese de doutorado –, tendo também participado da elaboração de nossa abordagem o esforço de Sagredo Fernández (2004) por identificar conexões textuais entre os textos internacionalistas de Otlet e os documentos fundadores da Liga das Nações e da Organização das Nações Unidas (ONU), e as apreciações de Sander (2002, 2004) quanto à conceptualização do documento por Otlet e de seu projeto de sociedade.

Dentre a produção brasileira, dialogamos em nosso texto com as reflexões de Mendes (2014) sobre o Movimento Bibliográfico e de Saldanha (2012, 2013; BEZERRA, SALDANHA, 2013) sobre o lugar das construções otletianas no panorama da Ciência da

⁹ Na década de 1990, foi estabelecida em Mons, Bélgica, uma instituição sem fins lucrativos dedicada à preservação e à disponibilização dos arquivos pessoais e profissionais de Otlet e La Fontaine, e ao fomento e disseminação de sua memória. Nomeada *Mundaneum*, em referência ao projeto final de Otlet, a instituição vem desde então disponibilizando esses acervos para consulta física e remota, promovendo e contribuindo com colóquios e seminários, e publicando artigos e monografias referentes a Otlet, La Fontaine e seus campos de atuação. Para mais informações consultar o *site* da instituição: <<http://www.mundaneum.org>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

¹⁰ A edição de 2014 constitui reedição eletrônica fac-similar do original de 1978.

Informação, tendo ainda como referências estruturantes as considerações de Tálamo et al (2002) e Tálamo e Smit (2007) quanto à memória do campo, e de Ortega (2004, 2009a, 2009b, 2010, 2011) quanto à sua construção histórica.

Com base em tais critérios e percursos metodológicos, e para levar a efeito os objetivos e hipóteses acima estabelecidos, este trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos, acrescidos desta introdução e de considerações finais.

O capítulo de número 2 expõe os elementos que configurariam a perspectiva internacionalista de Otlet, dispondo-os em torno de sua compreensão quanto à ocorrência da Primeira Guerra Mundial. Observam-se as concepções e os modelos abstratos por meio dos quais Otlet descreve a dinâmica social e a ocorrência dos fenômenos de paz e guerra; a transformação nas demandas organizacionais que ele identifica ocorrer pela internacionalização da sociedade – a insuficiência da estrutura do Estado-nação, a proliferação das associações internacionais, e a necessidade da coordenação geral desses elementos –; e as correspondências e divergências entre internacionalismo e pacifismo no pensamento de Otlet.

O capítulo de número 3 examina e discute o entendimento de Otlet quanto à documentação como um fenômeno sociotécnico com efeitos transformadores sobre as relações e a história humanas. Partindo de suas primeiras definições tentativas do que seria um documento, aponta-se como Otlet constrói a ideia de documentação por meio de relações metonímicas com a escrita e o livro, e como essa construção fundamenta e fundamenta-se sobre sua visão evolucionária do homem e da sociedade. Observam-se o desenvolvimento dos conceitos de materialização e desdobramento para articular a ação dos documentos sobre o pensamento humano; as figuras deles decorrentes do documento como molde e como máquina; e as implicações dessa compreensão para a comunicação humana e a construção de conhecimento.

O capítulo de número 4 reúne e confronta as observações e análises dos dois capítulos prévios, situando-as ainda sobre o pano de fundo da atuação de Otlet durante o período do entre-guerras, de modo a elucidar a relação entre documentação e internacionalismo em um momento em que o próprio Otlet buscava viabilizá-la política e institucionalmente. Analisam-se as diferenças entre o esquema de governança internacional projetado por Otlet durante a Guerra e a organização adotada pela Liga das Nações; a articulação das associações internacionais como estruturas de organização internacional da documentação no *Palais mondial*; a função política que Otlet identifica para a documentação, baseada na relação entre

construção de conhecimento, construção de consenso e democracia; e a apoteose de suas abstrações no *Mundaneum*, frente à falência política e financeira de seus projetos concretos.

2 Paul Otlet, internacionalista

*Le monde est un ensemble d'utopies réalisées.
Otlet, 1911*

De acordo com as biografias realizadas por Rayward (1975, p. 146, 151) e Levie (2003a, p. 101, 115-123), a atuação efetiva de Otlet com questões relacionadas ao internacionalismo data de mais de uma década após o início de seus trabalhos com bibliografia e documentação, em 1893¹¹. Rayward (2010b, p. 30-31), em especial, aponta que o direcionamento das atividades de Otlet no sentido do internacionalismo teria sido estimulado por dois importantes eventos da primeira década do século XX: o Congresso Internacional para a Expansão Econômica Mundial, realizado em 1905 em Mons, Bélgica, e a segunda Conferência Internacional da Paz de Haia¹², Holanda, ocorrida em 1907.

O primeiro, de particular relevância no contexto belga, fora organizado sob patrocínio do governo e sob a presidência do rei com o “[...] prover uma espécie de ‘síntese’ ou ‘coroação’ de todas os outros”¹³ (RAYWARD, 1975, p. 146) congressos e conferências em realização na Bélgica durante o mesmo ano em ocasião da Exposição Universal de Liège (RASMUSSEN, 1995, p. 286-287). Na participação de Otlet no Congresso – ele apresentaria propostas e viria a compor uma comissão governamental resultante das resoluções do evento – Rayward (1975, p. 148-157, 172-173) discerne ligações diretas tanto com seu ímpeto de diversificar e ampliar suas atividades documentárias, quanto com seu envolvimento a partir de então central com as associações internacionais.

No que se refere à Conferência de Haia, Otlet se colocaria como atento observador de discussões e resoluções, publicando no mesmo ano suas conclusões em um ensaio, intitulado “A Lei de Ampliação e o Internacionalismo” (*La Loi de l'Ampliation et*

¹¹ Usamos como referência a data de estabelecimento do *Office international de Bibliographie sociologique*, antecedente do OIB, embora Otlet tivesse iniciado suas primeiras atividades com a bibliografia já em 1891, organizando a jurisprudência belga nos *Pandectes belges* do advogado e jurista Edmond Picard (1836-1924) (LEVIE, 2003a, p. 51-54; RAYWARD, 1975, p. 29-35).

¹² A segunda Conferência de Haia foi realizada entre junho e outubro de 1907 tendo como propósito expandir resoluções tomadas na primeira Conferência, de 1899. Esta última estabeleceu o Tribunal Permanente de Arbitragem, mas falhara em promover medidas para o desarmamento; o evento de 1907 fracassaria em fazer avançar convenções para a resolução pacífica de conflitos internacionais, alcançando progressos mínimos. (Fonte: <<http://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199743292/obo-9780199743292-0115.xml>>. Acesso em: 12 out. 2014.)

¹³ [...] to provide a kind of "summary" and "crown" of all the others.

l'Internationalisme)¹⁴, cujas ideias viriam a ser por ele reiteradas e retrabalhadas em publicações subsequentes (RAYWARD, 1975, p. 173-174).

Ambos os eventos, é importante frisar, não teriam sido os primeiros contatos de Otlet com questões relacionadas a relações internacionais: sua atividade relacionada aos documentos teria sido marcada desde o início pela preocupação com a necessidade de organização num plano internacional por meio de conferências, um organismo de escopo mundial e cooperação dos governos nacionais (RAYWARD, 1975, p. 34-35, 44-45, 47-49). Entusiasta quanto às possibilidades de instrução e esclarecimento público providas pelas Exposições Universais¹⁵ (OTLET, 1916, p. 303; RAYWARD, 1975, p. 151, 182), Otlet exporia seu trabalho bibliográfico-documentário na Exposição de Paris de 1900 e apoiaria a proposta de sua transformação em um museu permanente (RAYWARD, 2008, p. 3, 2014, p. 9). Em 1915, ele mesmo afirmaria que “*Por vinte anos o estudo de questões internacionais tem sido uma das minhas preocupações*”¹⁶ (OTLET, [1915] 1990, p. 130, grifo nosso), datando seu envolvimento com questões internacionais desde a fundação do *Office international de bibliographie* (OIB) e do *Institut international de bibliographie* (IIB), em 1895.

O Congresso de 1905 e a Conferência de 1907 teriam, no entanto, agido como importantes catalisadores da ação de Otlet, redimensionando sua atividade pública e despertando, direcionando e moldando as expressões específicas de sua subsequente atuação internacionalista (LEVIE, 2003a, p. 122-123; RAYWARD, 1975, p. 190). Sobre esse período, Rayward (1975, p. 172, grifo nosso) ainda observa que “Gradualmente as visões de Otlet e La Fontaine quanto à organização internacional se tornaram *mais amplas e mais informadas*, embora La Fontaine¹⁷, é claro, tivesse uma ampla perspectiva internacionalista há muitos anos”¹⁸. A formação do *Office central des Associations internationales*, em 1907, e seu estabelecimento definitivo na forma da *Union des Associations internationales* (UAI), em

¹⁴ O texto foi publicado no mesmo ano pela revista *Mouvement sociologique international*, editada pela *Société belge de Sociologie*, e no ano seguinte foi reeditado como monografia (RAYWARD, 1975, p. 173-174).

¹⁵ Surgindo em meados do século XIX como grandes eventos internacionais de cunho industrial e comercial, as Exposições Universais teriam progressivamente desenvolvido também aspectos de propaganda e educação, assim como se tornado eventos-âncora para conferências e congressos internacionais de diversas naturezas, em particular em seu ápice durante o período que viria a ser conhecido como a *belle époque* (entre 1890 e 1914). Sobre as relações entre Otlet e as Exposições Universais, ver Moura (2011) e Rayward (2008, 2014).

¹⁶ For twenty years the study of international matters has been one of my concerns.

¹⁷ Sobre a atuação política de La Fontaine, incluindo – mas não se limitando – a seu à sua perspectiva internacionalista, ver Bernard (1995), Grossi (2012), Guieu (2012), Thyssens (1995) e Verbruggen, Van Acker e Laqua (2012).

¹⁸ Gradually Otlet and La Fontaine's views about international organisation had become wider and more informed, although La Fontaine, of course, had had a broad internationalist viewpoint for many years.

1910, estariam assim inevitavelmente relacionadas ao envolvimento de Otlet com esses eventos anteriores.

Nossa apreciação do internacionalismo de Otlet, no entanto, não segue uma exposição cronológica, mas parte de um elemento que, embora ocorrendo posteriormente, tornar-se-ia central na argumentação otletiana quanto aos fatores de organização internacional da sociedade: a Primeira Guerra Mundial. Conquanto não tenha sido o ponto de partida do internacionalismo de Otlet, a Guerra¹⁹ constituiria para ele o exemplo fundamental e mais claro das dinâmicas em funcionamento na sociedade de seu tempo, dinâmicas estas expostas em uma prolífica produção escrita²⁰ e uma ativa militância política pelo internacionalismo durante todo o conflito²¹.

2.1 A Guerra como evidência da vida mundial

Em 1915, exilado na França devido à invasão da Bélgica pela Alemanha²², Otlet redige uma carta às autoridades da cidade de Paris com o propósito de esclarecer sua posição e suas atividades políticas²³. O resultado é um breve *tour de force* de suas concepções do mundo e do conflito, em que ele frisa enfaticamente as diferenças entre internacionalismo e pacifismo com o intuito de demonstrar como, embora à distância aparentassem ser semelhantemente opostas ao esforço de guerra, as duas correntes de pensamento divergiriam em sua visão quanto à Guerra e quanto ao funcionamento da sociedade. Otlet afirma que:

O Pacifista deseja paz a qualquer preço. Esse sentimento o engana quanto à bondade humana e não encoraja o pensamento racional sobre causas

¹⁹ Ao longo de nosso texto, utilizaremos por vezes a grafia “Guerra” (em maiúscula, de modo a diferenciá-la de “guerra”, referente aos conflitos bélicos em geral), como sinônimo da designação Primeira Guerra Mundial ao lidar e expor as discussões de Otlet, dado que, enquanto contemporâneo do ocorrido, para ele a expressão hoje corrente não existia.

²⁰ Apenas dois meses após a deflagração da Guerra, em outubro de 1914 e com Bruxelas já sob ocupação alemã, Otlet publica *La fin de la guerre*, texto no qual expressa as ideias que viriam a nortear sua atuação durante todo o conflito (LEVIE, 2003a, p. 163; RAYWARD, 1975, p. 203).

²¹ Otlet passaria quase a totalidade do conflito fora da Bélgica, trabalhando junto a sociedades e organizações pacifistas e internacionalistas na Holanda, Suíça e França, além de passar brevemente pela Inglaterra e pela Espanha. Segundo Levie (2003a, p. 165-167), Otlet teria deixado o território belga no fim de 1914 em busca de notícias do paradeiro de seu filho mais novo, desaparecido em batalha; o governo da ocupação alemã teria em seguida interditado seu retorno ao país, forçando-o ao exílio.

²² Apesar do anúncio de neutralidade do governo belga em 1º de agosto de 1914, a Alemanha declarou guerra à Bélgica três dias depois, invadindo o território belga menos de um mês depois. (Fonte: <<http://www.bbc.co.uk/remembrance/timeline/index.shtml>>. Acesso em: 14 out. 2014.).

²³ Rayward (1975, p. 203, 206, 1990c, p. 133) e Manfroid e Gillen (2010, p. 66) apontam que as atividades internacionalistas de Otlet lhe valeram a acusação de pacifista e traidor pela imprensa francesa e por parte da comunidade belga exilada, chegando Otlet a ter seu ingresso na França temporariamente impedido. Levie (2003a, p. 169, 174) reitera a proibição da entrada de Otlet no território francês, mas a situa em data posterior (1916) à carta citada, afirmando, no entanto, que Otlet teria sido objeto de vigilância das autoridades francesas durante todo o período da Guerra.

sociológicas. [...] O internacionalista aguarda uma paz duradoura e uma melhor organização das relações entre os povos que deve ser seu fruto natural. Paz a qualquer preço, paz sem justiça, paz sem segurança de continuidade amanhã não lhe interessa²⁴ (OTLET, [1915] 1990, p. 131).

A posição internacionalista, para Otlet, diferenciava-se da pacifista pela natureza da paz que buscava e pelas bases que identificaria para sua obtenção. A paz desejada pelo internacionalismo seria a “paz duradoura”, com “segurança de continuidade”: tratar-se-ia não apenas de encerrar a Guerra, mas de encerrá-la de um modo que entendesse e atendesse às causas sociológicas que a motivaram, para que o fenômeno da guerra mundial não viesse a se repetir. Uma paz “injusta e instável”²⁵, afirma Otlet (1916, p. 36-37), seria “ela mesma ponto de partida para novas guerras”²⁶.

A posição defendida por Otlet não ambicionaria eliminar o fenômeno das guerras por completo; isso seria, segundo ele, aderir a um sentimento enganoso e ignorar o pensamento racional que deveria basear a ação internacionalista, dado que o elemento de conflito subjacente às guerras seria um aspecto estrutural e fundamental das sociedades humanas. Inversamente, em resposta aos que viam nas guerras um desdobramento social não apenas natural, mas por vezes benéfico e até necessário, e essencialmente incontrolável, Otlet (1916, p. 33) insistia na possibilidade de se “neutralizar os efeitos”²⁷ da guerra, de modo semelhante aos esforços de controle e neutralização de outros fenômenos sociais nocivos, como o absolutismo, a escravidão, a tortura e a submissão feminina. Para isso, seria necessário promover uma melhor organização das relações entre os povos, de modo a minimizar as dimensões, os efeitos e os danos das disputas.

Em *Problèmes*, Otlet (1916, p. 141) descreve a dinâmica social e define o lugar do elemento de conflito, ao identificar como “os modos de ação social”²⁸ dois pares de tendências opostas: organização e anarquia, e cooperação e luta. Sobre este último duo, ele afirma:

Há na sociedade dois grandes movimentos análogos aos da natureza cósmica, uma força que separa: luta, competição, rivalidades, guerra (força centrífuga); e uma força que une: associação, cooperação, organização, paz (força centrípeta).

²⁴ The Pacifist wishes for peace at any price. This sentiment deludes him about human goodness and does not encourage rational thinking about sociological causes. [...] The internationalist waits for a lasting peace and for a better organisation of the relationships between people which should be its natural fruit. Peace at any price, peace without justice, peace today without surety of its lasting tomorrow holds no interest for him.

²⁵ [...] injuste et instable [...]

²⁶ [...] point de départ elle-même de nouvelles guerres.

²⁷ [...] neutraliser les effets [...]

²⁸ [...] les modes d'action sociale.

Tudo o que existe é, no mundo social como no mundo físico, a resultante efêmera, transitória do conflito entre essas duas forças²⁹.

A tendência à guerra e à disputa era para Otlet constituinte do fenômeno social, mas igualmente o era a tendência à paz e à cooperação, sendo a própria existência dessa oposição de forças ela mesma um conflito contínuo e interminável, posto que estrutural da realidade física e social. O reconhecimento de tais condições, assim como a consciência de que elas estariam em ação onde quer que houvesse atividade social humana, seria fundamental para a visão internacionalista de mundo, relacionando-se ao argumento de que o correto entendimento das causas sociológicas era essencial para o esforço pela paz.

É nesse contexto que se insere a afirmação de Otlet (1916, p. 426) de que uma organização internacional “[...] não poria certamente fim às lutas e aos conflitos. Estes são a própria essência da vida. Mas eles seriam transformados, assim como o foram os conflitos internos”³⁰. A posição internacionalista otletiana defendia assim a possibilidade de transformação, e não abolição, das disputas sociais por meio da organização: os conflitos eram considerados elementos naturais da sociedade e essência da vida social, mas os modos de sua manifestação e sua resolução – por meio de enfrentamento militar e imposição de força, ou por meio de acordo e arbitragem democráticos – eram percebidos como passíveis de intervenção e mudança.

A concepção internacionalista de sociedade segundo Otlet recusava assim a possibilidade tanto das conclusões pacifistas quanto das belicistas em suas respectivas determinações da paz ou da guerra como absolutos; e em seu lugar delimitava um espaço para a ação humana, considerada transformadora do mundo físico e social. A inexorabilidade das forças centrífuga e centrípeta na sociedade estabeleceria alternativas inescapáveis para o futuro, mas, diante dessas alternativas, a humanidade seria investida de funções de ação, decisão e administração. Na carta de 1915, por exemplo, Otlet é tão enfático na exortação à responsabilidade de ação e direcionamento do amanhã que chega a afirmar a seus contemporâneos que “nossos mortos nos renunciarão”³¹ pela insistente negligência do dever de assumir a organização das relações internacionais face aos sacrifícios da Guerra (OTLET, [1915] 1990, p. 132-133).

²⁹ Il y a dans la société deux grands mouvements analogues à ceux de la nature cosmique, une force qui sépare : lutte, compétition, rivalités, guerre (force centrifuge); et une force qui unit: association, coopération, organisation, paix (force centripète). Tout ce qui existe est, dans le monde social comme dans le monde physique, la résultante éphémère, transitoire du conflit de ces deux forces.

³⁰ [...] ne mettrait certainement pas fin aux luttes et aux conflits. Ceux-ci sont de l'essence même de la vie. Mais elles seraient transformées, comme l'ont été les conflits intérieurs.

³¹ [...] our dead will renounce us.

Assim, quando Otlet (1916, p. 141) conclui sua apreciação das forças sociais afirmando que “Nesse momento o homem pode escolher entre essas duas forças: guerra ou cooperação de nações, tal é o dilema”³², entende-se que ele não sugeria a possibilidade de eliminação total das guerras, mas frisara a alternativa que se apresentava diante da humanidade de direcionar os futuros desdobramentos sociais no sentido de uma ou outra dessas forças motoras do mundo. A ideia de organização defendida por Otlet como elemento de oposição à anarquia reitera essa compreensão, uma vez que ele entende anarquia como abandono das forças sociais ao seu próprio curso, enquanto a organização “[...] repousa em suma sobre três termos: saber, prever, querer”³³ (OTLET, 1916, p. 144), ou seja, pressupõe intervenção informada e direcionamento voluntário.

É justamente em decorrência dessa concepção particular de ação social que, ao mesmo tempo em que Otlet recusava o pressuposto pacifista, ele argumentava pela possibilidade e até mesmo pelo dever da humanidade de eliminar o fenômeno específico da guerra mundial. De fato, o próprio chamado à responsabilidade pelo futuro da sociedade mencionado acima fora elaborado sobre o entendimento de que a Guerra que se enfrentava era distinta das guerras prévias, e que a compreensão da natureza dessa diferença era crucial tanto para encerrá-la quanto para estabelecer a paz. Para Otlet ([1915] 1990, p. 130-131, grifo nosso), era “[...] necessário procurar a causa enraizada não desta guerra – sempre houve guerras – mas do *caráter universal desta guerra*, da maneira terrível como foi conduzida, do envolvimento nela, seja direta ou indiretamente, de todos os elementos civis da população”³⁴. O diferencial da Guerra estaria em seu caráter totalizante, abarcador de todos os elementos da vida das nações, e que veio a se refletir parcialmente na designação de Guerra *Mundial*. Otlet, no entanto, caracterizara a Guerra não apenas como mundial, mas universal, enfatizando não apenas a ampliação das dimensões espaciais de disputa, mas o surgimento de uma nova instância de conflito que englobara em seu processo todas as esferas da sociedade.

Otlet (1916, p. 17, 30) nota como esse efeito de universalização causado pela Guerra avançara tanto sobre o âmbito militar quanto sobre o civil: no campo de batalha a busca pela vitória em confronto teria sido substituída pelo propósito de aniquilação total e absoluta do inimigo; quanto aos efeitos sobre a população civil, ela teria paralisado todos os campos de atividade econômica, intelectual e cultural dos países beligerantes, comprometendo por

³² En ce moment l'homme peut choisir entre ces deux forces : guerre ou coopération des nations, tel est le dilemme.

³³ [...] repose en somme sur trois termes: savoir, prévoir, vouloir.

³⁴ [...] necessary to search out the deep-seated cause not of this war - there have always been wars - but of the universal character of this war, of the terrible way in which it has been conducted, of the involvement in it, either directly or indirectly, of all the civilian elements of the population.

consequência a vida nacional dos países neutros e vizinhos, interdependentes e interligados às nações em guerra por demandas de cooperação e intercâmbio. Otlet (1916, p. 25) observa assim que a guerra moderna manifestada na Guerra Mundial “[...] não é mais a marcha adiante de um corpo expedicionário ou o combate decisivo realizado em único campo de batalha. É necessário considerá-la a partir de agora como um cataclismo nacional, e por suas consequências, como um cataclismo mundial”³⁵. O efeito de catástrofe da Guerra era assim manifestado simultaneamente na brutalidade dos confrontos entre os exércitos e na vastidão quantitativa e qualitativa das consequências danosas sobre a vida civil e diária dos povos.

A universalidade da Guerra era para Otlet evidência gritante de uma causa sociológica até então amplamente ignorada, embora não desconhecida, pelas autoridades nacionais de todos os lados da querela: o desenvolvimento e a proliferação de relações sociais e econômicas para além das fronteiras nacionais e das alianças de poder tradicionais, fenômeno que ele designou “vida mundial” ou “vida internacional”³⁶. A esta nova instância de relações compreenderiam naturalmente novos conflitos de porte correspondentemente ampliado, mas cuja explosão e manifestação específica na forma da Guerra poderiam ser consideradas resultado da negligência contínua das autoridades responsáveis:

Os governos agiram como chefes de família que só se preocupam em ter médicos, cirurgiões, farmacêuticos, mas não tivessem nenhuma preocupação com a higiene, não tomassem nenhuma das medidas necessárias à prevenção das doenças. [...] Assim os governos são responsáveis por sua inação, sua cumplicidade [...] Cedendo por vezes aos interesses particulares, outras à ambição de crescer seu poderio por si só, sacrificaram a paz, verdadeiro interesse superior e geral de seus povos³⁷ (OTLET, 1916, p. 12).

Para Otlet os governos nacionais haviam pecado tanto ao eximir-se de suas responsabilidades (inação) quanto ao ativamente buscar conflito e subjugar o bem comum a ambições particulares (cumplicidade), e seriam assim culpados em variados graus pela

³⁵ [...] n'est plus la marche en avant d'un corps expéditionnaire ou le combat décisif livré sur un seul champ de bataille. Il faut la considérer désormais comme un cataclysme national et, par ses conséquences, comme un cataclysme mondial.

³⁶ Apesar de realizar reflexões conceituais e terminológicas sobre a nomenclatura adotada para designar o internacionalismo enquanto fenômeno, Otlet usa ambas as expressões de modo essencialmente intercambiável, oscilando entre elas até mesmo dentro de um mesmo texto, sem aparente variação semântica. Manteremos as formas específicas adotadas por Otlet nos trechos citados, mas em nossa redação daremos preferência à expressão “vida mundial”.

³⁷ Les gouvernements ont agi comme les chefs de famille qui ne s'occupent que d'avoir des médecins, des chirurgiens, des pharmaciens, mais n'auraient aucun souci de l'hygiène, ne prendraient aucune des mesures nécessaires à la prévention des maladies. [...] Ainsi les gouvernements sont responsables de leur inaction, de leur complicité [...] Cédant tantôt à des intérêts particuliers, tantôt à l'ambition d'accroître leur puissance pour elle-même, ils ont sacrifié la paix, véritable intérêt supérieur et général de leurs peuples.

eclosão da Guerra: “as responsabilidades indiretas”³⁸, ele afirma, são “[...] imputáveis aos governos de *todas* as grandes potências, devido ao que fizeram e também ao que se recusaram a fazer”³⁹ (OTLET, 1916, p. 11, grifo nosso). A falta de ação governamental frente ao desenvolvimento da vida mundial teria permitido que a inevitável escalada dos conflitos atingisse seu ponto máximo, fomentando o fortalecimento da força centrífuga por meio da opção por inércia e anarquia em lugar de organização.

2.2 Modelos e representações para a vida social

A adoção por Otlet de figuras relacionadas a fenômenos biológicos para designar e descrever o funcionamento da sociedade, como o paralelo médico exposto acima (OTLET, 1916, p. 12), é tanto expressiva do modo como ele particularmente concebe a dinâmica social, quanto característica da época e dos ambientes nos quais Otlet circulava. De acordo com Rasmussen (1995, p. 304), mesmo a aparentemente inócua expressão de vida mundial ou internacional pode ser compreendida como apresentando força de metáfora: segundo essa autora, “a fórmula ‘vida internacional’”⁴⁰ seria uma das expressões mais comumente empregadas para indicar “As analogias entre o funcionamento internacional da sociedade e a matéria viva [...]”⁴¹ nos meios intelectuais e internacionalistas da *belle époque* europeia.

Rasmussen (1995, p. 301-302) afirma que nesse período eram profusos a circulação e o uso de conceitos originalmente concebidos nos campos da física e da biologia para descrever a realidade social e projetar as possibilidades de sua organização, e não apenas no que diz respeito às “expressões do vocabulário”⁴², mas também “[a]os modelos, [à]s representações, [a]os métodos”⁴³ adotados. As analogias esboçadas por Otlet para pensar a sociedade inscrevem-se nesse contexto: em *Problèmes* (OTLET, 1916, p. 103) e *Monde* (OTLET, 1935, p. 109), ele aproxima as sociedades humanas às figuras do organismo e da máquina, assim como de um terceiro modelo de “uniões de inteligência”⁴⁴, propondo-os articuladamente como representações possíveis para a compreensão da dinâmica social.

Ao observarmos essa inevitável e importante inscrição do pensamento de Otlet no contexto mais amplo das discussões de seu tempo, é importante termos em consideração as colocações de Rayward (1975, p. 25-26): ele ressalta que, embora o pensamento otletiano

³⁸ Les responsabilités indirectes [...]

³⁹ [...] imputables aux gouvernements de toutes les grandes puissances, à raison de ce qu'ils faisaient et aussi de ce qu'ils se refusaient à faire.

⁴⁰ [...] la formule « vie internationale ».

⁴¹ Les analogies entre le fonctionnement international de la société et la matière vivante [...]

⁴² [...] expressions du vocabulaire [...]

⁴³ [...] les modèles, les représentations, les méthodes.

⁴⁴ [...] unions d'intelligence.

“[...] não seja de forma alguma original”⁴⁵, sendo muito pelo contrário profundamente expressivo das referências elaboradas e compartilhadas por seus contemporâneos e pares, deve-se tomar o cuidado de não se “[...] superestimar a importância de tais”⁴⁶ influências”⁴⁷ e alinhar Otlet firmemente a uma ou outra grade de pensamento específica, pois, como coloca Frohmann (2004, p. 264), “[...] muitas linhas de pensamento contraditórias e concorrentes podem ser encontradas em seus escritos”⁴⁸. Rayward (1975, p. 26-27) avalia que esse modo de trabalhar conceitos e elementos, tomando-os de diferentes perspectivas e reunindo-os “sem muita dificuldade intelectual”⁴⁹, evidenciaria o descomprometimento de Otlet com estrito rigor teórico, e seu foco fundamental nas possibilidades explicativas proporcionadas pela articulação entre ideias: “Seu critério parece ter sido congenialidade. [...] Ele aceitava sentido onde o encontrasse. O que era importante para ele parece não ter sido uma filosofia *per se*, mas a sensação do mundo ser posto ao seu alcance”⁵⁰.

Tais colocações são particularmente relevantes à luz das considerações realizadas pelo próprio Otlet ao situar o papel do trio de esquemas de organismo, máquina e uniões de inteligência na compreensão da realidade social:

Certamente, essas são apenas comparações, analogias, mas elas têm seu valor. Menos pelo que é necessário explicar, talvez, do que pelo que é necessário criar. De fato, quanto mais possuímos tipos de estrutura, – por exemplo, a organização animal, a máquina, uma sociedade científica, uma companhia industrial [...] – mais nossa imaginação construtiva tem modelos que pode emprestar para suas próprias criações. Esse é um dos principais interesses para o problema que nos ocupa: a estrutura da vida internacional⁵¹ (1916, p. 103, 1935, p. 109)⁵².

⁴⁵ [...] was by no means original.

⁴⁶ Essa argumentação de Rayward (1975, p. 25-27) é apresentada especificamente no contexto de sua exposição e apreciação dos principais autores influenciadores do pensamento epistemológico e sociológico de Otlet, que segundo ele seriam o próprio Spencer e os franceses Auguste Comte (1798-1857) e Alfred Fouillée (1838-1912), pensador que descrevia a circulação e a função social das ideias sob o conceito de “ideia-força”. A esta lista Crombois (2010, p. 110-110) acrescenta o sociólogo e internacionalista belga Guillaume De Greef (1842-1924), contemporâneo de Otlet.

⁴⁷ [...] overestimate the importance of such influences.

⁴⁸ [...] many contradictory and competing strands of thought may be found in his writings.

⁴⁹ [...] without too much intellectual difficulty.

⁵⁰ His criterion seems to have been congeniality. [...] He took meaning where he found it. What was important to him seems not to have been a philosophy in itself, but the certitude it afforded him, the feeling of the world being brought within his grasp.

⁵¹ Assurément, ce ne sont là que des comparaisons, des analogies, mais elles ont toutes leur valeur. Moins pour ce qu'il faut expliquer peut-être que pour ce qu'il faut créer. En effet, plus nous possédons de types de structure, - par exemple l'organisation animale, la machine, une société savante, une entreprise industrielle [...] - plus notre imagination constructive a des modèles auxquels elle peut emprunter pour ses propres créations. Ceci est d'un intérêt majeur pour le problème qui nous occupe : la structure de la vie internationale.

⁵² O trecho citado é apresentado *ipsis litteris* em ambas as publicações indicadas.

Otlet propunha assim que essas analogias fossem entendidas como recursos intelectuais para um duplo fim: como modelos capazes de elucidar a dinâmica da sociedade tal e qual existente, mas também como referenciais comparativos que apontassem possibilidades de transformação, aperfeiçoamento e reorganização da estrutura social. Desse modo, para ele nenhuma das figuras seria por si só apropriada o bastante para representar a sociedade em toda a sua complexidade, sendo a adequabilidade de cada metáfora determinada pelo aspecto ou perspectiva em análise. Ele entendia assim que a adoção de múltiplas figuras permitiria uma melhor apreciação do fenômeno social, independentemente das eventuais incompatibilidades entre elas, dado que o propósito de tais esquemas explicativos seria mais pragmático – fomentar a criação de cenários e possibilidades de arranjo e ação – do que teórico – estabelecer uma descrição precisa e suficiente da realidade.

Nesse sentido entendemos ser válido acrescentar a nossas considerações a avaliação de Lund (2009, p. 4, grifo nosso), segundo quem “Nem Otlet nem La Fontaine eram teóricos. Eles eram profissionais⁵³ *reflexivos*”⁵⁴. Embora a observação de Lund refira-se específica e estritamente à atuação e às elaborações documentárias, e não sociológicas, de Otlet e La Fontaine, entendemos que ela pode ser aplicada à questão aqui analisada do modo como Otlet manipula modelos, conceitos e expressões referentes à compreensão da sociedade: seu tratamento de elementos conceituais se propunha a ser entendido como reflexão que subjazzesse a prática da ação e da organização social e política.

2.2.1 *Biologia e organicismo*

O paralelo estabelecido por Otlet (1916, p. 12) entre a situação sociopolítica que levava à Guerra e o gerenciamento da saúde familiar, citado acima, expressa de modo particularmente claro essa perspectiva bastante pragmática do emprego de abstrações e elementos teóricos. Nele Otlet descreve a apatia política em termos de displicência com medidas profiláticas, enquanto a ação tardia de assumir os conflitos por meio da deflagração da Guerra apresenta-se em termos de uma intervenção – clínica, cirúrgica e/ou farmacológica – custosa e intensiva, que poderia ter sido desnecessária ou mínima não fossem as negligências prévias.

Mais adiante em *Problèmes* Otlet (1916, p. 43) retoma a metáfora do corpo para explicar o problema da guerra, afirmando que “A guerra é assemelhável à doença do corpo

⁵³ A expressão inglesa *practitioners* não apresenta correspondência exata em português, sendo usualmente traduzida como “profissionais”, conforme adotamos. Frisamos aqui que não se pretende expressar a ideia de profissionalização, e sim de atividades prático-profissionais.

⁵⁴ Neither Otlet nor La Fontaine was a theoretician. They were reflective practitioners.

social. A paz é sua saúde, seu estado normal. Para compreender o mecanismo daquela é necessário compreender o mecanismo desta. A patologia pressupõe a fisiologia”⁵⁵. Assim como um médico deveria conhecer ampla e sistematicamente o funcionamento padrão e saudável do corpo humano de modo a realizar diagnósticos e prescrever tratamentos para as enfermidades, uma compreensão adequada da Guerra, de seu caráter universal, e das causas sociológicas que a motivaram demandaria o entendimento da fisiologia do corpo social, isto é, da natureza e da dinâmica da vida mundial em meio à qual se desenvolvera o conflito.

Rieusset-Lemarié (1997, p. 302) observa que “Como muitos pesquisadores de seu tempo, ele [Otlet] encarava as diferentes partes da sociedade como diferentes órgãos de um corpo biológico”⁵⁶. A onipresença dessa linha de pensamento, chamada organicismo, para a descrição e o estudo da realidade social no período é indicada também por Rasmussen (1995, p. 13, 403-406) e Crombois (1998, p. 49-60, 2010, p. 110, 112-113), que identificam várias manifestações dela entre pensadores associados à sociologia entre meados do século XIX até o início do século XX. Tanto Rasmussen quanto Crombois destacam como referência central do pensamento social organicista o inglês Herbert Spencer (1820-1903), que argumentava pela construção da sociologia como disciplina científica seguindo o modelo estabelecido pela biologia, ao mesmo tempo em que afirmava a independência dos fatos sociais em relação aos fatos biológicos. Spencer concebia a sociedade de acordo com termos e construções teóricas de origem biológica, descrevendo-a como “[...] um ‘superorganismo’ cujas unidades constitutivas, em correspondência ao que ocorre entre os organismos vivos, são representadas pelos indivíduos que a compõem”⁵⁷, e entendia a cooperação entre os indivíduos como uma reação à luta pela existência, podendo manifestar-se de modo espontâneo – “[...] baseado no princípio da progressiva divisão natural do trabalho [...]”⁵⁸ – ou consciente – “[...] uma reação coletiva do grupo, realizada pelo bem da coletividade inteira”⁵⁹ (CROMBOIS, 1998, p. 52-53).

Rasmussen (1995, p. 305, 404-405) identifica no organicismo de Spencer e sua geração⁶⁰ a base na qual se originariam as derivações, as adaptações e as contrapropostas

⁵⁵ La guerre est assimilable à la maladie du corps social. La paix est sa santé, son état normal. Pour comprendre le mécanisme de celle-là il faut saisir le mécanisme de celle-ci. La pathologie suppose la physiologie.

⁵⁶ Like many researchers of his time, he regarded the different parts of society as different organs of a biological body.

⁵⁷ [...] un « super organisme » dont les unités constitutives, à l'image de ce qui se passe chez les organismes vivants, sont représentées par les individus qui la composent.

⁵⁸ [...] basé sur le principe de la progressive division naturelle du travail [...]

⁵⁹ [...] une réaction collective du groupe, entreprise pour le bien de la collectivité tout entière.

⁶⁰ Rasmussen (1995, p. 405) lista e descreve brevemente as ideias de outros expoentes do organicismo contemporâneos a Spencer.

subsequentes de modelos biológicos para o estudo da realidade social, que viriam a ser amplamente empregados tanto para a legitimação da sociologia enquanto ciência, quanto para expressar a convicção na inevitabilidade da expansão e da internacionalização da sociedade. A influência da proposta organicista sobre Otlet, em particular, é observada por Crombois (2010, p. 112-113)⁶¹, que aponta a participação de Otlet em diversas instituições belgas dedicadas ao estudo da sociologia fortemente marcadas pelo pensamento organicista, tais como o *Institut de sociologie Solvay*⁶², assim como indica ligações entre os meios sociológicos belga e internacional, por meio de órgãos como o *Institut international de sociologie*⁶³, influenciado também pelo organicismo⁶⁴.

Nos textos de Otlet, observa-se que ele busca afirmar o caráter fundamental de certos aspectos da sociedade por meio de elementos implícitos na figura do organismo, dentre as quais se destaca o potencial gerativo, de *fertilidade*: as relações sociais seriam por natureza fenômenos criadores, com tendência à proliferação e à expansão contínuas (OTLET, [1915] 1990, p. 130, 1934, p. 425). A identificação da sociedade com elementos biológicos designaria assim antes de tudo o caráter *vivo* dos fenômenos sociais, na medida em que a ideia de vida pressuporia reprodução e crescimento.

Ainda, a correspondência específica, dentre as analogias biológicas possíveis, entre sociedade e a figura do organismo teria também por consequência o entendimento de que a sociedade formava um todo, uma *unidade* viva, não sendo apenas composta por manifestações independentes de vida, diversas e dispersas. Nesse aspecto, consideramos

⁶¹ Uma abordagem semelhante é expandida e aprofundada por Wouter Van Acker, que em estudo apresentado em 2010 e publicado em 2014, afirma a importância dos círculos sociológicos bruxelenses para a formação do pensamento internacionalista de Otlet e de La Fontaine (MANFROID; GILLEN; PHILLIPS-BATOMA, 2013, p. 324; RAYWARD, 2014, p. 15). Resumo disponível em: <<https://biblio.ugent.be/publication/951756>>. Acesso em: 19 set. 2014.

⁶² O *Institut de sociologie Solvay* foi uma instituição fundada em 1902 em Bruxelas pelo químico e industrial belga Ernest Solvay (1838-1922) para o estudo da sociologia. Anteriormente Solvay havia fundado outro órgão com fins semelhantes, o *Institut de Sciences Sociales* (ISS) (1894-1900), situado no mesmo edifício que o IIB de Otlet e La Fontaine, o *Hôtel Ravenstein* (CROMBOIS, 1998, p. 28, 2010, p. 108); o ISS encerrara suas atividades quando Solvay cortou seus laços com os três diretores originais, direcionando-se ao novo projeto. O *Institut Solvay* inaugurou uma abordagem considerada inovadora na pesquisa sociológica, marcada por sua importante biblioteca de livre acesso, seu serviço de documentação e sua metodologia de trabalho multidisciplinar, desenvolvida por seu primeiro diretor, o engenheiro e sociólogo Emile Waxweiler (1867-1916). Em 1923, após a morte de Solvay, foi incorporado à *Université libre de Bruxelles* (CROMBOIS, 1998; RASMUSSEN, 1995, p. 419-449).

⁶³ O *Institut internationale de sociologie* (IIS) é hoje a mais antiga associação sociológica em funcionamento (Fonte: <<http://www.iisoc.org/>>. Disponível em: 25 set. 2014), tendo sido instituída com o propósito de contribuir para a institucionalização da sociologia enquanto disciplina científica, estabelecendo estruturas (organizações e publicações) para seu desenvolvimento internacional.

⁶⁴ O fundador do IIS, o francês René Worms (1869-1926), era ele mesmo proponente do estudo da sociedade a partir de uma perspectiva organicista (RASMUSSEN, 1995, p. 385-418).

pertinentes para a compreensão da argumentação de Otlet as observações de Rasmussen (1995, p. 404) quanto à articulação do modelo organicista pelo pensamento internacionalista:

A sociedade aparece aí como um conjunto de corpos complexos formados de elementos simples que seguem as mesmas leis [...] em sua estrutura, seu funcionamento e sua evolução [...] Nos indivíduos assim como nas sociedades, os elementos produzem por associação resultados que não poderiam alcançar permanecendo isolados. O todo orgânico supõe a afirmação de um fim comum, a divisão do trabalho, a hierarquia dos órgãos: o internacionalismo é analisado como uma das formas de agrupamento coerente dos órgãos individuais⁶⁵.

A compreensão da sociedade enquanto organismo proporciona inevitavelmente um ângulo privilegiado para a argumentação pela razoabilidade e até mesmo pela primazia do internacionalismo: o “todo orgânico” da sociedade-organismo pressupõe um equilíbrio dinâmico particular entre a unificação em um fim comum e a divisão funcional particularmente conveniente para descrever e argumentar pela possibilidade do internacionalismo.

Percebe-se também que a aproximação entre sociedade e vida biológica promove um processo de *naturalização* da descrição social proposta por Otlet, pois associa inevitavelmente o social ao natural em sua estrutura e em sua dinâmica. Embora suas essências permaneçam distintas, na medida em que Otlet diferencia o homem da natureza⁶⁶, tem-se que os fenômenos sociais compartilham das propriedades características da vida biológica, a ponto de que esta serve como modelo análogo àqueles; consequente e implicitamente, tem-se o retrato da realidade social como formada de modo fundamentalmente espontâneo e *natural*, assim como a realidade física.

Em conformidade com essa perspectiva, Otlet (1916, p. 111) destaca a propensão da sociedade a um processo de evolução e adaptação assemelhado ao ocorrente entre os organismos biológicos: o organismo social, assim, não estaria limitado permanentemente a uma única estrutura ou configuração, pois sendo um elemento *vivo*, seria necessariamente mutável e responsivo a alterações e estímulos internos e externos. Otlet inclusive dedica todo um tópico de sua análise dos fatores sociais da vida mundial à questão da evolução social,

⁶⁵ La société y apparaît comme un ensemble de corps complexes formés d'éléments simples qui suivent les mêmes lois [...] dans leur structure, leur fonctionnement et leur évolution [...] Dans les individus comme dans les sociétés, les éléments produisent par association des résultats qu'ils ne pourraient atteindre en restant isolés. Le tout organique suppose l'affirmation d'un but commun, la division du travail, la hiérarchie des organes: l'internationalisme est analysé comme une des formes de groupement cohérent des organes individuels.

⁶⁶ O homem enquanto realidade claramente diferenciada da realidade natural ou natureza, embora agente nela e afetado por ela, é um pressuposto em Otlet, expresso na organização de sua obra *Monde* (1935) e perceptível também no *Traité* (1934).

afirmando que ela seria “[...] a adaptação contínua. [...] E uma sociedade é bem adaptada quando os serviços coletivos (que são análogos às funções) e as instituições (que são análogas aos órgãos) são agenciados de modo a realizar as condições ideais”⁶⁷ (OTLET, 1916, p. 112-113). O organismo social, como um corpo, necessitaria acordar continuamente o equilíbrio interno de seus componentes e processos, de modo a funcionar sempre no seu rendimento máximo; a não adaptação resultaria no desajuste, incorrendo em crise social.

2.2.2 *Corpo, máquina e a organização das forças sociais*

Otlet (1916, p. 112) argumenta que esse processo de adaptação constante que caracterizaria a evolução social assemelhar-se-ia ao processo de construção do conhecimento científico, que reformula suas sínteses e sistematizações de acordo com o surgimento e determinação de novos fatos, mas é possível também apontar que as ideias de ajuste e de condições ideais aludiriam igualmente à imagem da máquina. A metáfora do maquinário é articulada por Otlet (1916, p. 103-104, 1935, p. 109-110) justamente para apontar a possibilidade de se ter uma evolução social planejada e deliberada, e não apenas um processo espontâneo, natural e incontrollável: Otlet (1916, p. 84, 112-113) equipara a ação humana, tanto individual quanto coletiva, ao funcionamento de uma máquina, entendendo que, como esta, aquela responderia a ajustes e modificações, e estaria sujeita ao aperfeiçoamento contínuo.

A aproximação entre as figuras de máquina e organismo pelo eixo da evolução e da adaptação, que concilia uma possível oposição entre orgânico e mecânico, natural e artificial, pode ser compreendida por meio da explanação de Mendes (2014, p. 53-56), segundo quem uma das características fundamentais do pensamento moderno estaria na alteração da percepção da relação entre o homem e as ferramentas por ele criadas. Segundo a autora, na modernidade os instrumentos deixam de ser vistos apenas como “redutores da dor e do esforço” (MENDES, 2014, p. 54) nas atividades humanas, passando a integrar e a efetivamente conduzir o movimento do corpo na repetição infinita do trabalho. Como resultado, ter-se-ia a fusão entre instrumento e corpo em único processo, processo este entendido em extensão ou continuidade intensificada – e não em oposição – à atividade biológica corporal original.

⁶⁷ [...] l'adaptation continuelle. [...] Et une société est bien adaptée quand les services collectifs (qui sont les analogues des fonctions) et les institutions (qui sont les analogues des organes) sont agencés de manière à réaliser les conditions optima.

Observa-se que o tratamento dado por Otlet às possibilidades representativas do organismo e da máquina se encaixa na compreensão proposta por Mendes: a passagem da figura biológica para a figura do maquinário é entendida por ele como uma ênfase ou uma progressão de um elemento previamente dado na natureza social – o potencial adaptativo ou tendência à evolução. A diferença estaria na substituição do fator de espontaneidade característico da evolução orgânica pelo melhoramento deliberado que marca o progresso mecânico-industrial.

Otlet frisa, no entanto, que diferentemente das máquinas a estrutura social não poderia ser construída “arbitrariamente”⁶⁸ ou “de uma vez”⁶⁹, desenvolvendo-se assim por meio de um processo mais aproximado ao expresso pela metáfora do organismo, em que os traços das etapas anteriores de evolução transformar-se-iam progressivamente (OTLET, 1916, p. 84, 112-113). Otlet destaca os limites descritivos da metáfora mecânica, afirmando que “[...] o método de construção social pode assim *se inspirar* nos métodos de construção técnica, mas difere profundamente deles [...]”⁷⁰ (OTLET, 1916, p. 104, 1935, p. 110, grifo nosso)⁷¹, deixando no entanto bem clara a importância de tais inspirações: ele argumenta pela necessidade de “inventores e engenheiros sociais”⁷² que pudessem “[...] [criar] instituições e organização como se criam máquinas, imaginando antes de tudo um plano que [combinasse] os elementos disponíveis com vistas ao objetivo útil a alcançar”⁷³ (OTLET, 1916, p. 53).

Observa-se que a articulação das metáforas de organismo e máquina por Otlet expressa o que Rasmussen (1995, p. 307) denomina uma “[...] visão evolucionista e finalista [...] um desenvolvimento organizador em três tempos, do espontaneísmo à tomada de consciência, depois ao voluntarismo organizador, culminando na organização sistemática, científica e internacional”⁷⁴. Seja por meio do caráter espontâneo da vida orgânica, seja por meio do caráter deliberado (voluntário) e projetado da atividade mecânica, o que Otlet busca frisar é a centralidade do elemento de *organização* no plano das relações sociais, argumentando tratar-se de um aspecto inerente à sociedade, e identificando precisamente nesse fato a consequente necessidade de reconhecê-la e aprimorá-la.

⁶⁸ [...] arbitrairement [...]

⁶⁹ [...] d'une pièce.

⁷⁰ [...] la méthode de construction sociale peut donc s'inspirer des méthodes de construction technique, mais elle en diffère profondément [...]

⁷¹ O trecho citado é apresentado *ipsis litteris* em ambas as publicações indicadas.

⁷² [...] d'inventeurs et d'ingénieurs sociaux.

⁷³ [...] crée des institutions et de l'organisation comme on crée des machines, en imaginant d'abord un plan qui combine les éléments dont on dispose en vue du but utile à atteindre.

⁷⁴ [...] vision évolutionniste et finaliste [...] un développement organisateur en trois temps, du spontanéisme à la prise de conscience, puis au volontarisme organisateur aboutissant à l'organisation systématique, scientifique et internationale.

Otlet (1916, p. 144-145) argumenta que a existência de uma vida social seria por si mesma resultado da presença de algum tipo de organização, asseverando que “a organização tem seu protótipo na natureza”⁷⁵, no modo como células e órgãos agiriam conjuntamente para sustentar a vida do organismo que compõem. A organização seria um aspecto tão crucial do fenômeno da vida que constituiria uma lei da biologia, de acordo com a qual todos os seres vivos relacionar-se-iam por laços de interdependência (OTLET, 1934, p. 423). A sociedade funcionaria de maneira paralela, sendo as alternativas de organização da vida social essencialmente “mutualismo ou parasitismo”⁷⁶ (OTLET, 1934, p. 426-427), dependendo do modo como fosse gerenciada a interdependência entre os homens: uma organização adequada estimularia relações benéficas para todas as partes envolvidas (mutualismo), enquanto a desorganização ou a organização de acordo com interesses particulares e limitados resultaria no abuso e na destruição de uns pelos outros sob a justificativa de necessidade de sobrevivência (parasitismo).

Rieusset-Lemarié (1997, p. 302-303) avalia as implicações da analogia da vida biológica para a organização social no pensamento de Otlet, observando que no modelo otletiano, “Enquanto a vida é um fenômeno negentrópico, a interdependência internacional corre o risco de ser entrópica a menos que a organização racional da informação consiga produzir outro tipo de processo negentrópico”⁷⁷. A manifestação da vida social por si só associar-se-ia às forças centrípetas geradoras de ordem e eficiência, mas essa tendência ordenadora seria ameaçada por seu próprio crescimento, demandando a mobilização de novos recursos de organização de modo a evitar a implosão da estrutura social. Trata-se da extensão da ideia das forças às suas consequências lógicas: o afastamento progressivo da periferia em relação ao centro decorreria da própria ampliação da unidade social, de modo que a expansão resultaria inevitavelmente no implícito recrudescimento das forças centrífugas em detrimento da coesão social representada pelo movimento centrípeto.

Otlet (1916, p. 101-102, 1934, p. 426, 1935, p. 106-107), em expressão consonante com os fundamentos da visão internacionalista de mundo (RASMUSSEN, 1995, p. 270-271, 305), afirmava a existência de uma tendência universal à associação tanto na natureza quanto na sociedade. O fenômeno associativo constituir-se-ia no agrupamento de elementos individuais pelo estabelecimento de vínculos, cada elemento passando a agir sobre os outros e sofrendo reciprocamente sua ação; ter-se-ia assim a multiplicação exponencial da força de

⁷⁵ L'organisation a son prototype dans la nature.

⁷⁶ [...] mutualisme ou parasitisme [...]

⁷⁷ Whereas life is a negentropic phenomenon, international interdependence runs the risk of being entropic unless the rational organization of information manages to produce another kind of negentropic process.

cada componente individual em decorrência das ligações instituídas, de modo que o advento da vida mundial poderia ser entendido como a continuidade do processo de expansão associativa da sociedade. A composição de uma única estrutura agremiadora de todos os elementos da vida social teria como resultado inescapável a multiplicação de ações e efeitos de reciprocidade das relações associativas, arraigando a interdependência social; a riqueza e a fertilidade prometidas pelo advento da vida mundial estariam assim acompanhadas de um inescapável crescimento da fragilidade do equilíbrio social pelo próprio aumento das forças a balancear.

Otlet (1916, p. 101-102, 1935, p. 107) afirma assim a existência de “imensas forças latentes”⁷⁸ que poderiam ser mobilizadas para ação sob a coordenação de uma associação “erguida em nível internacional”⁷⁹; ele (OTLET, 1916, p. 114-115) equivale a dinâmica das forças humanas à ação das forças naturais, observando como por meio da organização seria captar, controlar e redirecionar aquelas de maneira semelhante à realizada por máquinas e mecanismos sobre a natureza. A apreciação de Otlet quanto à importância concreta e inspirativa do maquinário para a ordenação da realidade física e social é tal que ele chega inclusive a considerar “organização e maquinismo”⁸⁰ (OTLET, 1916, p. 144) como correlatos em seu tempo.

No cenário da organização das forças sociais, as equivalentes das máquinas seriam as instituições, que captariam, condensariam e dirigiriam as forças de modo a concentrar e aplicar toda essa energia para fins humanamente estabelecidos. Se “O homem hoje dirige as forças da natureza e não se resigna a submeter-se a elas”⁸¹ (OTLET, 1916, p. 114-115), por que, pergunta-se Otlet, não poderia fazê-lo igualmente com as forças sociais, sendo que estas, além de tudo, seriam ainda intrinsecamente humanas?

Observa-se a presença de diversos sentidos e alusões sobrepostos no emprego por Otlet da linguagem das forças como explicativa da dinâmica social. Tem-se, por exemplo, o paralelo direto notado acima entre as possibilidades e os efeitos da atividade humana e o conceito de força oriundo das ciências naturais, de modo que se esboça uma compreensão da organização social em termos de *engenharia social*.

Relembremos também a descrição da realidade universal realizada por Otlet (1916, p. 141, grifo nosso), de acordo com a qual “*Tudo o que existe* é, no mundo social e no mundo

⁷⁸ [...] les immenses forces latentes [...]

⁷⁹ [...] érigée au degré international.

⁸⁰ Organisation et machinisme.

⁸¹ L'homme aujourd'hui dirige les forces de la nature et ne se résigne pas à les subir.

físico, a resultante efêmera, transitória, do conflito entre essas duas forças”⁸², centrífuga e centrípeta. Nesse contexto, a alusão à origem do conceito de força na linguagem da Física permanece, mas percebe-se também uma segunda conotação, menos definida, no emprego da expressão: segundo Rayward (1975, p. 15), “[Otlet] via na noção de força uma espécie de poder explanatório místico, algo que persistia em meio a todos os fenômenos e que provia uma fórmula para ação e não mera especulação”⁸³.

A convicção de Otlet quanto ao potencial representativo e à adequabilidade da ideia de força encontra, assim como seu uso da linguagem biológica, respaldo e eco nas proposições de seus contemporâneos. Por exemplo, um dos pensadores que Crombois (2010, p. 110-111) e Rayward (1975, p. 25-27) indicam como influente na formação do pensamento otletiano, Alfred Fouillé (1838-1912), empregava a terminologia “ideia-força” para expressar sua convicção quanto à ação transformativa das ideias sobre a realidade, “[...] o modo como elas poderiam persistir e influenciar o comportamento”⁸⁴ (RAYWARD, 1975, p. 27) – possibilidade à qual o próprio Otlet (1916, p. 103, 121, 204) faz referência, citando inclusive especificamente a doutrina de Fouillé.

Também associadas ao entendimento de Otlet da vida social como conduzida por forças são suas observações quanto à doutrina da Energética (OTLET, 1916, p. 115-116). Trata-se, de modo bastante sintético, de uma proposta científica segundo a qual o universo, incluindo aí a vida biológica e os agrupamentos sociais, seria essencialmente redutível a um conjunto de forças (energia) geridas pelas leis da físico-química, de modo que a geração e a economia de energia comporiam o fundamento essencial da realidade. Dois expoentes da Energética e sua aplicação ao estudo da sociedade, e que inclusive teriam influenciado um ao outro (RASMUSSEN, 1995, p. 426-427), foram dois químicos, o pesquisador germano-báltico Wilhelm Ostwald (1853-1932) e o industrial belga Ernest Solvay (1838-1922). Note-se que ambos não foram apenas contemporâneos a Otlet, mas circulavam em ambientes intelectuais comuns a ele: Ostwald, personagem importante do Movimento Bibliográfico⁸⁵, correspondeu-se e colaborou com Otlet durante certo período (MENDES, 2014, p. 207-208; VOSSOUGHIAN, 2003), enquanto as teorias sociológicas de Solvay constituíam um ramo importante dentre as discussões da sociologia belga, em particular devido à relevância

⁸² Citado anteriormente em p. 31.

⁸³ He saw in the notion of force some sort of mystical explanatory power, as something persisting through all phenomena and providing a formula for action and not merely speculation.

⁸⁴ [...] the way they could persist and influence behaviour.

⁸⁵ Sobre a atuação de Ostwald no Movimento Bibliográfico, ver Mendes (2014, p. 113-138) e Santos (2006, p. 78-82, 104).

científica e política das instituições por ele fundadas (CROMBOIS, 1998, p. 25-42; RASMUSSEN, 1995, p. 419-449).

Otlet (1916, p. 115-116, 137), inclusive, faz referência aos trabalhos e às ideias de ambos⁸⁶ os pensadores em suas considerações sociais em *Problèmes*, observando as possibilidades que o modelo energético ofereceria para iluminar a compreensão do mecanismo de funcionamento e desenvolvimento da sociedade. A questão do progresso social, por exemplo, ele sintetiza em termos de energias e forças:

O progresso social é caracterizado pela colaboração voluntária de cada indivíduo para a concentração de energias coletivas tendendo ao objetivo social supremo, a saber: a conservação e o crescimento, em qualidade ainda mais que em quantidade, das forças da sociedade do qual ele é membro⁸⁷ (OTLET, 1916, p. 137-138).

Observa-se que, ao reduzir a dinâmica do progresso social ao elemento da concentração e crescimento de energias e forças, Otlet reitera a inevitabilidade da expansão da sociedade rumo à vida mundial, assim como reforça a importância do fenômeno da associação como processo multiplicador das forças individuais. A adoção da medida de energia como parâmetro de avaliação do progresso também resulta inevitavelmente no entendimento da vida mundial como manifestação social essencialmente positiva, pois o aumento e a concentração das forças sociais os quais ela promove seriam por definição desejáveis. Quanto ao inevitável crescimento das forças centrífugas nesse processo – conforme a dinâmica dualista fundamental traçada por Otlet (1916, p. 141) –, embora em princípio seu aumento devesse envolver inevitavelmente também a multiplicação de energia social, eles opor-se-iam aos

⁸⁶ É importante apontar que, mesmo sendo ambos articulados por Otlet em sua apreciação do pensamento social em termos de energia ou forças, Solvay e Ostwald tratam tal abordagem sob ângulos bastante distintos. Solvay identifica nas relações de energia uma base fisiológica para sua teoria do produtivismo social, além da possibilidade de expressá-la matematicamente, de modo que a “energética social” (*énergétique sociale*) caracterizaria uma segunda fase de seu pensamento (CROMBOIS, 1998, p. 29-30). Já Ostwald faz o caminho inverso: a partir de suas investigações no campo da química, e em particular de sua busca por um fundamento unificador dos fenômenos e saberes científicos, ele desenvolve a Energética como uma ciência global da qual o “imperativo energético” [*energetical imperative*] ou [*energetic imperative*] (STEWART, 2014, p. 334, 337); [*l'impératif énergétique*] (RASMUSSEN, 1995, p. 315)] – não desperdiçar energia – seria o princípio basilar; a compreensão da sociedade sob tais termos seria assim uma derivação inevitável da perspectiva energética: “a história da civilização se torna a história dos progressos do homem na dominação da energia, e uma psicológica na qual o pensamento é uma forma de energia” ([...] *l'histoire de la civilisation devient l'histoire des progrès de l'homme dans la domination de l'énergie et une psychologie dans laquelle la pensée est une forme d'énergie.*) (RASMUSSEN, 1995, p. 314-318).

Sobre o pensamento social de Solvay ver Crombois (2010, p. 29-30) e Rasmussen (1995, p. 426-427); sobre a energética de Ostwald, ver Rasmussen (1995, p. 312-319) e Stewart (2014).

⁸⁷ Le progrès social est caractérisé par la collaboration volontaire de chaque individu à la concentration des énergies collectives tendant au but social suprême, savoir: la conservation et l'accroissement, en qualité plus encore qu'en quantité, des forces de la société dont il est membre.

princípios de concentração e conservação de energia, pois promoveriam afastamento e destruição dos elementos sociais; mais ainda, eles não acrescentariam à qualidade das forças sociais, e sim detraíam dela.

Otlet (1916, p. 34) afirma que “[...] a essência da civilização consiste na capacidade de se obter o resultado máximo com o menor gasto de energia. A luta entre os povos não é criadora, mas destruidora das coisas. Ela se manifesta sempre como um desperdício de energia desprovido de qualquer medida”⁸⁸. No entanto, Otlet observa igualmente como a Guerra fora capaz de realizar a centralização e a coordenação das energias humanas, embora para fins de destruição, e sugere o progresso possível de se alcançar se “os mesmos métodos essenciais”⁸⁹ (OTLET, 1916, p. 114-115) empregados durante o conflito fossem aplicados para propósitos pacíficos. Nessa perspectiva, seria possível considerar o esforço de guerra “uma verdadeira maravilha do ponto de vista sociológico”⁹⁰ (OTLET, 1916, p. 25), que haveria de funcionar como um exemplo claro das possibilidades alcançáveis em tempos de paz, dada uma estrutura de organização que semelhantemente direcionasse as atividades e energias sociais para um fim comum sob os parâmetros de cooperação, concentração de energias e divisão do trabalho.

A experiência da Guerra interessaria assim para a organização da sociedade apenas quanto aos seus métodos de concentração de forças, e não quanto aos fins de aplicação desse potencial, que anulariam por si mesmos os méritos do esforço centralizador por resultarem essencialmente em desperdício. Desse modo, Otlet enfatiza que o aumento da qualidade das forças no qual consiste o progresso social não resultaria naturalmente das tendências espontâneas de crescimento e expansão da sociedade, mas do conjunto da ação individual deliberada e voluntária que constituiria a cooperação social.

2.2.3 *Racionalidade no corpo social*

Ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade de organização sob a perspectiva da coletividade, a descrição que faz Otlet (1916, p. 137-138) do progresso social como uma concentração progressiva de forças e energias coletivas enfatiza um elemento para ele fundamental da sociedade: a “colaboração voluntária de cada indivíduo”⁹¹.

⁸⁸ [...] l'essence de la civilisation consiste dans l'aptitude à obtenir le résultat maximum avec la moindre dépense d'énergie. La lutte des peuples n'est pas créatrice, mais destructrice de toutes choses. Elle se manifeste toujours comme un gaspillage d'énergie dépourvu de toute mesure.

⁸⁹ [...] les mêmes méthodes essentielles [...]

⁹⁰ [...] une véritable merveille au point de vue sociologique.

⁹¹ Citado anteriormente em p. 45.

A promoção da atuação individual seria para Otlet essencial ao desenvolvimento social: toda ação coletiva repousaria sobre a reunião e a multiplicação do desempenho do indivíduo, assim como deveria ter por objetivo potencializá-lo; em última instância, a existência e a construção da coletividade social convergiriam para a vida e a felicidade do indivíduo como realidade final e fundamental. Otlet (1916, p. 101-102, 1935, p. 106-107)⁹² afirma que “A associação é um meio; o fim é a intensidade vital do indivíduo; pois não se deveria jamais perder de vista que a associação como tal é apenas uma entidade metafísica sem realidade concreta”⁹³. Daí, inclusive, a adoção de múltiplas metáforas para compreender e expressar o fenômeno associativo: mesmo sem ser dotado da concretude que caracterizaria outros elementos da realidade, como um corpo ou uma máquina, ele poderia vir a ser reconhecido e identificado como real. As identidades legais e morais da coletividade constituiriam sempre ficções, mas ficções “[...] necessárias, indispensáveis, para traduzir ao espírito certas realidades, certos complexos de forças que de outro modo permaneceriam vagos e fugidios [...]”⁹⁴ (OTLET, 1916, p. 105), construídas de modo a prover certo nível de expressão, concretude e solidez à invisível realidade das forças sociais.

Otlet (1916, p. 137-138) afirma também a importância do indivíduo não apenas como fim, mas como ponto de partida da dinâmica social: do pensamento individual partiriam as ideias que, discutidas, propagadas e imitadas – *socializadas*, portanto – seriam responsáveis pela continuidade do progresso social, ao atingir níveis de aceitação, unanimidade e/ou dominância social tais que “se concretiza[riam] em instituições”⁹⁵.

Sob essa perspectiva, todo o processo de desenvolvimento da sociedade dependeria fundamentalmente da capacidade racional da mente humana de compreender, elaborar e criticar ideias e concepções a respeito da realidade social. A aplicação e a institucionalização de tais construções seriam obviamente necessárias, porém eminentemente subordinadas à etapa de racionalização: sem a criação de ideias quanto à organização social, a coletividade permaneceria inerte, uma vez que “Tudo depende da invenção e da organização; o trabalho é apenas o braço que executa, uma cabeça faz mover milhares de braços”⁹⁶ (OTLET, 1916, p. 137-138). Otlet (1916, p. 126) assim fundamenta sua qualificação das ideias como um dos

⁹² Os trechos são apresentados *ipsis litteris* em ambas as publicações citadas.

⁹³ L'association est un moyen; la fin est l'intensité vitale de l'individu; car, il ne faudrait jamais le perdre de vue, l'association comme telle n'est qu'une entité métaphysique sans réalité concrète.

⁹⁴ [...] nécessaires, indispensables, pour traduire à l'esprit certaines réalités, certains complexes de forces qui autrement resteraient vagues et fuyants [...]

⁹⁵ [...] se concrétisent en des institutions [...]

⁹⁶ Tout dépend de l'invention et de l'organisation; le travail n'est que le bras qui exécute, une tête fait mouvoir des milliers de bras.

“motores da ação social”⁹⁷, e considera que as evoluções morais e materiais da sociedade seriam essencialmente dependentes das ideias socialmente circulantes e dominantes.

Como não poderia deixar de ser, tal dinâmica refletir-se-ia também no processo que culminara na eclosão da Guerra: Otlet (1916, p. 127, 129-130) argumenta que a ausência de “uma opinião pública universal”⁹⁸, adequadamente *coordenada*, fora um dos elementos contribuintes para o estouro do conflito. Embora a ignorância mútua entre os povos fosse por si só um fator fomentador de atritos, Otlet afirma que apenas promover o conhecimento entre vizinhos e rivais não seria o bastante para contê-los: era necessário promover o *consenso* entre as partes, daí sua ênfase na necessidade de coordenação.

Note-se também que, dado que a formação de consenso pressupõe uma posição consciente e deliberada das partes em discussão, a constituição de uma opinião pública universal não se resumiria ao convencimento generalizado das massas quanto ao sentido dos desdobramentos sociais; o cenário projetado por Otlet demandaria a capacitação efetiva dos indivíduos quanto aos fatos e às condições determinantes da dinâmica social, de modo que se tornassem capazes de agir ativamente enquanto membros da sociedade. Otlet assim atrela o alcance da “paz duradoura”⁹⁹ (OTLET, [1915] 1990, p. 131) desejada pelos internacionalistas à compreensão pelas massas quanto a em que de fato consistiria tal paz, de modo que pudessem participar dos esforços de construí-la:

Há toda uma formação de mentalidades a ser realizada, uma consciência a esclarecer, nas massas, quanto ao processo no qual ela [sic] se encontra envolvida, do mecanismo no qual seus membros são partes¹⁰⁰. Podemos apenas esperar o melhor sob a condição de poder contar com uma opinião pronta a aceitar as grandes transformações necessárias¹⁰¹ (OTLET, 1916, p. 484-485).

Rieusset-Lemarié (1997, p. 302, grifo da autora) vê na passagem acima uma associação das figuras de máquina e mecanismo à passividade exclusivamente funcional que

⁹⁷ [...] moteurs de l'action sociale.

⁹⁸ [...] une opinion publique universelle [...]

⁹⁹ Citado anteriormente em p. 29-30.

¹⁰⁰ A expressão francesa *rouage* designa tanto as partes de uma máquina, um relógio ou uma engrenagem, quanto os elementos que fazem funcionar uma organização, não tendo equivalente literal em língua portuguesa. Optamos por traduzi-la simplesmente pelo termo “partes” por entender que uma expressão como “engrenagens”, também possível, forçaria uma leitura que no original permanece ligeiramente ambígua (Fonte: <<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/rouage/69972?q=rouage#69210>>. Disponível em: 28 set. 2014.).

¹⁰¹ Il y a toute une formation des mentalités à faire, une conscience à rendre claire, chez les masses, du processus dans lequel elle se trouve engagée, du mécanisme dont ses membres sont des rouages. On ne peut espérer du mieux qu'à la condition de pouvoir compter sur une opinion prête à accepter les grandes transformations nécessaires.

caracterizaria os elementos mecânicos, em oposição ao caráter ativo dos seres vivos¹⁰²: “[...] as massas não devem ser partes de um maquinário sem inteligência, mas os órgãos ativos de um *corpo de opinião*”¹⁰³.

Seguindo o raciocínio sugerido por essa leitura, diferentemente de máquinas cujo funcionamento seria ditado exclusivamente por comandos externos, órgãos responderiam tanto aos estímulos externos quanto à tendência intrínseca do corpo à homeostase, e suas ações teriam como resultado a geração contínua de vida para o próprio corpo. Essa condição de atividade demandaria massas que conhecessem o funcionamento dos fenômenos sociais nos quais estivessem inseridos, de modo a se tornar deliberada e livremente responsivas a eles e conduzir seus desdobramentos, no lugar de apenas sofrer suas consequências.

O desenvolvimento de uma opinião pública estruturada e coesa ecoaria assim as concepções expressas na metáfora organicista ao propor que, tornados conscientes e capazes de atuar, os indivíduos se convertessem de meras partes a membros de fato de uma estrutura orgânica e viva que seria o corpo social. Entende-se dessa maneira que, para Otlet, o funcionamento da sociedade enquanto organismo dependeria da existência de um equivalente social ao cérebro, que seria semelhantemente responsável pelo direcionamento e pela ordenação dos movimentos e funções dos órgãos sociais.

A necessidade da formação de uma estrutura condutora do corpo social aponta ainda para a terceira das figuras da organização social adotadas por Otlet (1916, p. 104, 1935, p. 110)¹⁰⁴, das uniões de inteligência: sendo “A inteligência consciente [...] a característica do homem”¹⁰⁵, que o diferenciaria e particularizaria em relação aos animais na natureza, Otlet considerava que as sociedades pudessem progressivamente “[...] fazer das ideias o fundamento do laço social, assentá-las consequentemente sobre o livre contrato, sobre a cooperação voluntária para fins elevados, para um plano [...]”¹⁰⁶. Uma vez que só a atuação

¹⁰² Em relação a esse comentário específico, é importante apontar que Rieusset-Lemarié faz uso não do texto original francês, mas da tradução inglesa de Rayward, que rende “*une opinion*” como “*a body of opinion*” (“um corpo de opinião”) (OTLET, [1916] 1990, p. 143), e não apenas “uma opinião”, como adotamos em nossa tradução, de modo que a oposição organismo/máquina acaba por ser reforçada no texto em inglês. Optamos por fazer uso do comentário da autora por entender que, mesmo que a sugestão da interpretação possa ter sido enfatizada pela tradução de Rayward, a viabilidade da colocação de Rieusset-Lemarié se mantém frente ao uso mais amplo de Otlet das metáforas envolvidas. Segue a versão de Rayward do trecho acima citado e traduzido por nós: “*What is required is the creation in the masses of an attitude of mind, a clear understanding of the process that has caught them up, of the machinery in which they have functioned as parts. We can hope for the best only if we can rely upon a body of opinion ready to accept the great transformations that are necessary*”.

¹⁰³ [...] the masses must not be the parts of an unintelligent machinery but the active organs of a *body of opinion*.

¹⁰⁴ Os trechos são apresentados *ipsis litteris* em ambas as publicações citadas.

¹⁰⁵ L'intelligence consciente [...] la caractéristique de l'homme.

¹⁰⁶ [...] faire des idées le fondement du lien social, de les asseoir par conséquence sur le libre contrat, sur la coopération volontaire pour des fins élevées, pour un plan [...]

deliberada e colaborativa dos indivíduos seria capaz de tornar o processo natural de crescimento e associação social um fenômeno ininterruptamente benéfico, Otlet questiona-se sobre a possibilidade de estabelecer a totalidade dessas relações nas bases da ação voluntária dirigida pela razão, pela coordenação e pela constituição de convicções comuns; inversamente, tais ideias fundamentais, acordadas por consenso, resultariam fortalecidas pela estrutura do contrato social.

Enquanto o modelo do organismo exemplificaria a dinâmica geral do funcionamento da sociedade e a metáfora da máquina demonstraria o quanto o homem racional seria capaz de agenciar as forças sociais como o fizera com as forças da natureza, a figura das uniões de inteligência ilustraria o modo particularmente humano pelo qual seria desejável estruturar a organização social: a recorrência às possibilidades do mais humano dos recursos, a consciência racional, pela qual o homem seria capaz de produzir impressões, ideias e conceitos, deliberá-los e comunicá-los. Otlet (1935, p. 117-118) alia assim estreitamente as possibilidades de ação voluntária do indivíduo às possibilidades de construção coletiva das massas, identificando nessa articulação a existência de “possibilidades de uma ação social dirigida”¹⁰⁷: por meio da compreensão crescente da estrutura essencial dos fatos sociais e da sua dinâmica condutora, ele pondera que os homens poderiam vir a direcionar sua atuação social individual e coletiva tendo em vista a reconfiguração e a transformação deliberadas da organização da sociedade.

2.3 A crise do Estado-nação e as associações internacionais

É justamente sobre tais possibilidades de vir-se a dirigir e orientar a ação social que Otlet elabora proposições de estruturas organizacionais que viessem a atender o fenômeno fundamental da vida mundial. Nos termos da metáfora biológica, “A função cria o órgão, e é porque a função internacional existe previamente [...] que ela demanda órgãos internacionais coordenadores”¹⁰⁸ (RASMUSSEN, 1995, p. 305).

A estreita identificação por Otlet entre a ausência de ação dos Estados e a carência de elementos institucionais de governança internacional direciona seu entendimento de que seu tempo caracterizava-se por uma “crise de crescimento”¹⁰⁹ (OTLET, 1916, p. 36) da sociedade, ou “crise de adaptação”¹¹⁰ (OTLET, 1916, p. 112-113) a esse crescimento. Tratar-se-ia,

¹⁰⁷ [...] possibilités d'une action sociale dirigée.

¹⁰⁸ La fonction crée l'organe, et c'est parce que la fonction internationale existe préalablement [...] qu'elle réclame des organes internationaux coordinateurs.

¹⁰⁹ [...] crise de croissance [...]

¹¹⁰ [...] crise d'adaptation [...]

essencialmente, de uma crise do Estado-Nação enquanto unidade estrutural máxima de organização social:

Há hoje profundo desacordo entre a vida tornada desse modo mundial e as instituições quase todas mantidas nacionais. [...] Os Estados, organizações antigas bem apropriadas às necessidades da vida interior [das nações] não evoluíram como necessário para assegurar a segurança externa¹¹¹ (OTLET, 1916, p. 36).

Otlet (1916, p. 425) identifica na formação do Estado nacional um dos estágios da “linha geral de evolução sociológica”¹¹² das estruturas de governo, que, a partir do surgimento da cidade como unidade política, teriam progressivamente englobado comunidades cada vez maiores de modo a abarcar e a acomodar o crescimento contínuo dos contatos e trocas entre indivíduos, e conseqüentemente o alargamento dos grupos sociais. Para Otlet a unidade estatal mantinha-se adequada aos fins a que se propunha, isto é, à coordenação dos elementos e forças da vida social nacional, mas era insuficiente para dar conta das demandas originadas pela vida mundial uma vez que estas escapavam tanto à sua jurisdição quanto às suas capacidades organizacionais:

Ao mesmo tempo em que os meios de comunicação estão tornando o mundo cada vez menor, sua população está crescendo enormemente. O resultado natural é que é impossível manter todos confinados em seu próprio território. Relações internacionais estão sendo criadas e estão proliferando; uma vida mundial está sendo revelada em toda arena. [...] interesses comuns estão sendo estabelecidos através das fronteiras políticas, todos estando mais ou menos envolvidos na imensa circulação de homens, produtos e ideias [...] ¹¹³ (OTLET, [1915] 1990, p. 130).

Percebe-se que as principais causas identificadas por Otlet para o desenvolvimento da vida mundial estariam relacionadas, a princípio, à ultrapassagem de fronteiras pela alteração de dimensões, isto é, à redução relativa do espaço geográfico proporcionada pelos avanços na comunicação e ao aumento absoluto dos números populacionais. No entanto, é necessário notar que para Otlet a importância do crescimento das relações internacionais não se limita

¹¹¹ Il y a aujourd'hui désaccord profond entre la vie devenue aussi mondiale et les institutions demeurées presque toutes nationales. [...] Les États, organisations anciennes bien appropriées aux nécessités de la vie intérieure n'ont pas évolué comme il le fallait pour assurer la sécurité extérieure.

¹¹² [...] ligne générale de l'évolution sociologique [...]

¹¹³ At the same time as the means of communication are making the world smaller and smaller, its population is increasing enormously. The natural result is that it is impossible to keep everyone confined to his own territory. International relations are being created and are proliferating; a world life is being revealed in every arena. [...] common interests are established across political frontiers, everyone being more or less engaged in the immense circulation of men, products and ideas [...]

apenas ao aspecto quantitativo, do aumento do volume de contatos entre os indivíduos, mas envolve um aspecto qualitativo – lembremo-nos de suas observações sobre o crescimento em qualidade, e não apenas quantidade, das forças sociais (OTLET, 1916, p. 137-138) –, relacionado ao estabelecimento de *interesses comuns* através de fronteiras não apenas físicas mas políticas. Essas transformações sociais, embora apontadas como consequências da expansão material, adquirem para Otlet caráter de fomentadoras do processo de internacionalização: “[...] o reconhecimento de ideais e interesses gerais, comuns a todos, verdadeiramente universais e humanos [...]”¹¹⁴ (OTLET, 1916, p. 421) agiria segundo Otlet como uma força transformadora, que juntamente com as evidências materiais dos meios de comunicação e do crescimento populacional apontaria para a demanda por novas estruturas e formas de organização social além da figura do Estado.

A esse processo de ampliação e diversificação das relações sociais, considerado razoavelmente natural, somar-se-ia outro fator, resultante não necessariamente de uma insuficiência essencial do Estado enquanto estrutura de organização, mas sim das falhas de ação dos governos nacionais, que ao sacrificarem os interesses maiores de suas populações à inércia e à ambição, “[...] cheg[aram] pouco a pouco a representar uma coisa distinta do que os povos que o[s] compõe[m], uma coisa que pode mesmo ter interesses totalmente diferentes”¹¹⁵ (OTLET, 1916, p. 12). Ter-se-ia assim uma crise não apenas de crescimento e adaptação, mas também de *representação* do Estado, constituída em parte pelo surgimento de novos desdobramentos da vida social que escapariam a suas capacidades organizacionais, e em parte pelas próprias falhas dos governos existentes em exercer suas responsabilidades.

Para Otlet (1916, p. 105-106, 1935, p. 112), grande parte da resposta institucional a essa crise de crescimento encontrar-se-ia na adoção da estrutura da associação. Já descrevemos acima¹¹⁶ a compreensão otletiana da associação como fenômeno geral da natureza e da sociedade, que se refere à tendência de agrupamento em coletivos progressivamente maiores de modo a fortalecer as capacidades de ação de cada indivíduo; nessa perspectiva, a associação seria um dado universal da formação das sociedades. Enquanto estrutura organizacional, no entanto, a associação configuraria um tipo particular de agrupamento, que Otlet considera específico de seus tempos modernos¹¹⁷:

¹¹⁴ [...] la reconnaissance d'idéals et d'intérêts généraux, communs à tous, véritablement universels et humains [...]

¹¹⁵ [...] est arrivé peu à peu à représenter une chose distincte de celle du peuple qui le compose, une chose qui peut même avoir des intérêts tout différents.

¹¹⁶ Ver seção 2.2.2 acima.

¹¹⁷ Rasmussen (1995, p. 268-269) observa que, ao estabelecerem o *Office central des associations internationales*, Otlet, La Fontaine e o etnógrafo e político belga Cyrille Van Overbergh (1866-1959)

É necessário distinguir a sociedade e as associações. A sociedade, ou corpo social, é o conjunto dos homens na medida em que vivem sob leis comuns; ela tem sua expressão no Estado. As associações são agrupamentos que só compreendem uma parte dos homens, nas quais eles só compartilham uma parte de sua atividade¹¹⁸ (OTLET, 1916, p. 105-106, 1935, p. 112)¹¹⁹.

Dentro da estrutura de uma associação, os homens teriam a liberdade de se agrupar de um modo distinto do realizado sob a organização estatal: no lugar de submeterem o andamento geral de suas vidas a uma estrutura normativa comum, ser-lhes-ia possível simultaneamente dividir-se e ajuntar-se de acordo com atividades e interesses específicos que partilhassem. Diferentemente do modelo do Estado, a participação em associações seria voluntária, de modo que todos os indivíduos poderiam exercer sua liberdade de se agrupar ou não em cada associação, assim como o direito de associar-se a agrupamentos diversos, de acordo com a multiplicidade de seus interesses.

É importante notar que no esquema de Otlet (1916, p. 107-108, 110-111) as associações não pretenderiam substituir o Estado, pois necessitariam se colocar sob proteção oficial de modo a garantir o direcionamento e a continuidade de suas atividades rumo aos interesses públicos; no entanto, elas poderiam e *deveriam* transformar a estrutura estatal de gestão, de modo que Otlet (1916, p. 107) as afirma como “uma nova forma da ideia de administração”¹²⁰. Ao fomentar o livre agrupamento dos indivíduos no lugar da obrigatoriedade, as associações reduziriam o espaço e a necessidade da “associação forçada”¹²¹ (OTLET, 1916, p. 110), coercitiva, característica do modelo estatal, substituindo-a progressivamente pela livre associação.

Para Otlet (1916, p. 107, 1935, p. 113-114)¹²² esse caráter parcial, facultativo e múltiplo da estrutura associativa moderna¹²³ favoreceria essencialmente o princípio da

procuram determinar e delimitar esse novo exemplar de organização social, realizando um censo e determinando os parâmetros que definiriam os organismos existentes enquanto associações internacionais – requerimentos estes retomados integralmente por Otlet cerca de uma década depois em *Problèmes* (1916, p. 108) e ainda mais 20 anos depois em *Monde* (1935, p. 117). Sobre tal definição do que constitui uma associação internacional, ver abaixo, p. 56.

¹¹⁸ Il faut distinguer la société et les associations. La société, ou corps social, est l'ensemble des hommes en tant que vivant sous les lois communes; elle a son expression dans l'État. Les associations sont des groupements qui ne comprennent qu'une partie des hommes, dans lesquelles ils ne mettent en commun qu'une partie de leur activité.

¹¹⁹ O trecho citado é apresentado *ipsis litteris* em ambas as publicações indicadas.

¹²⁰ [...] une forme nouvelle de l'idée d'administration.

¹²¹ [...] l'association forcée [...]

¹²² O trecho citado é apresentado *ipsis litteris* em ambas as publicações indicadas.

¹²³ Otlet (1916, p. 107) frisa a distinção entre a associação moderna e a corporação medieval, fechada e autossuficiente, que não expressaria o aspecto da liberdade associativa presente na organização moderna.

liberdade individual sem incorrer na “fragmentação individualista”¹²⁴; tratar-se-ia assim de um mecanismo capaz de intensificar o objetivo geral fundamental da organização social – fortalecer as capacidades e possibilidades individuais – sem fragilizar a coesão necessária para a existência contínua e permanente dos laços sociais. A associação seria assim capaz de ocupar adequadamente uma posição até então vaga no esquema geral da organização social: “As associações colocam-se entre o indivíduo, que nada pode se seu esforço não for escorado, e o Estado, cuja pesada estrutura praticamente só pode ser utilizada para propósitos de ordem muito geral”¹²⁵ (OTLET, [1910] 1979, p. 149).

Otlet (1916, p. 110-111) conclui desse modo que a organização social presente e futura não poderia ser adequadamente realizada sem recorrer à associação, e inclusive afirma que os desenvolvimentos sociais presentes já evidenciariam esse fato: a existência e a multiplicação das associações internacionais demonstrariam a tendência crescente à organização social associativa, expressando uma busca espontânea dos povos por um modo de organização adequado à vida mundial (OTLET; LA FONTAINE, [1914] 1990). Ele descreve o movimento das associações internacionais para formação da organização internacional da sociedade comparando sua construção e expansão à formação de recifes de corais:

No domínio internacional sua ação é comparável a dos corais e das madrepérolas que edificaram lentamente sob a água as bases do continente da Oceania. A associação internacional foi o suporte espontâneo da atividade em cada domínio. Para organizar hoje a vida mundial [...] quase que basta generalizar e coordenar o que ela realizou. De toda maneira é necessário fazer dela uma pedra fundamental da sociedade internacional, da Sociedade das Nações¹²⁶ (OTLET, 1916, p. 110-111).

A organização e a ação contínuas das associações internacionais teriam sido responsáveis por erguer espontaneamente uma complexa estrutura de organização da vida mundial, à qual faltaria essencialmente a atuação coordenadora de um organismo central, equivalente para a unidade global à figura do Estado para as unidades nacionais, sendo tal organismo denominado por ele Sociedade das Nações¹²⁷. O alicerce, no entanto, sobre o qual

¹²⁴ [...] l'émiettement individualiste.

¹²⁵ Les associations sont placées entre l'individu qui ne peut rien si son effort n'est pas encadré et l'État dont la lourde structure ne peut guère être utilisée que pour des buts d'ordre très général.

¹²⁶ Dans le domaine international son action est comparable à celle des coraux et des madrépores qui ont lentement édifié sous l'eau les assises du continent océanien. L'association internationale y a été le support spontané de l'activité dans chaque domaine. Pour organiser aujourd'hui la vie mondiale [...] il suffit presque de généraliser et de coordonner ce qu'elle a fait. De toute manière il faut en faire une pierre fondamentale de la société universelle, de la Société des Nations.

¹²⁷ De modo a diferenciar o projeto de Otlet do órgão oficial efetivamente criado em 1919 – ambos designados em francês pela expressão *Société des Nations* –, adotamos a tradução literal “Sociedade das Nações” para a

essa nova instituição deveria estabelecer-se já se encontraria disponível e atuante na forma difusa e interconectada das associações internacionais, que Otlet (1916, p. 108, 1935, p. 115)¹²⁸ considerava comporem coletivamente a possibilidade de uma “Federação universal”¹²⁹.

Na visão de Otlet (1916, p. 110) seria a partir, e somente a partir, da consideração da associação como “princípio de estrutura do estado e da Sociedade das Nações”¹³⁰ que seria possível renovar e revigorar o sistema de organização social vigente de modo a adequadamente adaptar as instituições sociais à nova configuração da sociedade caracterizada pela vida mundial. A liberdade que ele considera característica do modelo associativo seria a expressão mais verdadeira e viva do ideal democrático, não apenas por proporcionar um notável equilíbrio entre os aspectos individual e coletivo da realidade humana, mas por atender à multiplicidade de interesses e atividades que comporiam a vida social (OTLET, 1916, p. 107, 110-111, 1935, p. 113-114): para Otlet, na associação ter-se-ia a liberdade “[...] que favorece todas as independências e facilita todos os agrupamentos, a liberdade conciliável com a organização, e a organização considerando a liberdade, todas as liberdades, todas as nuances na liberdade”¹³¹ (OTLET, 1916, p. 107, 1935, p. 114)¹³².

Rieusset-Lemarié (1997, p. 303) considera que a preocupação de Otlet em conceber instituições para a organização universal que se estruturassem a partir de laços não coercitivos caracteriza seu projeto como essencial e radicalmente democrático, mesmo que hoje se questione abertamente o quanto os aspectos universalistas, centralizadores e prescritivos que perpassam as construções otletianas seriam condizentes com compreensões contemporâneas de democracia. Ainda segundo a autora, Otlet compreenderia que a necessidade de cooperação mundial em vista da interdependência internacional não poderia ser adequadamente atendida por ações de força e dominação: uma governança global deveria basear-se no “[...] fator humano sem o qual não há solidariedade genuína e, consequentemente, organização genuína do corpo social mundial”¹³³ (RIEUSSET-LEMARIÉ, 1997, p. 303).

estrutura concebida por Otlet, e a nomenclatura “Liga das Nações”, mais comumente usada, para o organismo fundado após a Guerra.

¹²⁸ O trecho citado é apresentado *ipsis litteris* em ambas as publicações indicadas.

¹²⁹ [...] Fédération universelle [...]

¹³⁰ [...] principe de structure de l'état et de la Société des Nations.

¹³¹ [...] qui favorise toutes les indépendances et facilite tous les groupements, la liberté conciliable avec l'organisation, et l'organisation tenant compte de la liberté, de toutes les libertés, de toutes les nuances dans la liberté.

¹³² O trecho citado é apresentado *ipsis litteris* em ambas as publicações indicadas.

¹³³ [...] human factor without which there is no genuine solidarity and, consequently, no genuine organization of the worldwide social body.

Observa-se desse modo que Otlet identifica nas associações estruturas capazes de estabelecer na prática o cenário proposto na figura das uniões da inteligência: uma organização social fundamentada no consenso, na cooperação e na voluntariedade. Como coloca Fayet-Scribe (2001, p. 69, grifo nosso), “Paul Otlet desenvolve uma visão de mundo na qual a associação tem um papel *fundamental* a cumprir [...]”¹³⁴.

Otlet (1916, p. 108, 1935, p. 117)¹³⁵ define como associação internacional todo organismo:

[...] que tem um objetivo de interesse público, mundial, universal, ou suscetível de assim tornar-se; que está abert[o] aos elementos semelhantes, particulares ou coletividades de todos os países desejosos de integrá-lo; que não tem fins lucrativos no senso usual e jurídico do termo; enfim, que possui uma instituição permanente, poder executivo que vive e funciona com continuidade (conselho, comitê, comissão, escritório, instituto, secretariado, etc.)¹³⁶.

Dessas quatro categorias definidoras, destaca-se o caráter duplamente internacional, de objetivos e de composição de membros, pela qual as associações supririam as insuficiências organizacionais apresentadas pelo Estado: enquanto a atuação deste partiria do entendimento de laços sociais definidos majoritariamente por parâmetros territoriais, linguísticos e étnicos, as associações se formariam ao redor de qualquer interesse humano universal ou universalizável, atravessando assim as unidades nacionais; igualmente, as associações deveriam estar abertas à participação de qualquer elemento (indivíduo ou organização) integrável ao seu âmbito de cobertura temática, enquanto os elementos sociais reconhecidos pelo Estado não poderiam logicamente escapar às dimensões nacionais, a partir da qual estariam fora da área de interesse e da possibilidade de ação da estrutura estatal.

Atendidos esses requisitos fundamentais, as associações internacionais poderiam ser de dois tipos: “[...] umas livres e constituídas pela união de indivíduos ou grupos nacionais igualmente livres, outras oficiais e formadas pela associação dos próprios Estados, unidos para realizar os objetos de interesse comum”¹³⁷ (OTLET, 1916, p. 109, 1935, p. 117)¹³⁸. Esse dado é importante porque esclarece o modo como Otlet entendia a transformação do papel do

¹³⁴ Paul Otlet développe une vision du monde où l'association a un rôle fondamental à jouer [...]

¹³⁵ O trecho citado é apresentado *ipsis litteris* em ambas as publicações indicadas.

¹³⁶ [...] qui a un but d'intérêt public, mondial, universel, ou susceptible de le devenir; qui est ouverte aux éléments semblables, particuliers ou collectivités de tous les pays ayant le désir d'y entrer; qui n'a pas de but lucratif au sens usuel et juridique du mot; enfin, qui possède une institution permanente, pouvoir exécutif qui vit et fonctionne avec continuité (conseil, comité, commission, bureau, office, institut, secrétariat, etc.).

¹³⁷ [...] les unes libres et constituées par l'union d'individus ou de groupes nationaux également libres, les autres officielles et formées par l'association des États eux-mêmes, unis pour réaliser des objets d'intérêt commun.

¹³⁸ O trecho citado é apresentado *ipsis litteris* em ambas as publicações indicadas.

Estado em vista do fenômeno da multiplicação das associações: ela envolveria simultaneamente o crescimento da presença e da importância política das unidades civis representadas pela maioria das associações, e a diversificação interna da própria estrutura estatal frente a essa “nova forma da ideia de administração”¹³⁹ (OTLET, 1916, p. 107, citado) na qual consistiria a associação.

Embora a validade, a necessidade e a eficácia da associação como um novo modelo organizacional para a sociedade tivessem sido demonstradas pela ação espontânea de agremiação dos elementos civis, e não pela ação dos governos, Otlet entendia que o movimento associativo deveria estender-se à transformação dos organismos oficiais: “A associação internacional é a estrutura social que responde à necessidade de organização da comunidade internacional”¹⁴⁰ (OTLET, 1916, p. 110), devendo o desenvolvimento democrático de instituições de toda natureza alicerçar-se na proposta organizacional que ela disponibilizava. Os Estados, assim, não apenas teriam sua atuação relativamente reduzida, dado que as associações livres passariam a assumir diversas funções no ordenamento da vida social, mas seriam eles mesmos incluídos na dinâmica associativa, tanto ao reconhecer a legitimidade institucional das associações quanto ao constituírem-se enquanto elemento de algumas delas.

Investidas da estrutura associativa, instituições oficiais e civis estariam habilitadas para trabalhar em conjunto, atendendo cada uma a um espectro da vida social:

Daí que as associações oficiais devem tornar-se as partes da vida internacional pública, os meios práticos de descentralizar a administração internacional exercendo os direitos soberanos de organização em seu domínio. As associações privadas devem agir como instrumento dos estudos, do controle, da propaganda dos interesses internacionais e ser tomadas eventualmente como instituição consultiva dos poderes internacionais¹⁴¹ (OTLET, 1916, p. 110).

Percebe-se assim que Otlet entende que a adoção do modelo das associações na estrutura dos órgãos oficiais não significaria a incorporação das associações privadas aos organismos governamentais, pois tornar-se parte do aparato oficial as desviaria de seus propósitos: não caberia às associações internacionais civis executar a prática e a burocracia da

¹³⁹ Citado anteriormente em p. 53.

¹⁴⁰ L'association internationale est la structure sociale qui répond au besoin d'organisation de la communauté internationale.

¹⁴¹ Dès lors les associations officielles doivent devenir les rouages de la vie internationale publique, les moyens pratiques de décentraliser l'administration internationale en exerçant des droits souverains d'organisation dans leur domaine. Les associations privées doivent agir comme instrument des études, du contrôle, de la propagande des intérêts internationaux et être tenus éventuellement comme institution consultative de pouvoirs internationaux.

governança global, mas sim realizar um conjunto de atividades de gestão internacional que envolveria estudo, observação, disseminação e orientação da sociedade quanto às questões internacionais, desenvolvendo assim “um papel intelectual”¹⁴² (UNION DES ASSOCIATIONS INTERNATIONALES, 1921, p. 6).

Se num primeiro olhar esse conjunto de funções poderia ser entendido como constituindo aspectos secundários do processo de governança social, no contexto do projeto de Otlet esse tipo de interpretação não seria cabível. Não se trata aqui de, uma vez as instituições oficiais adaptadas estruturalmente às necessidades da vida mundial, delegar às associações civis uma posição de segundo plano e mero acompanhamento do desenvolvimento social; muito pelo contrário. Na visão otletiana, o papel central das associações civis cresceria com a hipótese da constituição de um aparato oficial global de governo, pois elas permaneceriam os órgãos responsáveis por congregar e sintetizar as preocupações, as observações e as soluções levantadas e desenvolvidas nos mais diversos âmbitos da sociedade. Como a atuação e a tomada de decisões pelas instituições oficiais, para constituírem-se efetivamente em órgãos de representação democrática, deveriam ser informadas e baseadas nesse corpo de conhecimentos, os organismos civis assumiriam nesse cenário a plenitude de seu potencial, tornando-se aparatos essenciais do regimento social.

Rasmussen (1995, p. 269) destaca o aspecto essencialmente *normativo* assim imputado à ação das associações internacionais: suas resoluções e recomendações passariam a ser dotadas de legitimidade validada por organismos oficiais, de modo a serem reconhecidas como responsáveis por “[...] constituir a representação universal da classe de interesses que elas confederam”¹⁴³. Que tal papel evoque ares parlamentares não é uma coincidência, pois era justamente sob tal ângulo que Otlet e La Fontaine ([1914] 1990, p. 115, grifo nosso) classificavam a ação representativa das associações internacionais: sua formação tornava permanente e contínua a atividade de congressos internacionais, estes concebidos “*praticamente parlamentos*, cada um especializando-se em seu próprio campo”¹⁴⁴; a implicação incontornável de tal concepção¹⁴⁵ estaria na necessidade de considerar-se as resoluções das associações internacionais “como leis internacionais especiais”¹⁴⁶, dotadas de

¹⁴² [...] un rôle intellectuel.

¹⁴³ [...] constituer la représentation universelle de la classe d'intérêts qu'elles fédèrent.

¹⁴⁴ [...] practically parliaments, each specializing in its own domain.

¹⁴⁵ Segundo Rasmussen (1995, p. 143, 295-296), a identificação entre congressos internacionais e parlamentos especializados era uma convicção comum à cultura congressista que teria florescido desde meados do século XIX até as vésperas da Guerra, sendo uma concepção assumida tácita ou abertamente pelos próprios congressos, mesmo conscientes da impossibilidade de fazer sancionar suas conclusões.

¹⁴⁶ [...] as special international laws.

“*um poder inerente de persuasão*”¹⁴⁷ (OTLET; LA FONTAINE, [1914] 1990, p. 115, grifo nosso).

A validade e a legitimidade das recomendações elaboradas pelas associações seriam resultantes da própria estrutura que subjazia sua construção, caracterizada democraticamente pela liberdade e pelo consenso, de modo que suas preposições seriam naturalmente aptas a atuar com efeito normativo. Coletivamente, elas constituiriam a opinião pública coordenada que faltara até então à sociedade internacional, e sobre a qual seria *desejável* construir a ordem social de modo a estabelecer a sociedade sob o modelo das uniões de inteligência.

2.4 A anarquia internacional e a Sociedade das Nações

Do mesmo modo que a estrutura associativa deveria transformar a estrutura estatal existente, seria a partir da adequação e da extensão de modelos já dados que seria possível transformar a relação entre os próprios estados, minimizando e controlando em sua origem os conflitos fomentadores de guerras. Como coloca Otlet (1916, p. 421),

Parece-nos que os antagonismos nacionais poderiam encontrar uma relativa reconciliação em formas superiores de vida, sobre o fundamento da interdependência no lugar do isolamento, da cooperação em lugar da luta, da liberdade em lugar de opressão e coerção, de ordem e organização em lugar de desordem e anarquia¹⁴⁸.

Observa-se que os fundamentos opostos descritos nesse trecho retomam os movimentos centrípeto e centrífugo do universo (OTLET, 1916, p. 141), reiterando-os como a dinâmica basilar na qual se inseriria a vida social. A ideia de *anarquia*, em particular, ao mesmo tempo em que é empregada amplamente por Otlet como manifestação representativa das forças centrípetas, constitui também elemento da terminologia tradicionalmente empregada para expressar a dinâmica das relações internacionais (PISTONE, 1994, p. 1089-1090).

Segundo Pistone (1994, p. 1089-1090, grifos nossos), o modelo clássico das relações internacionais se baseia no reconhecimento de diferenças fundamentais no modo de regulação das questões internas e externas aos Estados: “[...] existe dentro do Estado um grau de certeza e de previsibilidade nas relações entre os homens [...] qualitativamente diverso da natureza

¹⁴⁷ [...] they have an inherent power of persuasion [...]

¹⁴⁸ Il semble bien que les antagonismes nationaux puissent trouver une conciliation relative dans des formes supérieures de vie, sur le fondement de l'interdépendance au lieu de l'isolement, de la coopération au lieu de la lutte, de la liberté au lieu de l'oppression et de la contrainte, de l'ordre et de l'organisation au lieu du désordre et de l'anarchie.

estruturalmente aleatória que caracteriza as Relações internacionais”. Dentro da estrutura estatal, o monopólio da força pelo Estado-nação seria capaz de fazer cumprir o direito e a justiça, tornando possível o estabelecimento de relações pacíficas entre seus membros, enquanto no âmbito extranacional a eficácia do direito internacional estaria sujeita à vontade das nações de acatar ou não as leis conforme lhes aprouvesse. Configurar-se-ia desse modo “[...] a existência de *uma situação anárquica* [...] constituída pela ausência de um ordenamento jurídico eficaz e pelo consequente *predomínio da lei da força* nas Relações internacionais [...]”. A oposição marcante entre os dois contextos, interno e externo, repousaria sobre os efeitos contrários produzidos pela soberania nacional: dentro do Estado, ela proveria o governo do controle da força, constituindo-se em “garantia da manutenção de relações pacíficas”; externamente, ela funcionaria como “causa da guerra nas relações entre os Estados”, na medida em que não haveria obrigatoriedade de assentimento unânime e contínuo a códigos legais comuns (PISTONE, 1994, p. 1089).

Otlet ([1915] 1990, p. 131) identifica a lei da força e a instabilidade contínua que a acompanharia sob o termo de “insegurança internacional”¹⁴⁹, mal considerado por ele subjacente e anterior à Guerra, e para cuja contenção e solução ele projeta a formação da Sociedade das Nações.

A Sociedade das Nações ou União dos Estados, sobre uma base de igualdade e independência, o novo sistema proposto, *provê aos Estados o que a sociedade civil provê aos indivíduos*. Os direitos nela são equivalentes e igualmente garantidos, trate-se de um forte ou um fraco, um rico ou um pobre¹⁵⁰ (OTLET, 1916, p. 424, grifo nosso).

Otlet observa a contrastante realidade entre a estrutura de ordem e justiça que caracterizaria o Estado-nação democrático moderno e a situação anárquica regente entre as relações internacionais, e propõe a extensão aos membros da comunidade internacional das garantias e provisões previstas aos cidadãos nacionais.

O estabelecimento de tal extensão, no entanto, demandaria a revisão da inviolabilidade da soberania estatal, de modo a instituir uma nova ordem, sobreposta à autodeterminação dos Estados: Otlet (1916, p. 425) afirma abertamente que a Sociedade das Nações requereria dos governos nacionais a sujeição de sua soberania absoluta à busca de um bem maior, isto é, a paz mundial. Tratar-se-ia de mais um elemento de reforma da estrutura estatal, com o

¹⁴⁹ [...] international insecurity [...]

¹⁵⁰ La Société des nations ou Union des États, sur une base d'égalité et d'indépendance, le nouveau système proposé, réalise pour les Etats ce que la société civile réalise pour les individus. Les droits y sont équivalents et également garantis, qu'il s'agisse d'un fort ou d'un faible, d'un riche ou d'un pauvre.

propósito de fazê-la cumprir seus deveres para com suas populações: para Otlet (1916, p. 426), ao reconhecer sua insuficiência e sujeitar parte de sua liberdade absoluta à comunidade internacional a qual compunham, os Estados estariam atuando pela realização efetiva da responsabilidade de conduzir a vida comum de seus povos, uma vez que a função de garantir a paz necessariamente escapava às suas esferas particulares de ação. Se antes os Estados teriam sujeitado os interesses humanos maiores de seus membros a fins inferiores e egoístas (OTLET, 1916, p. 12), ao formar a Sociedade das Nações eles realizariam o movimento inverso, reconhecendo que “A interdependência e a solidariedade estão na base da vida dos Estados”¹⁵¹ (OTLET, 1916, p. 425) e instituindo conjuntamente um organismo cuja função fosse de responder a essas condições.

A Sociedade das Nações seria uma união jurídica baseada na autonomia e na interdependência reconhecidas entre todos os Estados, formando uma instituição supranacional dotada de personalidade legal, moral e soberania política, fundamentada na declaração de direitos de todos os elementos da comunidade internacional: indivíduos, associações, Estados e nacionalidades. Seriam estabelecidos quatro poderes: Legislativo, na forma de um congresso ou parlamento composto por delegados nacionais e representantes de associações não governamentais atuantes na esfera econômica e intelectual; Judiciário, responsável por mediação, arbitragem, julgamento e conciliação, composto por membros de todas as nações e cujas medidas estariam sujeitas ao reforço de sanções; Executivo, na forma de um Conselho Diplomático Internacional responsável pela administração de questões legais e de justiça mundiais; e Sancionador¹⁵², na forma de um exército internacional composto por elementos dos exércitos nacionais (OTLET, 1916, p. 422-423).

Otlet (1916, p. 422-424) argumenta ainda pela Sociedade das Nações por uma via distinta, descrevendo-a não apenas como a extensão mundial da organização democrática do Estado, mas como o prolongamento ou a universalização do modelo de equilíbrio ou alianças políticas ao qual os governos nacionais teriam frequentemente recorrido como recurso para o controle da anarquia reinante nas relações internacionais.

Em uma breve análise da história mundial contemporânea, Otlet (1916, p. 59-72) marca as origens da vida mundial pelo Congresso de Viena, realizado em 1815 após a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte em Waterloo. Os acordos assinados em Viena, que

¹⁵¹ L'interdépendance et la solidarité sont au fond de la vie des Etats.

¹⁵² Em *La Fin de la Guerre*, publicado dois anos antes, Otlet ([1914] 1917, p. 45-47) não explicita a formação de um poder Sancionador *per se*, afirmando no entanto uma *função* sancionadora da Sociedade das Nações, e explicita os termos sob os quais seria permitida a formação de exércitos nacionais, os quais deveriam permanecer à disposição da Sociedade para eventuais ações de segurança e manutenção da paz.

estabeleceram o chamado “Concerto Europeu” ou “Concerto da Europa”¹⁵³, teriam tido como propósito constituir as bases de uma ordem internacional contínua daí em diante, baseada em alianças políticas multilaterais, mas não teriam subsistido ao tumultuoso século XIX. Otlet (1916, p. 422-424) rejeita a suficiência ou a adequação do modelo de Viena, baseado em acordos entre os grandes poderes do mundo e ditado apenas pelos interesses dos vencedores, como estrutura para a governança global após a Guerra, associando as consequências desse tipo de sistema à paz “injusta e instável”¹⁵⁴ fomentadora de novas guerras¹⁵⁵ (OTLET, 1916, p. 36-37). Em seu lugar, ele argumenta pela necessidade de se instaurar verdadeiramente “uma ordem internacional jurídica”¹⁵⁶ (OTLET, 1916, p. 482), estruturada a partir da participação real de todas as nações do mundo em posição de igualdade – proposta essa discutida e defendida por diversos congressos e conferências de paz teriam sido realizados nos cem anos que separavam Viena da Guerra (OTLET, 1916, p. 63-72). A falha da ordem internacional proposta em 1815 teria assim corrido paralelamente à busca de um novo modelo para a manutenção da paz, e era chegada a hora e a oportunidade de pô-lo definitivamente em ação.

A instauração da Sociedade das Nações requereria, portanto, que o encerramento da Guerra fosse conduzido não por uma conferência dos vitoriosos, mas sim pela realização de um Congresso Internacional reunindo todas as nações, beligerantes ou neutras, para discutir e redigir uma Constituição Internacional que se tornaria o documento de fundação da desejada federação supranacional. Tal Congresso deveria igualmente contar, nas discussões e na elaboração da legislação que definiria a forma da Sociedade das Nações, com a presença e a participação de representações não diplomáticas, isto é, de elementos da sociedade civil que pudessem contribuir para a definição da instituição, dentre os quais Otlet necessariamente destaca as associações internacionais. Mesmo que a aliança da Sociedade das Nações viesse a ser ultimamente assinada e estabelecida juridicamente somente pelos Estados nacionais, Otlet entende que sua formação não poderia ser dada à parte das preocupações e das posições levantadas e representadas pela sociedade civil (OTLET, 1916, p. 483-484).

¹⁵³ As expressões “Concerto da Europa” ou “Concerto Europeu” designam o sistema de controle da ordem internacional na Europa que teria operado no período que compreende o Congresso de Viena e a Guerra, estruturado sobre o balanço entre poderes, congressos multilaterais de deliberação diplomática e princípios do direito internacional (SOUTOU, 2000, p. 239-333).

¹⁵⁴ Citado anteriormente em p. 30.

¹⁵⁵ As considerações de Otlet vão ao encontro das colocações de Pistone (1994, p. 1092) sobre as relações internacionais: segundo este autor, além de “apresenta[r] um caráter marcadamente antidemocrático”, a política de equilíbrio demandaria “que toda a grande potência aument[asse] sem cessar a sua força [...] e est[ivesse], enfim, também disposta a fazer a guerra para manter precisamente o equilíbrio”.

¹⁵⁶ [...] un ordre juridique international [...]

Dentro da perspectiva otletiana, essa participação seria uma questão de democracia e justiça, uma vez que a instituição da Sociedade das Nações seria o coroamento de um processo desenvolvido majoritariamente pela auto-organização espontânea dos elementos civis da população, cujo reconhecimento da existência e das demandas organizacionais da vida mundial ter-se-ia dado, ao menos nos segmentos que levaram à formação das associações internacionais, muito antes dos governos nacionais:

[...] o Congresso, longe de trabalhar em uma atmosfera de isolamento, deverá, ao contrário, sentir agitarem-se ao seu redor todas as grandes paixões, todas as grandes ideias evocadas pela [G]uerra. Algo da alma das nações deverá animá-lo, de modo que ele possa gerar verdadeiramente a grande obra dele esperada¹⁵⁷ (OTLET, 1916, p. 484).

A pré-existência, para Otlet, de todos os elementos a reunir na composição da Sociedade das Nações – a realidade da vida mundial, a atividade organizadora e de produção de resoluções das associações internacionais, os modelos de gestão das relações sociais pelo direito e pela justiça, assim como pelas alianças políticas – constituía para ele evidência da base sólida e concreta sobre a qual a proposta se construía; ele rebate assim as críticas de que tratar-se-ia de uma proposição utópica, afirmando que, muito pelo contrário, ela seria profundamente prática e alicerçada em aspectos concretos:

A Sociedade das Nações não é ‘utópica’, pois ela é concebida à imagem das sociedades nacionais mais avançadas. Ela tem um propósito, membros (uma população), órgãos, uma esfera de ação (territórios). Ela não inova, portanto, nesses pontos, mas continua e prolonga o que existe, em conformidade com o fato fundamental de que as relações internacionais são apenas o prolongamento além de fronteiras das relações nacionais¹⁵⁸ (OTLET, 1916, p. 425).

Dado que a vida mundial era entendida por Otlet como um fato auto-evidente da sociedade humana, e decorrente do processo de desenvolvimento natural da dinâmica social, isto é, a tendência ao crescimento, à expansão e à multiplicação da associação enquanto fenômeno, a acusação de utopia ou irreabilidade de uma sociedade mundialmente organizada era inconcebível para Otlet, não podendo senão consistir na negação ou da interdependência

¹⁵⁷ [...] le congrès, loin de travailler dans une atmosphère d'isolement, devra, au contraire, sentir s'agiter autour de lui toutes les grandes passions, toutes les grandes idées suscitées par la guerre. Quelque chose de l'âme des peuples devra l'animer lui-même pour qu'il puisse enfanter vraiment l'oeuvre grande attendue de lui.

¹⁵⁸ La Société des nations n'est pas « utopique », car elle est conçue à l'image des sociétés nationales les plus avancées. Elle a un but, des membres (une population), des organes, une sphère d'action (territoires). Elle n'innove donc pas sur ces points, mais continue et prolonge ce qui est, conformément au fait fondamental que les relations internationales ne sont que le prolongement hors frontières des relations nationales.

internacional, o que seria inaceitável frente às evidências trazidas à tona pela experiência da Guerra; ou da possibilidade de organização social em escala global, ao que Otlet rebate com argumentos que ele entende serem colocações de base lógica e/ou sociológica: as escalas de ampliação dos organismos de governo até chegar ao Estado, a inexistência concreta de fatores que sugerissem a impossibilidade de instâncias maiores de organização, a formação espontânea das associações internacionais.

A síntese do argumento otletiano pela Sociedade das Nações repousaria assim na constatação do crescimento quantitativo e qualitativo das relações sociais como um fato, e na observação histórica e contemporânea da possibilidade do desenvolvimento de novas estruturas de governança equiparadas a essas crescentes dimensões. O movimento de subordinação voluntária dos Estados à realidade superior da vida mundial e suas demandas previsto por Otlet para a instituição da Sociedade das Nações expressaria desse modo o desejado modelo das uniões de inteligência; o estabelecimento da vida social sobre a base de um conjunto de ideias compartilhadas e pela ação deliberada de todas as partes envolvidas, estruturando assim a coesão social sobre os elementos essencialmente humanos da vontade, da escolha e da razão.

2.5 Internacionalismo e pacifismo

Alguns anos após a Guerra¹⁵⁹, e sem a necessidade de defender-se de acusações de traição, Otlet descreve a relação entre internacionalismo e pacifismo de modo significativamente menos conflitante do que adotara em 1915 (OTLET, [1915] 1990, p. 131), afirmando não que eles ambicionariam visões distintas da paz¹⁶⁰, mas simplesmente que o internacionalismo seria “*mais completo* que a ‘teoria pacifista’”¹⁶¹ (UNION DES ASSOCIATIONS INTERNATIONALES, 1921, p. 22, grifo nosso). Otlet reitera sua convicção da superioridade da perspectiva internacionalista sobre a pacifista – tanto por sua completude, quanto pela sugestão, implícita no emprego das aspas, de que o pacifismo não formaria efetivamente uma estrutura teórica, tendo assim um caráter menos racional que o internacionalismo –, mas as distinções de racionalidade são aqui expressas não em termos de oposição e sim de *superação* do sentimentalismo pacifista; a situação de oposição sendo

¹⁵⁹ O texto foi publicado em 1921, no primeiro volume (de número 26) pós-Guerra do periódico da UAI, *La vie internationale*, e reeditado no mesmo ano como folheto.

¹⁶⁰ Ver seção 2.1 acima.

¹⁶¹ [...] plus complete que la « théorie pacifiste ».

reservada neste texto ao militarismo, ao estatismo¹⁶² e ao nacionalismo¹⁶³. Ao distanciar a “paz duradoura”¹⁶⁴ desejada pelos internacionalistas da “paz a qualquer preço”¹⁶⁵ buscada pelos pacifistas, Otlet ([1915] 1990, p. 131) teria buscado expressar a insuficiência do *desejo* pela paz como meio para efetivamente alcançá-la e mantê-la, apelando pela racionalidade e pela razoabilidade de sua perspectiva política ao defender-se das suspeitas das autoridades francesas.

A observação desses dois trechos em conjunto sugere que as diferenças entre internacionalismo e pacifismo possam ser compreendidas menos como distinções conceituais categóricas, e mais como expressivas do posicionamento de Otlet em meio aos movimentos pela paz de seu tempo, assim como das particularidades consideradas por ele fundamentais à atuação internacionalista.

Nesse sentido, observe-se que a explanação diferenciadora apresentada por Otlet ([1915] 1990) durante a Guerra – de que internacionalismo e pacifismo difeririam em suas concepções de paz, guerra e organização das relações humanas – não constituiria, segundo Bobbio (1998a, p. 875), qualificação suficiente para classificar o internacionalismo como algo mais que uma expressão particular do pacifismo. Segundo este autor, a expressão “pacifismo” abarcaria qualquer conjunto de ideias, posturas, movimentos e/ou doutrinas caracterizados pela condenação da guerra e pela defesa da paz internacional, como o internacionalismo de Otlet: “As várias correntes pacifistas se distinguem pela maneira diversa como explicam as origens das guerras e, conseqüentemente, pelos diversos meios que propõem como necessários para as eliminar” (BOBBIO, 1998a, p. 875-876).

Rasmussen (1995, p. 322) observa que, ao longo do desenvolvimento dos movimentos pela paz da burguesia europeia durante o século XIX, duas tendências teriam se fortalecido:

¹⁶² Por estatismo Otlet identifica a doutrina “que faz do Estado a expressão suprema do ideal social e constitui como objetivo a manutenção e o desenvolvimento da força do Estado assim como da extensão de seu território e de sua autoridade” [...*qui fait de l'État l'expression suprême de l'idéal social et érige en but le maintien et le développement de la force de l'État ainsi que l'extension de son territoire et de son autorité.*] (UNION DES ASSOCIATIONS INTERNATIONALES, 1921, p. 21).

¹⁶³ O nacionalismo que Otlet critica refere-se aos princípios de isolamento e/ou superioridade entre os povos; ele o diferencia entusiasticamente do patriotismo, considerado requerimento para a boa convivência entre as nações: “Nossa pátria é o campo de ação de nossa atividade moral. [...] À medida que o patriotismo se desenvolve e se aprofunda nós tomamos uma consciência mais ampla da personalidade moral de nossa pátria e das características respeitáveis da pátria dos outros. Nós concebemos a obrigação de tratar as nações como as pessoas, de respeitar seus direitos ao mesmo tempo em que nós exigimos o respeito dos nossos” [*Notre patrie est le champ d'action de notre activité morale. [...] À mesure que le patriotisme se développe et s'approfondit nous prenons une conscience plus haute de la personnalité morale de notre patrie et des caractères respectables de la patrie des autres. Nous concevons l'obligation de traiter les nations comme les personnes, de respecter leurs droits en même temps que nous exigeons le respect des nôtres.*] (OTLET, 1916, p. 152).

¹⁶⁴ Citado anteriormente em p. 29-30 e p. 48.

¹⁶⁵ Citado anteriormente em p. 29-30.

“uma religiosa e moral [...] do pacifismo sentimental”¹⁶⁶, e outra “econômica e liberal [...] [dos] partidários de uma ‘política da paz’”¹⁶⁷. Os aderentes desta segunda linha teriam procurado se distanciar da primeira¹⁶⁸, afirmando a racionalidade de sua posição por meio de argumentos científicos e pela observação da realidade e dos fatos socioeconômicos, de modo a constituir um “pacifismo realista e organizado”¹⁶⁹. Eles afirmariam a sociedade moderna como essencial e estruturalmente incompatível com a guerra, considerada paralisadora e destruidora das economias nacionais que, com o desenvolvimento da indústria, teriam se tornado profundamente interdependentes, e argumentavam pelo abandono da guerra como medida de política externa e pelo estabelecimento da paz por meio do recurso ao direito internacional (GUIEU, 2012, p. 57-58; RASMUSSEN, 1995, p. 322-323).

Guieu (2012, p. 54, 61, 63) descreve os anos entre as décadas de 1890 e a Guerra como o período de auge do movimento da paz pelo direito, com a formação de múltiplas instituições pacifistas nacionais e internacionais com e sem representação oficial, a realização anual dos Congressos Universais da Paz, e a realização das duas Conferências da Paz de Haia¹⁷⁰. O estouro da Guerra teria interrompido a continuidade dessa vertente de militância pacifista ao romper a unidade do movimento, uma vez que seus aderentes teriam se posicionado favoráveis ao direito de seus respectivos países de se defenderem da agressão uns dos outros. Em seu lugar, teriam florescido novas abordagens pacifistas, como a argumentação pela formação de uma “‘sociedade das nações’”¹⁷¹. Tal viés jurídico nos movimentos pela paz, observa-se, corresponderia justamente à abordagem que renderia a La Fontaine¹⁷² o Nobel da Paz de 1913.

Não que se pretenda sugerir uma correspondência estrita entre o pensamento e a militância políticos de La Fontaine e Otlet¹⁷³, mas não se pode deixar de notar a proximidade entre suas posições quanto à natureza da paz e da guerra nas relações sociais, assim como quanto às soluções por eles previstas, constatação inquestionável frente à sua extensa e profunda colaboração referente à organização internacional. A aproximação entre a

¹⁶⁶ [...] l'une religieuse et morale [...] du pacifisme sentimental [...]

¹⁶⁷ [...] économique et libérale [...] partisans d'une « politique de la paix ».

¹⁶⁸ Segundo Rasmussen (1995, p. 322), a força e a popularidade da vertente moralista teriam sido tais que teriam influenciado inclusive a adoção ampla da expressão “pacifista” como designação geral das diversas correntes dedicadas à promoção da paz.

¹⁶⁹ [...] pacifisme réaliste et organisé.

¹⁷⁰ Sobre as Conferências de Paz de Haia, ver nota 12, p. 27.

¹⁷¹ [...] ‘société des nations’.

¹⁷² É interessante notar que, ao contrário de Otlet, La Fontaine não rejeita a nomenclatura pacifista, embora abrace igualmente a denominação internacionalismo.

¹⁷³ Em particular, dado que a bibliografia aponta a importância de posições específicas de La Fontaine – o socialismo, o feminismo e a franco-maçonaria, por exemplo – para sua atuação pública pela paz. Sobre o pacifismo e a atuação política mais ampla de La Fontaine, ver bibliografia indicada na nota 17, p. 28.

perspectiva otletiana das relações internacionais e a linha da paz pelo direito encontra também suporte na formação de advogado de Otlet, seu trabalho junto a organismos pacifistas durante a guerra (LEVIE, 2003a, p. 163, 165-167; RAYWARD, 1975, p. 203) e sua preocupação contínua com a necessidade de ordenação legal das relações entre as nações – ele justifica, afinal sua Sociedade das Nações como fundamentada e fundadora de “uma ordem internacional jurídica”¹⁷⁴ (OTLET, 1916, p. 482), assim como persistiria em elaborar e divulgar durante a Guerra sua proposta de uma constituição mundial ideal para o governo das relações internacionais.

Ainda, observa-se que a descrição realizada por Bobbio (1998a, p. 876) do “pacifismo jurídico, ou da paz pelo direito” sintetiza de modo consideravelmente acurado¹⁷⁵ os aspectos gerais da posição defendida por Otlet:

Pacifismo jurídico, ou da paz pelo direito, é [...] o que atribui as guerras à permanente anarquia da sociedade internacional e vê como único remédio a eliminação da soberania absoluta de cada um dos Estados e a criação de organizações internacionais cada vez mais amplas e cada vez mais centralizadas, até que venha a constituir-se o Superestado ou o Estado universal. Segundo este ponto de vista, é preciso distinguir bem a noção de conflito da noção de guerra. A guerra é apenas um modo caracterizado pelo uso da força organizada, de resolver os conflitos internacionais: há razões econômicas, políticas e sociais que servem para explicar a origem dos conflitos, mas só a soberania absoluta dos Estados e a fraqueza de um direito como o internacional, que é paritário e não hierárquico, explicam por que é que os conflitos entre os Estados não podem ser resolvidos, com o andar do tempo, senão pela guerra.

Na visão de Otlet, no entanto, era necessário compreender o internacionalismo como muito mais do que uma dentre diversas manifestações dos movimentos de paz: sua essência estaria na identificação e na afirmação da vida mundial como um fato dado e de sua organização como uma demanda sociológica, representando assim um processo muito mais extenso e abrangente:

O movimento pela organização da vida internacional não se confunde [...] nem com o esforço para criar um direito internacional, nem com o movimento pacifista, nem com a política internacional, nem com um simples estudo de sociologia internacional. Ele também não é um movimento internacional perseguindo fins próprios e exclusivos e substituindo simplesmente outros. *Participando de todos os movimentos particulares, ele os agrupa todos em um movimento geral.* Ele visa multiplicar os interesses, *criar a vida sob uma forma*

¹⁷⁴ Citado anteriormente em p. 62.

¹⁷⁵ À exceção possível do objetivo de um Superestado, dado que a unidade supranacional projetada por Otlet prevê a manutenção das unidades estatais, paralelamente à manutenção das unidades municipais e distritais mesmo frente à formação do Estado-nação (OTLET, 1916, p. 451).

internacional. Ele não busca realizar diretamente a paz, mas tem necessidade dela [...] ¹⁷⁶ (OTLET, 1916, p. 154, grifos nossos).

O pacifismo, assim como outros movimentos e esforços imbuídos e caráter internacional, inserir-se-ia *dentro* do processo descrito pelo internacionalismo, constituindo-se como evidência e parte da vida mundial.

Nessa perspectiva, entende-se que o argumento pela racionalidade do internacionalismo assumiria o propósito não apenas de distanciá-lo de vertentes e aspectos enganosos do pacifismo, mas de verdadeiramente qualificar o internacionalismo enquanto representativo de uma realidade factual, e não simplesmente uma posição política. Otlet reforça esse fundamento racional do internacionalismo afirmando a existência de evidências rigorosamente levantadas e analisadas em suporte à perspectiva internacionalista em todos os campos do saber:

O internacionalismo se alicerça sobre todos os conhecimentos biológicos, econômicos, históricos e sociológicos dos quais se nutre a vida intelectual de nossa época. Ele repousa sobre *uma série de ideias bem encadeadas, de uma lógica rigorosa e obtida da experiência universal* ¹⁷⁷ (UNION DES ASSOCIATIONS INTERNATIONALES, 1921, p. 22, grifo nosso).

A necessidade de expressar claramente o caráter real e racional do internacionalismo leva Otlet inclusive a avaliar a adequabilidade da expressão adotada para representar tais significados. Ele considera que “[...] a terminação *-ismo* transforma em uma espécie de parcialidade ‘político-metafísica’ o que é necessário simplesmente constatar como um fato, como um momento da história das sociedades humanas sobre a Terra” ¹⁷⁸, de modo que o mais correto seria “[...] descartar a palavra internacionalismo e substituí-la pela palavra ‘internacionalidade’ [...]” ¹⁷⁹ (OTLET, 1916, p. 155, grifo do autor).

Otlet (1916, p. 158, grifo nosso), no entanto, empregaria tal alternativa ideal muito raramente, como, por exemplo, ao prever que “[...] dessa crise mundial [a Guerra] os

¹⁷⁶ Le mouvement pour l'organisation de la vie internationale ne se confond [...] ni avec l'effort pour créer un droit international, ni avec le mouvement pacifiste, ni avec la politique internationale, ni avec une simple étude de sociologie internationale. Il n'est pas non plus un mouvement international poursuivant des fins propres et exclusives et prenant simplement place à la suite des autres. Participant de tous ces mouvements particuliers, il les groupe tous dans un mouvement général. Il vise à multiplier les intérêts, à créer la vie sous une forme internationale. Il ne cherche pas à réaliser directement la paix, mais il a besoin d'elle [...]

¹⁷⁷ L'internationalisme s'étaye sur toutes les connaissances biologiques, économiques, historiques et sociologiques dont se nourrit la vie intellectuelle de notre époque. Il repose sur une suite d'idées bien enchaînées, d'une stricte logique et tirée de l'expérience universelle.

¹⁷⁸ [...] la terminaison *isme* transforme en une sorte de parti pris « politico-métaphysique » ce qu'il faut simplement constater comme un fait, comme un moment de l'histoire des sociétés humaines sur la terre.

¹⁷⁹ [...] écarter le mot internationalisme et le remplacer par le mot « internationalité » [...]

interesses das nações sairão ainda mais solidários, e os dos indivíduos mais entrelaçados do que no passado. É dizer que *a internacionalidade terá aumentado no mundo*¹⁸⁰: ele enfatiza assim não uma convicção de resultados benéficos a se obterem pelo conflito, mas de que a Guerra e seus desdobramentos, independentemente dos particulares de seu encerramento e resolução, arraigariam a interdependência material e moral das nações e a vida mundial.

Em sua avaliação terminológica, ele também questiona os sentidos do radical “internacional”, que apesar de ter seu uso estabelecido “como equivalente da ‘comunidade internacional’”¹⁸¹, padeceria de ambiguidade, propondo em seu lugar uma gradação mais precisa de termos: “[...] conviria qualificar como *mundial* o que se refere igualmente a todas as nações, *supranacional* ao que lhes é superior e *internacional* ao que se aplica a duas ou mais nações [...]”¹⁸² (OTLET, 1916, p. 155, grifos do autor). Mattelart (2002, p. 245) observa que Otlet seria assim o primeiro autor que “[...] examina a semântica que designa o processo de ultrapassagem das fronteiras nacionais” – no entanto, mais uma vez Otlet não seguiria à risca suas próprias recomendações, propagando majoritariamente o radical tradicional e suas ambiguidades.

O caráter insistentemente afirmado do internacionalismo como fato, no entanto, traria atrelado a si a necessidade de “ação internacional”¹⁸³ (OTLET, 1916, p. 156), isto é, de atuação social em resposta à realidade constatada. A incontornabilidade que Otlet identifica na relação entre fato e demanda social resulta assim na ampliação dos sentidos do internacionalismo, de um momento histórico determinado para todo um projeto sociopolítico que deveria englobar:

[...] o estudo objetivo dos fatos internacionais, assim como a pesquisa de métodos e fórmulas conciliando os interesses nacionais opostos, unindo as tendências intelectuais e morais divergentes, determinando em cada caso particular as concepções comuns ou os objetivos coletivos¹⁸⁴ (OTLET, 1916, p. 156).

O desenvolvimento desses requerimentos resultaria na constituição do internacionalismo em “[...] uma ciência [...] uma doutrina social [...] uma arte e uma política

¹⁸⁰ [...] de cette crise mondiale les intérêts des nations sortiront encore plus solidaires, et ceux des individus encore plus enchevêtrés que par le passé. C'est dire que l'internationalité se sera accrue dans le monde.

¹⁸¹ [...] comme équivalent de la « communauté internationale ».

¹⁸² [...] il conviendrait de qualifier *mondial* ce qui convient au même titre à toutes les nations, *supernational* ce qui leur est supérieur et *international* ce qui s'applique à deux ou à plusieurs nations. [...]

¹⁸³ L'action internationale [...]

¹⁸⁴ [...] l'étude objective des faits internationaux, ainsi que la recherche de méthodes et de formules conciliant les intérêts nationaux opposés, unissant les tendances intellectuelles et morales divergentes, en déterminant en chaque cas particulier des conceptions communes ou des buts collectifs.

social [...]”¹⁸⁵ (UNION DES ASSOCIATIONS INTERNATIONALES, 1921, p. 20-21). Percebe-se assim que a preocupação de Otlet com a redução do internacionalismo a uma “parcialidade ‘político-metafísica’”¹⁸⁶ (OTLET, 1916, p. 155) assentar-se-ia mais sobre o risco da *parcialidade* do que sobre eventuais problemas com uma caracterização política ou metafísica do internacionalismo *per se*: por meio da afirmação e da fundamentação sólidas do internacionalismo no racional e no factual seria possível estendê-lo ao político e ao metafísico sem incorrer em comprometimento de seu caráter imparcial e verdadeiramente universal.

¹⁸⁵ [...] une science [...] une doctrine social [...] un art et une politique sociale [...]

¹⁸⁶ Citado anteriormente em p. 69.

3 O documento no mundo, ou a documentação como fenômeno

Car une idée s'exprime par une pléiade d'hommes en un courant de livres...

Otlet, 1934

Dentre os textos de Otlet prévios ao *Traité* dedicados à discussão de questões bibliográfico-documentárias, Fayet-Scribe (2001, p. 47) destaca como texto fundador da noção de documentação enquanto objeto, técnica e campo de conhecimentos uma publicação redigida em 1903 denominada *Les Sciences bibliographiques et la documentation*¹⁸⁷. Nesse trabalho ele explora o estado da arte dos campos de saber que teriam o livro como objeto, notando tanto sua dispersão quanto sua insuficiência para, mesmo que teoricamente agrupados, dar conta da totalidade do que ele considera ser a realidade do livro. Tais discussões disciplinares e metodológicas de Otlet são introduzidas por uma citação sobre a figura e a natureza do livro:

O personagem mais importante do mundo, que foi discutido por talvez três mil anos alternadamente como gigante ou pigmeu, presunçoso ou modesto, às vezes ousado ou tímido, sabendo como assumir todas as formas e todos os papéis, capaz de alternadamente iluminar ou obscurecer mentes, de mover paixões ou aquietá-las, criador de facções, conciliador de partidos, um verdadeiro Proteu que nenhuma definição consegue capturar – esse personagem é o Livro¹⁸⁸ (EGGER, 18--¹⁸⁹ apud OTLET, [1903] 1990, p. 71).

Embora a frase não seja da autoria de Otlet, a escolha dela para introduzir suas reflexões sugere um considerável grau de identificação entre as ideias otletianas e as características apresentadas no trecho quanto à natureza e às funções do livro, em particular a afirmação deste enquanto elemento central e especialmente poderoso no percurso histórico humano por sua capacidade de gerar múltiplos efeitos sobre o mundo.

Observa-se também que nessa epígrafe o livro é identificado com a figura mitológica de Proteu, uma divindade secundária grega que habitava os mares e os rios. De acordo com as lendas, Proteu detinha a guarda do conhecimento do passado, presente e futuro, de modo que os homens procuravam consultá-lo como oráculo; o deus, no entanto, também possuía a

¹⁸⁷ Publicado originalmente no *Bulletin de l'IIB*, v. 8, p. 125-147; traduzido para o inglês por Rayward como *The Science of Bibliography and Documentation*.

¹⁸⁸ The world's most important character, who has been discussed for perhaps three thousand years in turn as a giant or a pigmy, conceited or modest, sometimes bold or timid, knowing how to assume all forms and all roles, capable in turn of enlightening or clouding minds, of moving the passions or of calming them, creator of factions, conciliator of parties, a veritable Proteus whom no definition can capture - this personage is the Book.

¹⁸⁹ EGGER, Émile. *Histoire du livre depuis ses origines jusqu'à nos jours*. Paris: J. Hetzel, 18--.

habilidade de metamorfose, transformando-se em animais ou elementos da natureza para escapar dos que o questionavam (COMMELIN, 2011, p. 115-116). Entendendo que a aproximação entre o livro e Proteu denota certa extensão das características deste àquele, ter-se-ia no livro um elemento multiforme e detentor de conhecimento capaz de esclarecer os homens, mas que, por seu caráter mutante, os eludiria – tanto no sentido abertamente afirmado de se alcançar uma definição para o livro, quanto, entende-se, no sentido de obter-se dos livros o conhecimento contido.

Ainda sobre Proteu, a *Encyclopaedia Britannica* nota que:

Como Proteu podia assumir a forma que desejasse, ele passou a ser considerado por alguns como *um símbolo da matéria original a partir da qual o mundo fora criado*. A palavra proteico¹⁹⁰, que apresenta como um de seus sentidos aquilo que é ‘de formato ou forma mutável’, deriva de Proteu¹⁹¹ (PROTEU, 2014¹⁹², grifo nosso).

Compreendida nesse sentido, a associação do livro a Proteu implicaria em uma carga ainda maior de caráter mítico: a multiplicidade de forma compartilhada entre livro e deus não se referiria apenas ao caráter elusivo do conhecimento que em certa medida representariam, mas à própria expansividade e incomensurabilidade intrínsecas da natureza ou do real, à qual o conhecimento por sua vez reportaria.

Embora Otlet não volte a se referir diretamente a essa epígrafe seja nesta publicação ou em textos posteriores, nota-se a onipresença dos elementos expressos nessa citação no tratamento por ele dado à questão da documentação.

3.1 O caráter documentário

No texto de 1903 em particular, Otlet busca o estabelecimento de uma definição capaz de abranger a constatada multiplicidade formal ou técnica do livro. Notando a artificialidade e a insuficiência das abordagens tipológicas, ele elege uma função específica como o parâmetro definidor do que fosse um livro: sua capacidade de “[...] realizar alguma contribuição para o conhecimento de quem quer que esteja procurando por uma informação particular em um

¹⁹⁰ O sentido mais usual da expressão portuguesa “proteico” é o de “relativo a proteína”, de raiz etimológica distinta da que associa “proteico” a Proteu (Fonte: <<http://www.priberam.pt/DLPO/proteico>>. Acesso em: 14 jul. 2014). A expressão inglesa original, *protean*, apresenta apenas a acepção derivada de Proteu (Fonte: <<http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/protean?q=protean>>. Acesso em: 14 jul. 2014).

¹⁹¹ Because Proteus could assume whatever shape he pleased, he came to be regarded by some as a symbol of the original matter from which the world was created. The word protean, one meaning of which is “changeable in shape or form,” is derived from Proteus.

¹⁹² Sem paginação por se tratar de conteúdo *online*.

dado assunto”¹⁹³, “[...] não importando a forma na qual a informação seja oferecida”¹⁹⁴; capacidade esta que ele designa como o “caráter documentário”¹⁹⁵ dos objetos (OTLET, [1903] 1990, p. 77). Por meio desse recorte, cujos termos ele viria a refinar e reafirmar (OTLET, 1934, p. 9, 43), Otlet circunscreve uma categoria específica e definida, referente a um fenômeno racionalizável e identificável, que abarcaria uma variedade de objetos formalmente distintos a partir de uma faceta funcional comum, sua capacidade informativa¹⁹⁶. Frohmann (2001, p. 4, 2004, p. 39) observa que Otlet estabelece assim a documentação como um fenômeno epistemologicamente determinado, dado que delimitado por suas atribuições em relação ao conhecimento¹⁹⁷.

Nota-se, no entanto, que ao abranger toda a diversidade técnico-formal do livro a definição elaborada por Otlet expressa também o propósito de englobar toda a variedade de efeitos e consequências sociais decorrentes de sua ação e existência, tais quais os aludidos pela figura de Proteu, como aspectos integrais do fenômeno da documentação. Nesse sentido, observe-se em particular o reconhecimento de Otlet ([1903] 1990, p. 82-83, grifo nosso) de que, embora o que qualificasse um documento enquanto tal fosse sua função e não sua configuração formal, cada forma documentária “[...] [seria] uma *resposta a uma necessidade* documentária especial”¹⁹⁸. Assim, embora o parâmetro do caráter documentário determinasse a documentação enquanto fenômeno generalizado e generalizante, cada manifestação específica nele abarcada relacionar-se-ia e atenderia a necessidades sociais igualmente particulares.

Observa-se ainda que essa importância dada à correlação entre forma e função documentárias que Otlet demonstra a partir de 1903 configura-se uma colocação nova no desenvolvimento cronológico de sua obra. Em seu primeiro texto relacionado ao trabalho bibliográfico, ele asseverara que “A composição externa de um livro, seu formato e a personalidade de seu autor *são desimportantes* desde que sua substância, suas fontes de informação e suas conclusões sejam preservadas [...]”¹⁹⁹ (OTLET, [1891/1892] 1990, p. 16-17, grifo nosso). Embora a primazia da substância ou informação se verifique intacta no

¹⁹³ [...] make some contribution of knowledge to whoever is searching for particular information on a given matter.

¹⁹⁴ [...] no matter the form in which the information can be supplied.

¹⁹⁵ [...] documentary character [...]

¹⁹⁶ Tal definição funcional do documento viria a se tornar o eixo de observação e reflexão de Buckland (1991a, p. 355, 1991b, p. 586, 1997, p. 805, 806) sobre Otlet, em particular pela consequente inclusão de objetos de todo tipo na categoria de documento.

¹⁹⁷ Conhecimento aqui entendido em termos tanto de ato de conhecer quanto de um corpo de saber.

¹⁹⁸ [...] is a response to a special documentary need.

¹⁹⁹ The external make-up of a book, its format and the personality of its author are unimportant provided that its substance, its sources of information and its conclusions are preserved [...]

entendimento otletiano nos dez anos que separam essas publicações, a identificação de cada forma documentária como uma resposta, um desempenho ou uma manifestação particular e particularmente demandada de uma função informativa geral representa um novo estágio nas reflexões de Otlet: a partir de então, ter-se-ia que a forma de um documento, embora subordinada em importância à substância, não poderia mais ser considerada irrelevante por constituir a manifestação documentária de uma necessidade de informação.

Longe de ser um mero recipiente sem relação maior com o conteúdo abrigado, o continente²⁰⁰ documentário deveria ser considerado como um fator determinante nas possibilidades de expressão e difusão, e até mesmo produção da informação, de modo que, embora distintos, substância registrada e aspectos formais não seriam indiferentes um ao outro. Sob essa perspectiva, Otlet ([1903] 1990, p. 73-74) procede à observação da relação e dos efeitos estabelecidos pela documentação sobre a substância nela registrada:

O conhecimento não é idêntico aos documentos que o tornam disponível e preservam seus elementos. Ele é bastante distinto, pois é um trabalho da mente humana. No entanto, porque a mente humana é repartida em tantas partes quanto há indivíduos; porque não é possível reunir todos que se interessam pelo mesmo assunto em um tribunal permanente e universal; porque o homem só pode comunicar seu pensamento ao homem, quando não fisicamente presente, sucessivamente e por meio de sinais externos; ele foi obrigado a recorrer ao intermédio de inúmeras afirmações escritas. A possibilidade de reunir esses escritos, mesclar e traduzir ideias cria aquela permanência e simultaneidade que deveriam ser típicas da mente humana. Tais são o papel e a função da conservação e transmissão do pensamento que recaíram à escrita²⁰¹.

Em conformidade com o princípio de ordem estabelecido pelo caráter documentário, Otlet descreve os documentos essencialmente por suas atribuições relativas ao conhecimento: torná-lo disponível, preservá-lo, intermediar sua comunicação, dotá-lo de permanência e simultaneidade. Mais ainda, nota-se em particular que ele expressa nesta descrição a compreensão de que tais efeitos, apesar de específicos da ação de documentar, *deveriam*, num cenário ideal e racionalmente concebido, ser inatos (“típicos”) da mente humana enquanto

²⁰⁰ Adotamos a expressão “continente” como opção de tradução do francês *contenant* e do inglês *container* em continuidade à prática previamente estabelecida por outros autores da língua portuguesa, notadamente Ortega e Lara (LARA, 2010; ORTEGA, 2009a, 2009b, 2010, 2011; ORTEGA; LARA, 2009).

²⁰¹ Knowledge is not identical with the documents which make it available and preserve its elements. It is quite distinct, for it is a work of the human mind. Nevertheless, because the human mind is parcelled out into as many pieces as there are individuals, because it is not possible to gather together all who concern themselves with the same subject into a universal and permanent assizes, because man can only communicate his thought to man when not physically present, successively and by means of external signs, he has been forced to have recourse to the intermediary of innumerable written statements. The possibility of gathering these writings together, of blending and translating ideas, creates that permanence and simultaneity which ought to be typical of the human mind. Such are the role and function of conservation and transmission of thought which have devolved onto writing.

produtora de conhecimento. Somente devido à carência dessa conjuntura que o recurso aos documentos se apresentaria como uma necessidade incontornável da condição humana. Otlet esboça assim o documento como elemento de aproximação entre as condições mentais naturais do homem e as condições consideradas desejáveis e ideais – caracterização que viria a sustentar associações profundas entre a documentação e a mente humana.

3.2 O documento como livro e escrita

Observemos antes, no entanto, que embora a definição do caráter documentário como parâmetro levasse necessária e propositadamente à abertura de inúmeras tipologias possíveis do documento, incluindo formas exclusiva ou predominantemente imagéticas e sonoras (VAN ACKER, 2011b, p. 36), a reflexão de Otlet acima apresentada se pauta no *escrito* como modelo da função documentária: mesmo frente à possibilidade de uma miríade de formatos e manifestações, ele sugere que a natureza do escrito representaria adequada e suficientemente o que de fundamental compõe o processo de documentar. Não se trata, embora possa parecer a princípio, de uma contradição ao conceito amplo de documento, e sim da representação do todo pela parte; uma relação metonímica, portanto, que Otlet estabelece entre escrita e documentação.

Para Otlet, a escrita marcaria o início de uma sequência histórico-evolutiva caracterizada pelo desenvolvimento de meios e métodos de raciocínio e comunicação, cujo traço principal repousaria na possibilidade de externar elementos elaborados pela mente humana por seu registro; nesse processo, a transição entre fala e escrita seria o marco que fundaria a documentação como fenômeno técnico-social (OTLET, [1920]²⁰² 1990, p. 176, 1934, p. 10, 36, 38-39, 44, 429-430, 1935, p. 387). Uma vez que ela inauguraria efetivamente a possibilidade de documentar, Otlet constrói a escrita em arquétipo do fenômeno da documentação como um todo, representando por meio dela as características de permanência e simultaneidade, conservação e transmissão do “trabalho da mente humana”²⁰³ (OTLET, [1903] 1990, p. 73), compartilhadas por toda a multiplicidade dos documentos.

Otlet também emprega de modo semelhante, e possivelmente mais notável (e mais notado na bibliografia), a figura do livro em sua caracterização do fenômeno da documentação. Day (1997, 2001, p. 10, 2014, p. 18, 20), em particular, observa diversas vezes o modo e os efeitos desse emprego retórico, afirmando que nos textos de Otlet “[...] livros

²⁰² Publicado originalmente pelo IIB sob o título *L'Organisation internationale de la bibliographie et de la documentation*; traduzido para o inglês por Rayward como *The International Organisation of Bibliography and Documentation*.

²⁰³ Citado anteriormente em p. 74.

realizam um papel metonímico de ser tanto um objeto material quanto um conceito documentário generalizado, e sempre um suplemento para o cérebro humano, tanto de um autor quanto, coletivamente, da civilização”²⁰⁴ (DAY, 2014, p. 20, grifo nosso).

O acúmulo de sentidos resultante do intercâmbio generalizado entre as expressões livro e documento pode inclusive ser apontado como responsável por grande parte da incerteza terminológica, e, em certa medida, conceitual, frequentemente apontada na literatura quanto ao tratamento dado por Otlet à documentação.

Saldanha (2012, p. 144-147), por exemplo, frisa em sua leitura do *Traité* como Otlet demonstra, qualitativa e quantitativamente, depender profundamente do conceito do livro para caracterizar e expressar o conceito do documento, notando que não apenas a expressão *livre* (livro) é mais frequentemente empregada, mas o uso de *document* (documento) é quase sempre realizado conjuntamente a *livre* (em *livre-document* – livro-documento – ou *le livre et le document* – o livro e o documento). Ele chega a afirmar que “[...] em momento algum do *Traité*, o ‘documento’ está, de fato, conceituado sem o aporte da noção de livro [...]”, o que o leva a concluir “[...] que o *Traité* reflete mais sobre o livro, e menos sobre o documento, em sua construção argumentativa [...]” (SALDANHA, 2012, p. 144-145). Para esse autor, a onipresente proximidade entre livro e documento é compreendida como expressiva de dependência conceitual, de modo que a construção do documento se identificaria imatura na obra otletiana, e o emprego do termo *document* por Otlet deveria ser entendido mais como a proposição de um “novo ‘nome’ do livro” (SALDANHA, 2012, p. 145) do que a construção de fato de um novo conceito.

Em seu estudo terminológico do *Traité*, Ayuso García observa igualmente a proximidade contínua entre livro e documento, mas lhe confere outra interpretação: para ela, “A definição geral que Otlet estabelece sobre livro e documento [...] nos obriga a estudar livro e documento juntos, *já que para Otlet são uma mesma realidade*, embora às vezes esta se apresente com algumas contradições”²⁰⁵ (AYUSO GARCÍA, 1995a, p. 590, grifo nosso). A autora afirma ainda a existência de um esforço contínuo por Otlet rumo à “clareza conceitual”²⁰⁶, corrompida por

²⁰⁴ [...] books play the metonymical role of being both a material object and a generalized documentary concept, and always a supplement to the human brain, both of an author and collectively of civilization.

²⁰⁵ La definición general que sobre libro y documento recoge Otlet [...] nos obliga a estudiar libro y documento juntos, ya que para Otlet, son una misma realidad, aunque a veces ésta se nos presente con algunas contradicciones.

²⁰⁶ [...] claridad conceptual [...]

[...] sutis fissuras, e inclusive com algumas incoerências [...] percebe-se que ele nos apresenta ‘livro’ e ‘documento’ por vezes como duas realidades dessemelhantes, e que possivelmente empobrece o conceito de ‘documento’ ao assemelhá-lo a ‘livro’ e não vice-versa, ‘livro’ como uma classe a mais de documento²⁰⁷ (AYUSO GARCÍA, 1995a, p. 607-608).

Ayuso García (1995a, p. 637) entende essas imprecisões e ambiguidades como resultantes da tensão entre a busca de estabelecer-se “o conceito globalizador de documento”²⁰⁸ e “a preponderância absoluta do documento sob forma de livro impresso”²⁰⁹, de modo que refletiriam o próprio processo de construção conceitual e disciplinar que Otlet estava em vias de conduzir.

Como a autora, identificamos no intercâmbio de livro e documento o movimento de tensão de construção de uma nova delimitação teórico-conceitual, com o propósito de designar o fenômeno identificado na documentação. Acreditamos, no entanto, que embora resultando em imprecisão e confusão do ponto de vista terminológico, tal acúmulo de sentidos seria não um excesso ou uma falta resultante do processo de elaboração conceitual que Otlet busca realizar, mas *a própria construção* que ele opera; Otlet procura ampliar e transformar as possibilidades do que a *função* livro poderia ser, alicerçando-as simultaneamente em toda a carga cultural e social tradicionalmente associada à *forma* livro. Dentro desse processo de extensão e enraizamento, ter-se-ia que, enquanto fenômeno, “[...] não pode[ria] haver distinção clara entre a noção do livro e do documento em termos de qualidade [...]”²¹⁰ (DAY, 1997, p. 313-314), como nota-se na cunhagem por Otlet (1934, p. 216) da expressão “substitutos do livro”²¹¹ para referir-se às novas tipologias documentárias tornadas possíveis pelos avanços da tecnologia:

Uma após a outra, maravilhosas invenções vieram estender imensamente as possibilidades da documentação. Elas não se apresentam no prolongamento direto do desenvolvimento do livro, mas em *uma espécie de prolongamento desviado*: o objeto no museu, o telégrafo e o telefone, o rádio, a televisão, o cinema, os discos. Têm-se aqui em certa medida substitutos do livro, no sentido de que os processos novos permitem obter os resultados que busca o livro

²⁰⁷ [...] sutiles fisuras, e incluso con algunas incoherencias, ya que cuando se profundiza, se percibe que "libro" y "documento" en ocasiones nos los presenta como dos realidades desemejantes, y que quizás empobrece el concepto de "documento" al asemejarlo a "libro" y no viceversa, "libro" como una clase más de "documento".

²⁰⁸ [...] el concepto globalizador de documento [...]

²⁰⁹ [...] la preponderancia absoluta del documento bajo forma de libro impreso.

²¹⁰ [...] there can be no clear distinction between the notion of the book and the document in terms of quality [...]

²¹¹ « Substituts du livre »

(informação, comunicação), recorrendo a meios diferentes dele²¹² (OTLET, 1934, p. 216, grifo nosso).

A proposição de Otlet de que se poderia “prolongar” ou estender o livro por outros meios técnicos dele distintos se sustenta assim sobre a compreensão de que se teria no livro o referencial de um documento enquanto ideia e função, de modo semelhante à identificação da escrita com a ação de documentar. Na medida em que esses novos meios compartilhassem das funções do livro, eles atenderiam ao critério do caráter documentário, constituindo-se enquanto documentos por constituírem-se, por extensão, (como) um livro²¹³.

3.3 Evolução e o documento como máquina

Observa-se assim que, conjuntamente, a eleição do caráter documentário como parâmetro do fenômeno da documentação e o uso metonímico indiscriminado da escrita e do livro permitem que Otlet construa um contínuo ordenador para a documentação, qualificando toda a diversidade tipológica dos documentos como prolongamento direto ou “desviado” de um modelo original. O apagamento de distinções em prol de funções compartilhadas estabelece desse modo uma narrativa naturalizada, tanto do desenvolvimento da documentação como fenômeno, como das diversas manifestações documentárias que o compõem; narrativa esta orientada pelo sentido evolucionário expresso na convicção de Otlet ([1903] 1990, p. 73-74, grifo nosso) quanto às habilidades que “*deveriam* ser típicas da mente humana”²¹⁴.

Segundo Otlet ([1920] 1990, p. 176), “o homem progredi[ra] do barbarismo primitivo”²¹⁵ pela formação e pelo aperfeiçoamento da linguagem, sua articulação pela escrita e por alfabetos, pela fixação de ideias linguisticamente expressas em textos, pelo nascimento gradual do livro e dos diferentes tipos de documentos. Ele associa assim o desenvolvimento das capacidades de documentação ao progresso civilizatório, identificando realizar-se pelos documentos uma transformação sociotécnica análoga à realizada pelo advento de ferramentas e máquinas:

²¹² Coup sur coup des inventions merveilleuses sont venues étendre immensément les possibilités de la documentation. Elles ne se sont pas présentées dans le prolongement direct du développement du livre mais en quelque sorte dans son prolongement dévié : l’objet dans le musée, le télégraphe et le téléphone, la radio, la télévision, le cinéma, les disques. Il y a là sous un certain rapport des substituts du livre, en ce sens que les procédés nouveaux permettent d’atteindre les résultats que recherche le livre (information, communication), en mettant en oeuvre d’autres moyens que lui.

²¹³ Unicamente nesse sentido, inclusive, seria possível acatar a caracterização de Saldanha (2012, p. 145) do documento como um “novo ‘nome’ do livro” em Otlet.

²¹⁴ Citado anteriormente em p. 74.

²¹⁵ Man has progressed from primitive barbarism [...]

O livro se tornou para a mente o que a ferramenta, a máquina, foi para a mão: uma verdadeira extensão da pessoa individual. Ele intensificou o poder intelectual do homem em proporções tão grandes quanto uma máquina, originando com a ferramenta primitiva, aumentara seu poder físico²¹⁶ (OTLET, [1920] 1990, p. 176).

Observa-se que a afirmação de Otlet diferencia documento e máquina por seus espectros de atuação, mas associa-os ao redor de seu propósito comum de intensificar as capacidades do homem, esboçando desse modo uma relação de correspondência e complementaridade entre documentação e maquinário. Embora aparente ser clara e direta no trecho acima, nota-se que os limites dessa relação demonstram-se constantemente difusos e ambíguos: ora, como acima citado, Otlet (1934, p. 44) trata máquina e documentação como distintos meios de produção desenvolvidos pelo homem – esta produzindo “utilidades intelectuais”²¹⁷, e aquela produzindo “as coisas úteis e consumíveis”²¹⁸ –; ora ele emprega a expressão máquina em sentido amplo, como representativa de qualquer “prolongamento”²¹⁹ de órgãos e funções humanas (OTLET, 1934, p. 360) – incluindo-se aí os documentos. Tem-se, portanto, que a documentação é retratada por vezes como um *equivalente* intelectual da máquina, por outras como uma *espécie* do gênero máquina voltada para a expansão das capacidades intelectuais; permanece constante, porém, o foco de Otlet na intensificação das capacidades produtivas humanas – seu “poder” ou “potência”²²⁰ (OTLET, 1934, p. 390) – como determinante da aproximação entre documentação e maquinário.

Tamanha importância dada à capacidade humana para produzir é onipresente no pensamento de Otlet não apenas no que se refere à documentação, mas também à sua visão sociológica e antropológica geral, como expresso em *Problèmes* (1916, p. 84, grifos nossos):

O homem ao longo dos séculos tem devido sua superioridade sobre todos os seres vivos ao seu valor produtivo, ao rendimento de seu trabalho. *O homem em última análise constitui uma máquina mais ou menos aperfeiçoada*, produzindo um trabalho cujo rendimento varia conforme o aperfeiçoamento em si *das partes que o compõem*. *As produções resultantes do trabalho do homem são os fatores essenciais da evolução da espécie humana*²²¹.

²¹⁶ The book became to the mind what the tool, the machine, was to the hand: a veritable extension of the individual person. It intensified man's intellectual power in proportions as great as a machine, originating with the primitive tool, increased his physical power.

²¹⁷ [...] des utilités intellectuelles.

²¹⁸ [...] les choses utiles et consommables [...]

²¹⁹ [...] prolongement [...]

²²⁰ [...] puissance [...]

²²¹ L'homme au cours des siècles a dû sa supériorité sur tous les êtres vivants à sa valeur productive, au rendement de son travail. L'homme en dernière analyse constitue une machine plus ou moins perfectionnée,

Dada a associação intrínseca entre produção e maquinário, a afirmação de Otlet da capacidade produtiva como o fator fundamental da identidade e trajetória humanas implica na possibilidade de, “em última análise”, qualificar-se como máquina não apenas uma categoria dentre os meios de produção, ou mesmo o conjunto de todas elas, mas o próprio homem em sua essência. Essa compreensão fundamenta a adoção por Otlet da linguagem de extensão e prolongamento para designar máquinas e documentos: ao aperfeiçoarem o rendimento do trabalho humano, elas atuariam – e se tornariam – como *partes componentes* do homem.

Otlet adota assim o raciocínio caracteristicamente moderno segundo o qual “[...] as ferramentas perdem seu caráter instrumental, *desaparecendo a distinção* entre o homem e seus utensílios [...]” (MENDES, 2014, p. 54, grifo nosso). Semelhantemente ao apagamento realizado em torno do critério documentário e da figura do livro, essa supressão torna possível traçar uma linha de continuidade entre biológico e mecânico orientada pela ideia de evolução e adaptação, estabelecendo uma lógica que Otlet já adotara ao, simultaneamente, considerar a sociedade como um organismo biológico organicamente constituído, e identificar a necessidade de aperfeiçoar, planejar e projetar seus desenvolvimentos futuros em termos de ajuste de um mecanismo²²².

No que se refere a máquinas e documentos, compreendê-los em termos de evolução envolveria tanto afirmar produzirem-se por eles os *efeitos* evolutivos de intensificação e aumento do poder do homem, quanto identificar neles a constituição de uma nova *etapa* evolucionária na História humana. Como observa Otlet (1934, p. 30),

Constata-se que a evolução do corpo do homem se tornou quase estacionária desde tempos históricos. Quase não houve transformações em seus órgãos, seus membros, seus sentidos. Mas constituiu-se como um prolongamento externo da sua pessoa. Um, a ferramenta prolongadora de sua mão (mão-ferramenta); outro, o livro, prolongamento de seu cérebro (cérebro-livro). Há aqui uma espécie de desenvolvimento exodérmico oposto ao desenvolvimento endodérmico [...]²²³.

produisant un travail dont le rendement varie avec le perfectionnement même des rouages qui le composent. Les productions résultant du travail de l'homme sont les facteurs essentiels de l'évolution de l'espèce humaine.

²²² Ver capítulo 2, seção 2.2.2.

²²³ On constate que l'évolution du corps de l'homme est devenue à peu près stationnaire depuis les temps historiques. Il n'y a guère eu de changements dans ses organes, ses membres, ses sens. Mais il s'est constitué comme un prolongement externe de sa personne. L'un, l'outil prolongement de sa main (main-outil); l'autre, le livre, prolongement de son cerveau (cerveau-livre). Il y a là une sortie de développement exodermique opposé au développement endodermique [...]

Os prolongamentos artificiais do homem dariam continuidade ao processo evolucionário que anteriormente formara a espécie humana, havendo unicamente uma mudança na forma – de endodérmica para exodérmica – pela qual se manifestaria a marcha da evolução. As limitações físicas do *corpo* humano não condicionariam mais os limites da *pessoa* humana: na medida em que esta seria essencialmente definida em termos de sua capacidade de produção, ao homem seria possível expandir-se além da barreira da pele por intermédio da “mão-ferramenta” e do “cérebro-livro”.

Otlet carrega desse modo o conjunto de transformações biológicas e técnicas verificadas na trajetória humana de sentidos – direcionamento e significados – comuns, reafirmando mais uma vez o processo de naturalização do artificial: a evolução exodérmica não apenas seria análoga à evolução endodérmica, com documentos e máquinas compartilhando das funções de órgãos e sentidos, mas seu desenvolvimento corresponderia à própria lógica natural da evolução, constituindo a continuidade (extensão, prolongamento) do corpo biológico no percurso histórico do homem. Operar-se-ia assim progressivamente uma “[...] *substituição total* da capacidade produtiva humana por máquinas, já que estas possuem capacidades produtivas muito superiores” (MENDES, 2014, p. 54, grifo nosso) – máquinas e documentos seriam, afinal, *mais evoluídos* do que o corpo natural, de modo que, por substituição, suas propriedades e potencialidades tornar-se-iam os novos parâmetros de referência, normativos ou idealizados, no lugar das habilidades naturais.

3.4 Pensamento e desdobramento

Ainda que esse movimento de substituição direcionasse Otlet a pensar e a projetar constantemente o futuro do homem e dos documentos, observa-se que ele não concebe a substituição de mente por documento como elemento de um estágio a se alcançar, mas como um aspecto estrutural da documentação: tendo iniciado com o surgimento da escrita, ela operaria como pressuposto subjacente a todo o esforço otletiano para a problematização da documentação, sustentando a narrativa evolucionária. As construções de Otlet (1934, p. 429) quanto à iminência de um estágio de “Hiper-Documentação”²²⁴ e “Hiperinteligência”²²⁵, em que as capacidades mentais do homem seriam estendidas até a ubiquidade, alicerçar-se-iam desse modo não sobre uma possibilidade hipotética, mas sobre um fato estabelecido, uma *lei* – especificamente, uma série de “leis bibliológicas”²²⁶ desenvolvidas a partir de um fundamento

²²⁴ [...] l'Hyper-Documentation.

²²⁵ [...] l'Hyper-Intelligence.

²²⁶ [...] lois bibliologiques [...]

estrutural – um axioma – da documentação: “O livro, o documento trouxeram *uma realidade nova distinta de todas as outras: a materialização do pensamento*. Como o pensamento é uma imagem das coisas, o livro veio dar uma reprodução, uma cópia do mundo, este sendo tomado como o modelo”²²⁷ (OTLET, 1934, p. 425, grifo nosso).

Otlet (1935, p. 349-350) considerava que, para “além de suas formas individuais e concretas”²²⁸, todas as produções e criações humanas²²⁹ teriam como fonte ou origem compartilhada o pensamento que as conceberia e elaboraria, assim como teriam o propósito comum de contribuir para seu avanço e desenvolvimento. Em consonância à eleição da capacidade produtiva como a característica definidora da espécie humana, ele as designa como os fatores responsáveis pelo processo civilizatório em sua ação transformadora da realidade em favor do homem, afirmando que “A civilização é caracterizada por *uma espécie de separação* que se opera entre as ideias, os sentimentos, as vontades formadas originalmente em certos homens e esses certos homens em si. Elas se despersonalizam e formam sistemas amplamente autônomos”²³⁰ (OTLET, 1935, p. 349, grifo nosso). Para Otlet, pelo ato de produzir o homem descolaria de si os elementos de seu pensamento, que concretizados em criações diversas passariam a atuar de modo independente de seus criadores e a compor-se em “sistemas” nos quais se uns se articulariam a outros.

Ele enfatiza essa autonomização progressiva dos produtos humanos ao observar que “[...] entre as esferas do ser e da natureza *uma espécie de socioesfera*”²³¹ [...] vai se desenvolvendo”²³² (OTLET, 1935, p. 349, grifo nosso), uma nova camada da realidade

²²⁷ Le livre, le document, ont apporté une réalité nouvelle distincte de toutes les autres: la matérialisation de la pensée. Comme la pensée est une image des choses, le livre est venu donner une reproduction, une copie du monde, celui-ci étant tenu comme le modèle.

²²⁸ [...] au delà de leurs formes individuelles et concrètes [...]

²²⁹ Otlet (1935, p. 349) considera como tais um heterogêneo grupo de elementos: “[...] os produtos do trabalho, as técnicas pelas quais se efetua esse trabalho, as instituições de toda ordem que constituem a sociedade, a formação ou educação os próprios homens, as obras, mais intelectuais que materiais, nas quais se incorporam as ideias, os sentimentos, as vontades, obras de ciência, arte, literatura, os documentos de toda espécie [...]” ([...] *les produits du travail, les techniques par lesquelles s'effectue ce travail, les institutions de tout ordre qui constituent la société, la formation ou éducation des hommes eux-mêmes, les oeuvres, plus intellectuelles que matérielles, dans lesquelles s'incorporent les idées, les sentiments, les volontés, oeuvres de science, d'art, de littérature, les documents de toute espèce [...]*).

²³⁰ La civilisation est caractérisée par une sorte de séparation qui s'opère entre les idées, les sentiments, les vœux formés originellement en certains hommes et ces hommes eux-mêmes. Ils s'impersonnalisent et forment des systèmes largement autonomes.

²³¹ Em *Monde* (1935, p. 237) Otlet refere-se a uma camada semelhante sob o nome de “noosfera” (*noosphère*), correspondente à inteligência humana; enquanto o estudo de Ducheyne (2009) analisa diferentes configurações propostas por Otlet que empregam estruturas de esferas sobrepostas para representar a projeção da ação humana no universo. Para os fins de nossa leitura, no entanto, não importam as referências precisas e sim a compreensão de Otlet de que a ação humana fosse capaz de produzir elementos cujos efeitos e autonomia seriam tais que se tornaria cabível referir-se a eles coletivamente como uma nova “esfera” ou “camada” do universo.

²³² [...] entre les sphères du moi et de la nature comme une sociosphère [...] va se développant.

formada pelo conjunto da produção humana, que apesar de se originar do homem se tornaria “outro” em relação a ele – se *despersonalizaria* – de tal modo que passaria a operar com independência e autonomia equivalentes às dos elementos naturais.

Esse mesmo processo geral se daria com os documentos, mas estes se distinguiriam por, diferentemente de todos os outros, operarem *sobre* o pensamento, materializando-o. Pelo ato criador de documentar, o pensamento seria “fixo”²³³ em objetos físicos (OTLET, 1934, p. 10), gerando um amálgama; o pensamento fluido e imaterial passaria então a dispor dos atributos de estabilidade e disponibilidade que caracterizariam seu estado de registro. Otlet (1934, p. 426, grifo nosso) expressa os diferentes efeitos daí decorrentes observando que, enquanto os outros produtos humanos constituir-se-iam em “novas causas”²³⁴, isto é, novos elementos integrantes da realidade que despertariam a atividade produtiva humana, a documentação “*interv[iria]*”²³⁵ sobre a “exteriorização”²³⁶ ou expressão do homem, alterando as condições estruturais de elaboração e comunicação do pensamento. Como descrevem as leis bibliológicas:

[...] a) Constitui-se pelos livros um verdadeiro desdobramento dos espíritos, o ‘duplo da humanidade’. b) Esse ‘duplo documentário’ vai se emancipando mais e mais de seus geradores os escritores, se destacando deles, ele age daí em diante sem eles, e produz um efeito ampliado pela acumulação de dados escritos e aprofundado pelo processo sempre mais desenvolvido de abstração e de generalização de ideias que tornam possível o documento. c) Em toda parte, a condição humana é totalmente modificada²³⁷ (OTLET, 1934, p. 425).

Observa-se que, embora Otlet (1934, p. 425) qualificasse tais leis como “próprias aos livros”²³⁸ – isto é, leis expressivas de especificidades do fenômeno da documentação, em oposição às leis oriundas de outros campos do saber cujos raciocínios seriam extensíveis aos documentos –, o percurso por elas descrito conforma-se à trajetória de todas as criações humanas. A especificidade do duplo documentário estaria no fato de que somente sua formação, dentre todas as ações de produção humanas, operaria um *desdobramento* do pensamento, realizando segundo Day (1997, p. 316, grifo nosso) sua “*repetição e divisão*

²³³ [...] fixée [...]

²³⁴ [...] de nouvelles causes.

²³⁵ [...] intervient [...]

²³⁶ [...] l’extériorisation [...]

²³⁷ [...] a) Il se constitue par les livres une véritable dédoublement des esprits, le « double de l’humanité ». b) Ce « double documentaire va en s’affranchissant de plus en plus de ses générateurs les écrivains, se détachent d’eux, il agit ensuite sans eux, et produit un effet en largeur par l’accumulation des données écrites et en profondeur par le processus toujours plus développé de l’abstraction et de la généralisation des idées que rend possible le document. c) Partout, la condition humaine en est toute modifiée.

²³⁸ [...] propres aux Livres

simultâneas”²³⁹: na documentação a separação de um elemento original em dois (“divisão”) resultaria na obtenção de seu equivalente, sua cópia (“repetição”), e não de sua metade. Os documentos estabeleceriam com o pensamento relações de, simultaneamente, diferença e semelhança: enquanto por semelhança ou “repetição” do conteúdo o documento se caracterizaria efetivamente como um duplo do espírito humano, pela diferença ou “divisão” da materialização no continente ele se destacaria do homem que o produziria, adquirindo forma própria. Ter-se-ia assim que no ato de documentar não se obteriam produtos concebidos *pelo* pensamento, como em outras ações criadoras humanas, mas o próprio pensamento seria materializado *como* produto.

Otlet (1934, p. 39, grifos nossos) considera que previamente à documentação o pensamento teria começado a adquirir forma distintiva pelo desenvolvimento da oralidade, com “a fala exterior [...] acab[ando] por *modelar* a fala interior”²⁴⁰ (isto é, o pensamento) e tornando-o “uma realidade *quase* tangível”²⁴¹. A linguagem verbal teria possibilitado exteriorizar e expressar o pensamento, mas não permitira sua duplicação permanente, conservando-o sujeito às habilidades de memória e fala individuais para existir e circular. O surgimento da escrita e dos documentos teria aprofundado esse processo de “modelagem” do pensamento, não apenas por fomentar o desenvolvimento da linguagem verbal – que seria, enquanto meio de expressão do pensamento, também fixada nos documentos (OTLET, 1934, p. 10, 83, 87, 429), tendo assim suas condições de formação significativamente alteradas –, mas em particular por provê-lo de formas e expressões progressivamente mais variadas e complexas, e que lhe dariam *corpo* – incorporariam – independente da memória humana (OTLET, 1934, p. 107, 1935, p. 349). A documentação acresceria assim o pensamento de autonomia e tangibilidade em relação às limitações físicas humanas, tornando-o por desdobramento uma realidade efetivamente própria, “*distinta* de todas as outras”²⁴² (OTLET, 1934, p. 425, grifo nosso).

3.5 A matéria bibliológica e a documentação como molde e arquitetura

As ideias de modelagem, tangibilidade e corpo às quais Otlet alude para descrever a ação da documentação sobre o pensamento sustentam sua caracterização deste como uma matéria ou substância – a “matéria do pensamento”²⁴³ (OTLET, 1934, p. 107) –, e a

²³⁹ [...] the simultaneous division and repetition [...] which the text performs [...]

²⁴⁰ [...] a fini par modeler la parole intérieure [...]

²⁴¹ [...] une réalité presque tangible.

²⁴² Citado anteriormente em p. 82.

²⁴³ [...] matière de la pensée [...]

identificação da “porção do Pensamento humano incorporada nos livros em geral”²⁴⁴ como “a matéria bibliológica”²⁴⁵ (OTLET, 1934, p. 107). Percebe-se que, apesar da proximidade entre as expressões matéria e materialização, essa designação de Otlet não se relacionaria especificamente ao processo de fixação do pensamento em documentos, e sim à identificação do pensamento enquanto entidade concreta e identificável, “reconhecível em si mesma”²⁴⁶ (FROHMANN, 2004, p. 37), distinguível e distinta fosse do documento no qual se encontrasse contida, fosse da mente que a elaborasse. O pensamento seria reafirmado assim como um elemento próprio independentemente de sua materialização, que, no entanto, por dar-lhe forma distintiva, evidenciaria essa substancialidade inerente.

Frohmman (2004, p. 37) deduz o conteúdo documentado como um elemento assim próprio a partir da possibilidade continuamente reiterada por Otlet de que ele pudesse ser *extraído* dos documentos de modo semelhante à extração de minérios do solo da Terra. Otlet efetivamente adota repetidas analogias de cunho industrial²⁴⁷ para caracterizar as possibilidades e necessidades de tratamento da substância documentada, como as figuras da “‘metalurgia’ do papel”²⁴⁸ (OTLET, 1934, p. 373-373bis) e do “edifício documentário”²⁴⁹ (OTLET, [1920] 1990, p. 194). Na primeira ele caracteriza a obtenção da substância documentada como uma atividade de mineração e fundição metalúrgica: tratar-se-ia de “[...] pôr ordem nas ‘montanhas’ de papéis e documentos; [...] fazer túneis em direção a essas montanhas, cujos flancos abrigam tesouros, extrair delas o bom mineral e em seguida separar o metal puro da sua ganga”²⁵⁰ (OTLET, 1934, p. 373-373bis). A matéria bibliológica seria desse modo não apenas identificada, mas também purificada e isolada em sua essência de quaisquer elementos que a obscurecessem. Na segunda Otlet descreve o emprego da matéria bibliológica assim obtida na construção colaborativa de um edifício de conhecimento, considerando-a em termos de pedras mineradas e aparadas prontas para o encaixe (OTLET, [1891/1892] 1990, p. 11-12, [1920] 1990, p. 185; LA FONTAINE; OTLET, [1895] 1990, p. 27). Observa-se que a associação entre matéria bibliológica e elementos minerais estabelecida nessas analogias aproxima explicitamente o pensamento de recursos naturais materiais,

²⁴⁴ La portion de la Pensée humaine incorporée dans les livres [...]

²⁴⁵ [...] la matière bibliologique [...]

²⁴⁶ [...] recognizable in itself [...]

²⁴⁷ O uso da linguagem e da imagem do maquinário para designar as atividades de tratamento documentário foi observado previamente por nós em Moura e Lara (2012).

²⁴⁸ [...] "métallurgie" du papier [...]

²⁴⁹ [...] documentary edifice [...]

²⁵⁰ [...] mettre de l'ordre dans les "montagnes" de papiers et de documents [...] faire des galeries d'approche vers ces montagnes, dont les flancs recèlent des trésors, en extraire le bon mineral et ensuite séparer le métal pur de sa gangue.

tratando-o como uma *matéria-prima* sujeita a uma série de procedimentos de natureza industrial – extração, manipulação, processamento, enriquecimento, retrabalho, armazenamento, modelagem – e a ser empregada para erigirem-se construções.

Como buscam descrever especificamente a atividade técnica de tratamento dos documentos, essas figuras de Otlet observam enquanto matéria-prima somente a porção do pensamento correspondente à matéria bibliológica, mas compreende-se tratar-se de um aspecto característico da matéria do pensamento em geral, uma vez que a substancialidade do pensamento documentado seria fundamentalmente derivada do pensamento imaterial. A possibilidade de manipulação, de “reunir [...], mesclar e traduzir ideias”²⁵¹ (OTLET, [1903] 1990, p. 73-74) – fosse por tratamento técnico ou construção do conhecimento – que sustentaria o entendimento do pensamento como matéria-prima não teria surgido com o desenvolvimento de técnicas de tratamento documentário, mas pela modelagem do pensamento realizada pela fala e pela documentação, e esta ainda como desenvolvimento de uma potencialidade intrínseca do pensamento.

Ao fixar a fluida matéria do pensamento em forma estável, no entanto, a condição de materialização atuaria justamente sobre esse atributo de maneabilidade, explorando-o ao moldar o pensamento e elaborar com ele novas construções. O tratamento técnico dos documentos, por sua vez, reproduziria esse percurso do fenômeno da documentação “reprocessando” a matéria bibliológica de modo a moldá-la em nova forma. Observando-se a imagem metalúrgica, percebe-se que o processo de purificação realizado pelo tratamento documentário seria essencialmente uma operação sobre a forma, e não sobre o conteúdo: assim como a separação do “metal puro” envolveria fundição do minério para isolamento dos componentes e a solidificação subsequente de cada um individualmente, ter-se-ia de modo equivalente a identificação dos distintos elementos da matéria bibliológica, “a cuidadosa eliminação de toda a repetição desnecessária”²⁵² (OTLET, [1920] 1990, p. 185), e a reinscrição do “bom mineral”²⁵³ (OTLET, 1934, p. 373bis) resultante em novos documentos.

Frohmann (2008, p. 80-84) não apenas nota a dimensão das preocupações formais de Otlet, como igualmente observa as implicações destas para o entendimento otletiano da relação entre forma e substância, afirmando que o tratamento documentário consistiria fundamentalmente na aplicação de “*técnicas disciplinadas de escrita*”²⁵⁴ (FROHMANN, 2008, p. 84, grifo nosso), isto é, na prescrição e normatização da forma de inscrição do

²⁵¹ Citado anteriormente em p. 74.

²⁵² [...] the careful elimination of all unnecessary repetition.

²⁵³ Citado anteriormente em p. 85.

²⁵⁴ [...] disciplined techniques of writing [...]

pensamento em documentos. Ele aponta assim que o âmago da questão formal em Otlet não se encontraria em seu inegável entusiasmo pelas possibilidades trazidas pelas novas mídias de seu tempo (GOLDSCHMIDT; OTLET, [1906] 1990, [1925] 1990; LEVIE, 2003b; OTLET, 1934, p. 216-238, 387-389, 428; RAYWARD, 1997, p. 296-298), mas sim em sua ênfase na expressão intelectual como elemento determinante na formação e na compreensão do pensamento.

Otlet (1934, p. 46) compreende que cada documento seria composto por cinco categorias de elementos: materiais, gráficos, linguísticos, intelectuais, e científicos ou literários. Enquanto estes últimos corresponderiam estritamente ao conteúdo, substância ou matéria bibliológica, os quatro primeiros em conjunto comporiam o continente documentário. Os elementos intelectuais, especificamente, diriam respeito à organização ou “exposição”²⁵⁵ (OTLET, 1934, p. 97) textual da matéria bibliológica, isto é, à configuração adquirida pelo pensamento ao ser fixo, escrito, documentado. Otlet (1934, p. 47, grifo nosso) os descreve como “[...] *moldes* preparados para receber o pensamento [...]”²⁵⁶, designando-os assim como, dentre os componentes do continente documentário, os mais direta e efetivamente associados à modelagem da matéria ou substância por ele contida. Na medida, inclusive, em que o papel essencial da documentação estaria em sua função de dar forma ao pensamento²⁵⁷, os aspectos intelectuais poderiam ser consequentemente compreendidos como os elementos “mais documentários” do documento, posto serem os mais estritamente associados a essa função.

Otlet (1934, p. 99) descreve a exposição do pensamento documentado em termos de disposição e organização espacial, como “uma caminhada”²⁵⁸ que ordenaria o pensamento conforme “[...] um ponto de partida e um objetivo em direção ao qual se progride”²⁵⁹. Ele observa que, idealmente, esse trajeto deveria permitir ao leitor que o percorresse “[...] elimina[r] facilmente do olhar tudo o que não interessa”²⁶⁰.

Otlet (1934, p. 100, grifos nossos) retoma também a ideia da edificação, com suas conotações espaciais e materiais sobrepostas, ao considerar a configuração intelectual de um documento como

[...] *comparável a uma arquitetura de ideias* [...] A divisão de um discurso – que vai assim de uma simples frase à alínea, ao parágrafo, à seção, ao capítulo –

²⁵⁵ [...] *exposé* [...]

²⁵⁶ [...] *moules tout préparés pour recevoir la pensée* [...]

²⁵⁷ Ver seção 3.4 acima.

²⁵⁸ [...] *un marche* [...]

²⁵⁹ [...] *un point de départ et un but vers lequel on progresse*.

²⁶⁰ [...] *en éliminant facilement du regard tout ce qui n'intéresse pas*.

é de importância primordial. Trata-se de fazer o leitor compreender *a arquitetura do edifício intelectual* que lhe é proposto: trata-se também de lhe permitir se interessar em tal parte e não a tal outra. Ele deve poder ser distraído por tal detalhe, mas retomar interesse em outra parte, sem que a linha [de pensamento] seja perdida²⁶¹.

Ele enfatiza assim a função estrutural e sustentadora que caberia aos elementos intelectuais do documento: eles condicionariam as possibilidades de rendimento e compreensão do pensamento documentado. Rendimento, porque uma “arquitetura de ideias” bem planejada e executada exporia e disporia o melhor da matéria (“o bom mineral [...] o metal puro”²⁶² (OTLET, 1934, p. 373bis)) em sua máxima capacidade; compreensão, porque um “espaço” intelectual bem realizado permitiria uma leitura ideal – seletiva, porém continuamente focada e abrangente – da matéria bibliológica nele disposta, enquanto um traçado ou construção mal projetada dispersaria e dificultaria a exploração do leitor. Um entusiasta da arquitetura e do urbanismo, que considerava ser “[...] impossível se desinteressar [...] pela evolução dos conceitos arquiteturais”²⁶³ em seu tempo, Otlet (1934, p. 100) considera inclusive que os desenvolvimentos específicos do campo da arquitetura teriam repercussão direta sobre a concepção das formas documentárias.

Observa-se que, em certa medida, essa apreciação espacial e material de Otlet quanto à exposição do pensamento evoca a tradição da Retórica de construção de estruturas mentais para organizar e dispor o conhecimento (os “palácios da memória”) – conexão esta notada, embora sob perspectiva distinta²⁶⁴, por Rieusset-Lemarié (1997, p. 306-308). Não se trata de mera coincidência: Otlet (1934, p. 47, 95-96) efetivamente relaciona os elementos intelectuais do documento à Retórica; em particular, o desenvolvimento de normas de encadeamento e enunciação oral e escrita do pensamento, identificando nelas as primeiras estruturas e modelos de expressão intelectual do pensamento.

A abordagem espacial ainda é aplicada por Otlet (1934, p. 99, grifo nosso) à observação da importância da estrutura na exposição científica, associando a disposição da

²⁶¹ [...] comparable à une architecture d'idées [...] La division d'un discours - qui va ainsi de la simple phrase à l'alinéa, au paragraphe, à la section, au chapitre - est d'importance primordiale. Il s'agit de faire comprendre au lecteur l'architecture de l'édifice intellectuel qui li est proposé: il s'agit aussi de lui permettre de s'intéresser à telle partie et non à telle autre. Il doit pouvoir être distrait sur tel détail mais reprendre intérêt à telle autre partie, sans que le fil soit perdu.

²⁶² Citado anteriormente em p. 85-86.

²⁶³ [...] impossible de désintéresser [...] de l'évolution des concepts architecturaux.

²⁶⁴ Rieusset-Lemarié (1997, p. 306-308) foca-se nos pontos de contato de princípios da Retórica com as projeções de Otlet para uma Cidade Mundial e para uma rede internacional de documentação, e não no que se refere à estrutura interna do documento. Posto que, como observa Day (1997, p. 312-313, 2001, p. 16-17), Otlet depreende essas elaborações da própria estrutura interna (escrita) que constitui o documento, a conexão traçada pela autora permanece relevante para nosso objeto.

matéria bibliológica à organização dos espaços de produção da ciência: ele argumenta que “A ordem da exposição científica deve ter por objetivo a utilização dos dados: estes, *em sua existência documentária, devem se tornar tão manejáveis quanto instrumentos em um gabinete de física, matérias em um laboratório de química*”²⁶⁵. A matéria do pensamento deveria ser disposta no documento de modo que seus elementos se encontrassem organizados em seu conjunto, facilmente identificáveis em sua individualidade e plenamente acessíveis para serem utilizados em produção ou atividade intelectual subsequente. A própria metodologia da ciência, ele observa, já prescreveria estruturas mentais direcionadas para esse fim por meio de categorias formais de conceptualização e raciocínio – teoria, teorema, hipótese, problema, entre outros –, tipologias altamente estruturadas e racionalizadas para a expressão da matéria do pensamento (OTLET, 1934, p. 100-101).

Otlet (1934, p. 9, 93) associa a ação modeladora do documento a ainda outras estruturas intelectuais que atuariam semelhantemente sobre a formação e a expressão do pensamento: os algoritmos matemáticos, as estruturas linguísticas, os princípios da lógica. Todos estes instrumentos intelectuais, segundo ele, teriam contribuído para determinar e desenvolver progressivamente as condições do pensamento enquanto ação e produção ao delimitarem suas categorias ou estruturas de expressão. Dessa maneira, eles ofereceriam tipos, parâmetros ou exemplos do que poderia ser alcançado pelo aprimoramento da forma intelectual dos documentos, tanto no que se refere à padronização de estruturas e categorias quanto aos efeitos obtidos por seu uso.

Em toda essa projeção de possibilidades, embora Otlet (1934, p. 93-103) foque-se mais nos documentos técnico-científicos do que nos literários, ele não se refere exclusivamente ao desenvolvimento de técnicas e padrões para o tratamento documentário, e sim à produção de documentos como um todo, um fenômeno do qual o tratamento técnico faria parte. Este, inserido por Otlet (1934, p. 25, 27) no âmago de sua projetada ciência da documentação, não apenas resultaria no desenvolvimento de “técnicas disciplinadas de escrita”²⁶⁶ (FROHMANN, 2008, p. 84) para seus próprios processos e produtos técnicos, mas deveria produzir um *efeito disciplinar* progressivamente generalizado sobre o ato de documentar e o fenômeno da documentação, estabelecendo “formas bibliográficas e documentárias”²⁶⁷ (OTLET, 1934, p. 93) ideais às quais – como anteriormente com as leis da

²⁶⁵ L'ordre d'exposé scientifique doit avoir pour objectif l'utilisation des données: celles-ci en leur existence documentaire, doivent devenir aussi maniables que des instruments dans un cabinet de physique, des matières dans un laboratoire de chimie.

²⁶⁶ Citado anteriormente em p. 86.

²⁶⁷ [...] formes bibliographiques et documentaires.

lógica, da linguística e da matemática – o trabalho intelectual humano viria a se adequar, e as quais igualmente se tornariam meios de seu desenvolvimento. O documento seria nessa perspectiva associável aos instrumentos científicos, que ao *disciplinarem* os sentidos e o raciocínio teriam expandido a percepção do homem tanto em espectro quanto em detalhamento; e poderia igualmente em seu desenvolvimento dar continuidade a essa expansão, transformando “‘o insensível’, o imperceptível”²⁶⁸ e mesmo “O irracional [...] tudo o que é intransmissível e foi negligenciado [...]”²⁶⁹ em “sensível e perceptível”²⁷⁰, em racionalizável, *cognoscível* (OTLET, 1934, p. 429). Otlet concebe assim que a trajetória futura da documentação pudesse vir a dar-se como se dera a história da matemática enquanto ciência e linguagem, transformando-se de um “simples meio auxiliar”²⁷¹, um ferramental para a descrição da realidade, em elaboradora de “[...] novas categorias de pensamento necessárias para a sistematização lógica e para a própria ‘conceptualização’ de novos fenômenos”²⁷² (OTLET, 1934, p. 25, 27).

Observa-se ainda que, ao mesmo tempo em que Otlet associa os fatores intelectuais da documentação a elementos da linguagem e da lógica pelas semelhanças entre seus efeitos técnicos sobre a formação e a expressão do pensamento, ele também as aproxima ao considerar a dimensão de seus impactos sociais: assim como ocorreria com linguagem e lógica, “[...] *tudo* é suscetível [...] de expressão, de documentação”²⁷³, de modo que, embora a documentação “[...] não regulament[e] o pensamento por si mesma [...] sua influência é grande sobre cada pensamento, porque, *mais e mais, cada um tende a se exprimir, a se comunicar com os outros, a interrogá-los, a respondê-los de forma documentária*”²⁷⁴ (OTLET, 1934, p. 11, grifos nossos). A tendência sempre crescente do recurso à documentação como meio de expressão e comunicação derivaria do alargamento contínuo do espaço no qual se estabeleceriam as relações sociais – isto é, da progressiva internacionalização da sociedade –, que demandaria a possibilidade de se estabelecer comunicação entre partes fisicamente distantes umas das outras. Essa questão crucial da distância e da função intermediadora dos documentos Otlet (INSTITUT INTERNATIONAL

²⁶⁸ [...] l'“insensible”, l'imperceptible [...]

²⁶⁹ [...] L'irrationnel [...] tout ce qui est intransmissible et fut négligé [...]

²⁷⁰ [...] sensible et perceptible [...]

²⁷¹ [...] simple moyen auxiliaire [...]

²⁷² [...] nouvelles catégories de pensées nécessaires pour la systématisation logique et pour la “conceptibilité” même de nouveaux phénomènes.

²⁷³ [...] tout est susceptible, à la fois, d'expression, de documentation.

²⁷⁴ [...] ne règle pas la pensée pour elle-même [...] son influence est grande sur chaque pensée, car, de plus en plus, chacun tend à s'exprimer, à se communiquer aux autres, à les interroger, à leur répondre sous une forme documentaire.

DE BIBLIOGRAPHIE [1907]²⁷⁵ 1990, p. 105; OTLET, 1934, p. 22) notara a princípio no trabalho científico, concebido por ele como internacionalizado por definição (OTLET, [1903] 1990, p. 74), mas fora rapidamente compreendida como extensível à atividade humana como um todo à medida que ela semelhantemente se alargava e se internacionalizava. Ele afirma assim que “[...] a elaboração do livro [deve] operar a união de *tudo que a divisão, convencional ou histórica, do trabalho parece ter separado* (cooperação, aproximação)”²⁷⁶ (OTLET, 1934, p. 26, grifo nosso); a função documentária de “reunir [...] mesclar”²⁷⁷ (OTLET, [1903] 1990, p. 73-74) adquirindo dimensões organizacionais que ultrapassariam estritamente a elaboração e reelaboração do trabalho intelectual.

Sob a perspectiva dessa função social e organizacional, Otlet (1934, p. 94, grifos nossos) afirma que

As exigências de forma, sob certo aspecto, são mesmo *mais essenciais* que as outras²⁷⁸ cada vez que se trata de *coordenar* trabalhos muito estendidos, como são os trabalhos internacionais, e os que se referem simultaneamente a domínios de muitas ciências ou ramos de atividade²⁷⁹.

Sendo os elementos intelectuais da forma os aspectos do documento que determinariam as condições de compreensão do pensamento documentado, sua adequação poderia ser considerada como mais importante do que mesmo a própria matéria do pensamento a ser comunicada, uma vez que, independentemente de qual fosse o conteúdo em questão, seria da exposição ou forma intelectual adotada que dependeria a possibilidade de comunicação. A disposição da substância documentada de modo propício a sua manipulação equivaleria desse modo à possibilidade efetiva de *coordenação* de elementos, pois esses se tornariam compatíveis entre si, aproximáveis. Uma forma desordenada, onde os elementos se encontrariam aglutinados aleatoriamente como em “montanhas”²⁸⁰ (OTLET, 1934, p. 373-373bis), ou ainda “[...] redigidos de tal forma que a justaposição de textos, sua confrontação,

²⁷⁵ Publicado originalmente pelo IIB sob o título *L'Organisation systématique de la documentation et le développement de l'Institut International de Bibliographie*; traduzido para o inglês por Rayward como *The Systematic Organisation of Documentation and the Development of the International Institute of Bibliography*.

²⁷⁶ [...] l'élaboration du livre opérer l'union de tous ceux que la division, conventionnelle ou historique, du travail semble avoir séparés (coopération, rapprochement).

²⁷⁷ Citado anteriormente em p. 74 e p. 86.

²⁷⁸ Isto é, as exigências de fundo ou conteúdo.

²⁷⁹ Les exigences de forme sous un certain aspect sont même plus essentielles que les autres chaque fois qu'il s'agit de coordonner des travaux très étendus comme le sont les travaux internationaux et ceux qui portent simultanément sur les domaines de plusieurs sciences ou branches d'activité.

²⁸⁰ Citado anteriormente em p. 85.

sua adição sejam impossíveis”²⁸¹ (OTLET, 1934, p. 94), fomentaria a dispersão e a desconexão que já naturalmente ameaçariam organismos e atividades de grande extensão²⁸²; enquanto uma disposição padronizada e organizada, o mesmo mecanismo de molde ou arquitetura planejada, ao mesmo tempo em que possibilitaria a reelaboração contínua do trabalho intelectual seria capaz de atuar no estabelecimento de uma comunicação estruturada e eficiente o bastante para suprir a demanda social por organização.

3.6 Documentação e construção do conhecimento

Ainda sobre a relação entre documentação e pensamento, Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 339-340, grifo nosso) observam que:

Otlet utiliza constantemente a palavra ‘*pensée*’ em um sentido muito mais rico que ‘pensamento’²⁸³ [...] Quando Otlet utiliza a expressão ‘*pensée*’ ele o faz com a mesma intenção significativa que caracterizava Descartes, do mesmo modo que quando se serve do termo ‘*idée*’²⁸⁴. Em ambos os casos se designam, sem mais matizações, os conteúdos de consciência do Racionalismo²⁸⁵.

Esses autores rejeitam assim abertamente uma associação estreita e estrita entre pensamento e conhecimento, em particular objetivo e/ou científico, afirmando que a ampla dominância e aceitação de tal interpretação dever-se-iam à posterior formação da disciplina da Documentação, a qual, focada quase exclusivamente no tratamento da informação técnico-científica²⁸⁶, teria fomentado uma leitura de Otlet aliada a suas propostas (SAGREDO FERNÁNDEZ; IZQUIERDO ARROYO, 1983, p. 309, 339-340). Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 309, 339) argumentam que a importância e a centralidade dados pelo próprio Otlet à difusão de conhecimentos científicos, assim como “o ambiente científicoista”²⁸⁷ no qual ele desenvolvera suas propostas e sua obra, sustentariam a

²⁸¹ [...] rédigées de telle sorte que la juxtaposition des textes, leur confrontation, leur addition sont impossibles.

²⁸² Ver capítulo 2, seção 2.1.

²⁸³ Nesse sentido, Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 339) notam que os termos espanhóis *pensamiento* e *idea*, usados para traduzir as expressões francesas, não apresentam as mesmas conotações filosóficas que os originais – característica que, notamos, é compartilhada pelas expressões portuguesas “pensamento” e “ideia”.

²⁸⁴ Assim como expressões como “*données informatives*” (dados informativos) e “*données intellectuelles*” (dados intelectuais) (SAGREDO FERNÁNDEZ; IZQUIERDO ARROYO, 1983, p. 338).

²⁸⁵ Otlet utiliza constantemente la palabra “*pensée*” en un sentido mucho más rico que “pensamiento” [...] Cuando Otlet utiliza la expresión “*pensée*” lo hace con la misma intención significativa que caracterizaba a Descartes, del mismo modo que cuando se sirve del término “*idée*”. En ambos casos se designan, sin más matizaciones, los contenidos de conciencia del Racionalismo.

²⁸⁶ Os autores indicam S. C. Bradford (1878-1948) e Mikhailov (1905-1988) como exemplos de autores que desenvolveram as discussões documentárias sob o espectro mais estreito da informação científica; adicionaríamos também Briet ao grupo.

²⁸⁷ [...] el ambiente científicoista [...]

manutenção de tal associação errônea, mas em contrapartida seriam “[...] muitos os textos otletianos que expressam bem claramente a superação desse reducionismo”²⁸⁸.

É importante frisar que Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo derivam tais observações do estudo do *Traité*, considerando assim exclusivamente os desenvolvimentos teóricos mais maduros de Otlet. Tem-se desse modo que a amplitude do conteúdo documentado por eles asseverada aparenta ser mais adequadamente extensível a textos contemporâneos do *Traité*, como *Monde*, no qual continuamente o pensamento engloba “as ideias, os sentimentos, as vontades”²⁸⁹ (OTLET, 1935, p. 349), do que aos primeiros textos de Otlet²⁹⁰ sobre a documentação. Nestes, o universo de interesse de Otlet se circunscreve quase exclusivamente às questões técnico-científicas e sua solução e racionalização, de modo que a possibilidade de assumir que nesse contexto o conteúdo dos documentos referido por Otlet fizesse jus à amplidão dos “conteúdos de consciência” racionalistas aparenta ser ora pouco provável – e, portanto, dependente do emprego dos textos posteriores como lente interpretativa –, ora sequer possível²⁹¹; ela seria assim, ao menos explicitamente, uma construção tardia de Otlet, introduzida efetivamente apenas no *Traité* e expressiva das elaborações teóricas que ele concretizara nessa obra.

Entende-se que, assim como Otlet transformara sua compreensão quanto à função e ao valor do continente para a documentação²⁹², também sua perspectiva relativa à substância documentada teria sofrido alterações conforme ele se direcionara a elaborar uma teorização cada vez mais ampla do fenômeno da documentação. No entanto, diferentemente do primeiro caso, em que Otlet afastara-se de sua concepção anterior da forma como desimportante para considerá-la como expressiva de demandas concretas, ele não teria abandonado seu entendimento fundacional da documentação como um fenômeno epistemologicamente

²⁸⁸ [...] muchos los textos otletianos que expresan bien claramente la superación de ese reduccionismo.

²⁸⁹ Citado anteriormente em p. 82.

²⁹⁰ Consideram-se aqui os textos que compõem a coletânea selecionada por Rayward (1990c).

²⁹¹ Nota-se inclusive que, diferentemente do observado no *Traité* por Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo, nesses textos Otlet designa o conteúdo documentado quase exclusivamente em termos de “conhecimento” (*knowledge*), e não “pensamento” (*thought*), de modo que as referências neles encontradas quanto a uma relação entre documento e pensamento acabam por expressar um sentido restrito deste – seja pela associação redutora de pensamento a conhecimento (INSTITUT INTERNATIONAL DE BIBLIOGRAPHIE, [1907] 1990, p. 109; OTLET, [1920] 1990, p. 176-177, 182), seja por considerar-se o pensamento dentro do contexto do saber científico e suas necessidades (GOLDSCHMIDT; OTLET, [1906] 1990, p. 93, [1925] 1990, p. 204; LA FONTAINE; OTLET, [1985] 1990, p. 30; OTLET, [1918] 1990, p. 150; OTLET; LA FONTAINE, [1914] 1990, p. 119), ou ainda por referir-se ao pensamento em termos da ação de pensar e racionalizar (OTLET, [1903] 1990, p. 74, 83, [1920] 1990, p. 176). A possibilidade de uma compreensão ampliada do pensamento poderia ser sugerida apenas neste último caso, em particular quando Otlet ([1903] 1990, p. 74) se refere à necessidade do homem recorrer à escrita para comunicar seu pensamento; a possibilidade, no entanto, não é clara, assim como também não o é a identificação do pensamento em termos amplos enquanto o elemento fixado nos documentos.

²⁹² Ver seção 3.1 acima.

delimitado, e sim passado a considerar como parte da documentação – e, portanto, como elementos do processo de construção de conhecimento – todos “[...] os fatos, as ideias, as ações, os sentimentos, os sonhos, *quaisquer que sejam, que impressionaram o espírito do homem*”²⁹³ (OTLET, 1934, p. 34, grifo nosso), e não unicamente os que fossem racionais ou racionalizados.

Figura 01 – “Meios diversos de comunicação com o mundo”

Nota-se como Otlet enfatiza a formação de uma imagem mental ao desenhar a figura do elemento natural no cérebro dos observadores em A e B, assim como nas mentes dos indivíduos envolvidos na conversa em C; ênfase reforçada ainda pelo paralelo com a formação material de uma imagem na reprodução fotográfica em D. Fonte: Otlet (1934, p. 40).

Otlet (1934, p. 40) descreve a formação de impressões mentais em uma das ilustrações do *Traité* (figura 01), retratando como “meios diversos de comunicação com o mundo”²⁹⁴ as diferentes formas de percepção da realidade: observação “direta”²⁹⁵ (*in loco*), em modelos expositivos, por comunicação oral e por representação fotográfica. Em todas elas a percepção sensorial pelo homem do seu entorno conduziria à formação de “retratos das coisas, imagens

²⁹³ [...] les faits, les idées, les actions, les sentiments, les rêves, quels qu'ils soient, qui ont impressionné l'esprit de l'homme.

²⁹⁴ Moyens de communication avec le monde

²⁹⁵ [...] directe [...]

intelectuais”²⁹⁶ (OTLET, 1934, p. 31) em sua mente; no caso da fotografia, o dispositivo fotográfico substituiria o cérebro humano em sua função de captar e fixar a representação dos elementos externos. Otlet (1934, p. 10, grifo nosso) afirma que a formação dessas imagens produziria no homem um “estado de consciência *provocado*”²⁹⁷, isto é, alterado pela “reação interna ante a percepção da Realidade”²⁹⁸ (SAGREDO FERNÁNDEZ; IZQUIERDO ARROYO, 1983, p. 340), e que conjuntamente tais reações constituiriam “o Pensamento subjetivo”²⁹⁹ (OTLET, 1934, p. 10). Por essa designação de subjetividade Otlet qualificaria tanto o processo de produção – individual, dentro de mentes isoladas em resposta aos sentidos de cada um – quanto o produto final, que se comporia tanto de fatos e ideias quanto de “sentimentos e pautas de comportamento (desejos, tendências)”³⁰⁰ (SAGREDO FERNÁNDEZ; IZQUIERDO ARROYO, 1983, p. 340).

“O Pensamento objetivo”³⁰¹, em contraste, seria “o esforço da reflexão combinada e coletiva sobre esses primeiros dados até a ciência impessoal e total”³⁰² (OTLET, 1934, p. 10): elaborado de modo proposital e consciente, e necessariamente por ação coletiva, ele envolveria o descarte dos aspectos subjetivos presentes nas impressões inicialmente obtidas de modo a se constituir um todo unificado e objetivo, o conhecimento estrito.

Ducheyne (2009, p. 228, 231-232) caracteriza assim a elaboração do conhecimento objetivo-científico em Otlet como “um processo de reflexão [...] intersubjetivo”³⁰³, realizado “pela combinação [...] [de] perspectivas fragmentárias”³⁰⁴ em uma visão única e completa – assim como a construção de um edifício demandaria a junção de elementos individualmente elaborados (OTLET, [1891/1892] 1990, p. 11-12, [1920] 1990, p. 185; LA FONTAINE; OTLET, [1895] 1990, p. 27). Apesar de sua parcialidade e de suas limitações, as impressões obtidas individualmente constituiriam a condição fundamental para se desenvolver o conhecimento objetivo: de fato, o próprio método científico se sustentaria sobre a coleta individual de “fatos particulares”³⁰⁵ isolados para depois relacioná-los em “uma construção metódica ou sistema”³⁰⁶ (OTLET, 1934, p. 22).

²⁹⁶ [...] portraits des choses, des images intellectuelles [...]

²⁹⁷ [...] l'état de conscience provoqué [...]

²⁹⁸ [...] reacción interna ante la percepción de la Realidad.

²⁹⁹ [...] la Pensée subjective [...]

³⁰⁰ [...] sentimientos y pautas de comportamiento (deseos, tendencias) [...]

³⁰¹ [...] la Pensée objective [...]

³⁰² [...] l'effort de la réflexion combinée et collective sur ces données premières jusqu'à la science impersonnelle et totale [...]

³⁰³ [...] an inter-subjective [...] process of reflection [...]

³⁰⁴ [...] by combining [...] fragmentary perspectives [...]

³⁰⁵ [...] faits particuliers [...]

³⁰⁶ [...] une construction méthodique ou système [...]

Inversamente, o conhecimento objetivo não seria apenas o resultado do acúmulo ou da “[...] *soma* de todos os pontos de vista, de todas as teorias mais ou menos fiáveis de todas as concepções da vida em sociedade”³⁰⁷, como propõe Füeg (2003, p. 31, grifo nosso), mas efetivamente o produto de um trabalho de articulação e reflexão sobre elas. Assim, ao mesmo tempo em que observa como, para Otlet, a construção de conhecimento científico ocorreria de forma “quase automática”³⁰⁸ pela reunião dos elementos individualmente obtidos, Frohmann (2004, p. 35) nota igualmente que essa aproximação só seria possível se estes se encontrassem devidamente aparados e ajustados para o encaixe. Nesse sentido, nota-se que para Otlet a objetividade seria obtida não apenas pela superação da parcialidade de perspectivas isoladas, mas também pela eliminação de erros e imprecisões individuais, e ainda das contradições existentes entre as partes (DAY, 1997, p. 315; DUCHEYNE, 2009, p. 228-229), de modo que uma visão coletiva e completa atuaria inclusive no sentido de suprimir preconceitos (OTLET, 1934, p. 7).

Frohmann (2004, p. 35-36) observa que a dinâmica de construção do conhecimento assim concebida por Otlet não apenas designaria o conhecimento científico como um nível ou categoria hierarquicamente superior de pensamento, mas também como um estágio final ideal que orientaria todos os elementos da produção intelectual humana em conformidade à sua própria lógica: “[...] todo conhecimento toma a forma do conhecimento científico-natural [...] o pensamento racional é simplesmente o pensamento científico aplicado universalmente”³⁰⁹. Nota-se desse modo que a ampliação dos elementos considerados como conteúdo documentado e documentável operada nos textos mais maduros de Otlet não deslocaria o lugar do conhecimento científico como horizonte ou referencial a se alcançar: esta primazia da objetividade científica sobre o pensamento subjetivo seria expressiva não somente de sua completude, mas de sua situação enquanto ápice e propósito de um processo historicamente construído.

Para Otlet (1934, p. 38-39, 107, 426, 430, 1935, p. 383) o alcance progressivo da objetividade pela mente humana seguiria e resultaria da trajetória de evolução sociotécnica que teria transformado o modo humano de produzir³¹⁰, de modo que “A história da

³⁰⁷ [...] la somme de tous les points de vue, de toutes les théories plus ou moins fiables de toutes les conceptions de la vie en société.

³⁰⁸ [...] almost automatic [...]

³⁰⁹ [...] all knowledge takes the form of natural-scientific knowledge [...] rational thought is simply scientific thought universally applied.

³¹⁰ Ver seção 3.3 acima.

humanidade mostra sua marcha progressiva para *materializar e objetivar as ideias*³¹¹ (OTLET, 1934, p. 426): conforme a inteligência humana teria passado a dispor de instrumentos intelectuais – linguagem, escrita, livro, substitutos do livro – cada vez mais sofisticados, mais cresceria a complexidade potencial (e real) do pensamento.

Observa-se que a própria “reflexão combinada e coletiva”³¹² (OTLET, 1934, p. 10) sobre dados subjetivos, da qual dependeria a possibilidade de construção do conhecimento objetivo-científico, seria resultado dos recursos disponibilizados por linguagem, escrita e documentação. Nessa perspectiva, a existência do documento enquanto fenômeno, na medida em que possibilitaria e fomentaria operações intelectuais cada vez mais completas e refinadas, implicaria em uma tendência à objetivação do pensamento, e o aprimoramento contínuo das formas documentárias anunciaria forçosamente progresso para a produção do conhecimento³¹³ (OTLET, 1934, p. 391).

Ducheyne (2009, p. 237, grifo nosso) ainda observa que a constituição da perspectiva ou imagem impessoal e total da realidade que Otlet compreende constituir a ciência “[...] *não era restrita ao conhecimento discursivo*: também incluía ideais quanto à direção na qual a humanidade deveria evoluir (prosperidade, fidelidade, esperança, amor, liberdade, igualdade, irmandade, etc.)”³¹⁴. Para Otlet (1934, p. 428), estes não seriam elementos subjetivos a serem progressivamente eliminados de uma visão objetiva da realidade, mas sim cristalizações factualmente constituídas e racionalizáveis, verdadeiras premissas da existência humana, e continuamente afirmadas como tais pela constituição progressiva do conhecimento científico.

Em *Problèmes* (OTLET, 1916, p. 123-124), ele identifica “a sensibilidade moral”³¹⁵ com “as emoções que têm por condição uma ideia”³¹⁶, isto é, despertadas e sustentadas não apenas pelas habilidades físicas de percepção, mas pela capacidade humana de consciência e raciocínio. Elas poderiam, portanto, ser elaboradas e traduzidas por meios e vias racionais e, de acordo com as conjunturas históricas e sociais específicas de cada momento, se

³¹¹ L'histoire de l'humanité montre sa marche progressive pour matérialiser et objectiver les idées. Les étapes sont celles-ci : 1. intelligence qui conçoit; 2. langage; 3. écriture; 4. livre; 5. modèle; 6. transformation technique par laquelle les choses deviennent ménagées et déterminées selon une fin humaine, elles aussi deviennent des expressions de l'abstrait. [...] Et comme instrument intellectuel le livre sert non seulement à énoncer des théories, mais à les construire; non seulement à traduire la pensée, mais à la former.

³¹² Citado anteriormente em p. 95.

³¹³ Entende-se, inclusive, que a estreiteza de tal relação entre documentação e produção de conhecimento objetivo faria parte do conjunto de fatores contribuintes para a prevalência de uma associação estrita entre pensamento e conhecimento na compreensão contemporânea de Otlet, criticada por Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 309, 339-340) acima, p. 92-93.

³¹⁴ [...] was not restricted to discursive knowledge: it also included ideals on the direction in which humanity should evolve (prosperity, fidelity, hope, love, freedom, equality, brotherhood, etc.).

³¹⁵ [...] la sensibilité morale [...]

³¹⁶ [...] les émotions qui ont pour condition une idée. [...]

manifestariam ora como sentimentos coletivos, ora como ideias objetivamente expressas, constituindo-se “ideias-sentimentos”³¹⁷ (OTLET, 1916, p. 123). Independentemente dessas circunstâncias, no entanto, sua factualidade enquanto “verdadeiros princípios da organização da vida social”³¹⁸ permaneceria para Otlet (1916, p. 123-124, grifo nosso) inalterada, sendo, por sua resiliência, por seu sentido centrípeto³¹⁹, e por sua capacidade de mover o homem à ação, “as maiores forças sociais”³²⁰ existentes.

3.7 O pensamento como força física e social

Do mesmo modo que com a imagem da matéria ou substância bibliológica, Otlet ainda aborda a relação entre pensamento e documento e suas implicações sociais empregando outro paralelo com a realidade natural, considerando o pensamento como equivalente não a uma substância material, mas às forças físicas presentes na natureza. Ele observa que:

Na realidade há apenas um único Pensamento. Esse pensamento circula através da sociedade humana (todas as gerações, todos os países) por uma troca perpétua. Ele fixa-se parcial e momentaneamente nos Livros. A analogia aqui é real com as forças físicas que se reduzem na realidade a uma só, a qual circula por uma troca perpétua na natureza morta tanto quanto na natureza animada e se incorpora nos diversos corpos³²¹ (OTLET, 1934, p. 107).

Conforme esse paralelo, pensamento e forças físicas seriam ambos fenômenos unívocos que, por dependerem de uma variedade de corpos para atuar e operar, se manifestariam de modo disperso entre os elementos da realidade. Embora sua aderência a tais corpos fosse essencial para promover a circulação de pensamento e forças através do tempo e do espaço, ela seria também “parcial” e “momentânea”, constituindo não um fim em si mesmo e sim o meio de proporcionar a continuidade do movimento cíclico.

A analogia sugere, desse modo, a documentação como um fenômeno duplamente natural, tanto por associá-la a elementos da natureza quanto por caracterizar sua ação como estrutural e intrínseca ao ciclo do pensamento. Identifica-se aqui outra manifestação de naturalização de um cenário ideal no pensamento de Otlet, uma vez que, em condições

³¹⁷ [...] idées-sentiments.

³¹⁸ [...] véritables principes de l'organisation de la vie sociale.

³¹⁹ Ver capítulo 2, seções 2.1 e 2.2.

³²⁰ Les plus grandes forces sociales [...]

³²¹ Il n'y a en réalité qu'une seule Pensée. Cette pensée circule à travers la société humaine (toutes les générations, tous les pays) par un échange perpétuel. Elle prend partiellement et momentanément sa fixation dans les Livres. L'analogie ici est réelle avec les forces physiques qui se ramènent en réalité à une seule, laquelle circule par un échange perpétuel dans la nature morte aussi bien que dans la nature animée et s'incorpore dans les divers corps.

naturalmente dadas, a mente humana que concebe o pensamento teria sido o único “corpo” capaz de fixá-lo e liberá-lo; a circulação operando então dentro das restrições da comunicação gestual e corporal, ou quando muito oral³²². A representação dos documentos como equivalentes a corpos da natureza, sem consideração dessas diferenças de origem e fins, refletiria mais uma vez o raciocínio de evolução e substituição pelo qual Otlet sustenta toda sua compreensão do documento³²³: as condições ideais de circulação do pensamento que a documentação possibilitaria seriam tão lógicas e racionais que poderiam ser consideradas como efetivamente implícitas nas próprias limitações da natureza, nada sendo assim mais “natural” do que sua concepção e descrição como naturais.

A função dos documentos seria mais logicamente inserida no cenário do pensamento-força, no entanto, se compreendida não em termos de corpos da natureza que possibilitariam os ciclos energéticos, mas sim como máquinas produzidas pelo homem para captar e conduzir as forças existentes na realidade natural conforme seus propósitos: máquinas e documentos se introduziriam assim em meio aos elementos naturais de modo a modificar e aperfeiçoar a circulação do pensamento-força. Nesta perspectiva, observa-se, a analogia das forças físicas reiteraria a associação entre documentação e maquinário: o documento seria uma máquina tanto por sua ação extensora ou prolongadora sobre o cérebro quanto por sua ação de engenharia sobre o pensamento-força.

Nota-se ainda que no ciclo do pensamento-força esses dois aspectos maquinais da documentação se fundem em um único movimento: ao propiciar a “troca perpétua”³²⁴ (OTLET, 1934, p. 107) do pensamento através de gerações e fronteiras, o documento prolongaria o alcance das mentes humanas individuais, estendendo-as em direção umas às outras e constituindo progressivamente uma unidade coletiva. Nessa perspectiva, o prolongamento do cérebro pela documentação não se referiria unicamente à ultrapassagem das capacidades individuais de percepção e raciocínio, ou ainda da potência ou do rendimento intelectual total da humanidade (OTLET, [1920] 1990, p. 176), mas, assim como no caso das formas documentárias³²⁵, também à superação dos limites de conexão entre indivíduos.

³²² Observa-se que, embora Otlet (1934, p. 39) afirme a linguagem verbal oral como criação ou produção humana e note que ela já operaria transformações sobre a natureza e o pensamento do homem, ele estabelece sua argumentação da especificidade técnica e social do documento majoritariamente em contraste com a oralidade (OTLET, [1903] 1990, p. 73-74, 1934, p. 10-11, 425), reforçando assim a identificação metonímica entre documento e escrita.

³²³ Ver seção 3.3 acima.

³²⁴ Citado anteriormente em p. 98.

³²⁵ Ver seção 3.5 acima.

Em 1903 Otlet ([1903] 1990, p. 73-74) observara que, enquanto unidade geral, a mente humana encontrar-se-ia “repartida em tantas partes quanto há indivíduos”³²⁶, constituindo um problema para a produção coletiva do conhecimento que só seria contornável pela ação da escrita sobre o pensamento dispersamente elaborado. Ele revisita essa perspectiva no *Traité*, ampliando, no entanto, as implicações sociais de tal dispersão e da busca por unidade funcional:

A sociedade é um tecido de ação ‘interespirtual’, de estados mentais agindo uns sobre os outros. Ela é um acordo inter-mental, uma conexão mental, um grupo de julgamentos e desígnios que se contradizem ou se contrariam o menos possível, que se confirmam e se ajudam mutuamente o mais possível. A sociedade é desse modo um sistema que difere de um sistema filosófico, dado que os estados mentais do qual ele se compõe estão dispersos em um grande número de cérebros distintos no lugar de estar recolhidos no mesmo cérebro. O livro é o modo de regularizar, generalizar, ampliar essas ações interespirituais³²⁷ (OTLET, 1934, p. 425).

Nessa abordagem, a dispersão das mentes individuais se apresenta como um desafio não apenas para a produção do conhecimento, mas para a produção de coesão social que Otlet entende resultar de “acordos” ou consensos “inter-mentais”. Semelhantemente ao pensamento-força em seu ciclo, a sociedade é concebida aqui como uma unidade que subsistiria por meio da ação de múltiplas partes; no lugar de circulação, no entanto, ter-se-ia por meio dessa configuração uma tensão contínua de dispersão que demandaria a interferência de elementos – os documentos – capazes de “regularizar, generalizar, ampliar” a dinâmica social em direção à afirmação e à manutenção dessa identidade una. A atuação prolongadora do documento, ao estender o alcance dos “estados mentais” de modo que eles pudessem agir uns sobre os outros, alteraria a situação padrão de isolamento das mentes individuais, constituindo progressiva e idealmente um conglomerado estruturado de forma tão unificada e coesa a ponto de se tornar equiparável à reunião de todas as mentes individuais em um cérebro coletivo.

Observa-se ainda que, sendo a sociedade concebida como um sistema de relações entre cérebros, isto é, da conexão entre as diversas porções de matéria do pensamento elaboradas nas mentes humanas, tem-se que ela estaria alicerçada justamente sobre a dinâmica

³²⁶ Citado anteriormente em p. 74.

³²⁷ La société est un tissu d'action "interspirituelle", d'états mentaux agissant les uns sur les autres. Elle est un accord intermental, une connexion mentale, un groupe de jugements et de desseins qui se contradisent ou se contrarient le moins possible, qui se confirment ou s'entraident le plus possible. La société ainsi est un système qui diffère d'un système philosophique, en ce que les états mentaux dont il se compose sont dispersés entre un grand nombre de cerveaux distincts au lieu d'être ramassés dans le même cerveau. Le livre est le moyen de régulariser, de généraliser, d'amplifier ces actions interspirituelles.

de circulação do pensamento descrita por Otlet como um ciclo de forças físicas. A ação recíproca entre estados mentais seria desse modo o efeito ou resultado da liberação de forças ou “energia intelectual”³²⁸ (OTLET, 1934, p. 44) ou “energia mental”³²⁹ (OTLET, 1934, p. 422) da mente de um indivíduo para outro por via do documento, de modo que a sequência de tracejados que conectam por meio da escrita e da leitura de um livro os cérebros dos dois indivíduos no destaque da figura 02 designaria simultaneamente a deflagração de forças ao longo de uma série de corpos – mente do autor, documento, mente do leitor – e o estabelecimento de uma conexão social.

Figura 02 – “O livro e a representação do mundo”

Adaptado de: Otlet (1934, p. 40).

Otlet ainda solidifica essa sobreposição implícita entre relações mentais e liberação de forças ou energias ao elaborar o documento como um “acumulador” ou bateria³³⁰:

³²⁸ [...] l'énergie intellectuelle.

³²⁹ [...] l'énergie mentale [...]

³³⁰ Day (2001, p. 18) aponta que a expressão francesa *accumulateur* identifica tanto a função de acumular quanto uma série de mecanismos responsáveis pela retenção e liberação de energia, dentre os quais pilhas ou baterias (em inglês, ambas designadas pela expressão *battery*).

[...] ele [o documento] é uma força intelectual condensada que, à maneira do vapor, da eletricidade, da pólvora, sob um parco volume material, após deflagração e lançamento, produz no cérebro uma expansão de força considerável. O mecanismo do livro concretiza o meio de formar as reservas de forças intelectuais: é um acumulador³³¹ (OTLET, 1934, p. 425-426).

Diferentemente da imagem do ciclo natural de forças, Otlet considera aqui o documento como um *mecanismo*, projetado deliberadamente para a transformação dos elementos sobre os quais atuaria, e não apenas para conduzi-los em suas trajetórias naturais; a documentação, assim, efetivamente alteraria os fluxos do pensamento-força, acumulando-o em “reservas” e deflagrando-as em momento oportuno, à maneira de seus correspondentes físico-químicos. Além de condizente com sua concepção geral dos documentos como equivalentes intelectuais de máquinas e ferramentas, a associação da documentação a instrumentos de gerenciamento de energia revisita observações de Otlet de quase trinta anos antes, quando ele projetara a organização internacional da documentação em termos de “[...] um vasto mecanismo intelectual designado para *capturar e condensar* a informação dispersa e difusa e então redistribuí-la em qualquer lugar onde fosse necessária”³³² (INSTITUT INTERNATIONAL DE BIBLIOGRAPHIE, [1907] 1990, p. 110, grifo nosso). A diferença estaria em que, enquanto em 1907 Otlet restringira essa compreensão à ação do tratamento técnico da documentação, na bateria do *Traité* ele considera esses aspectos como sendo característicos da documentação de forma generalizada, enquanto um fenômeno: o documento seria, *por definição*, um acumulador que concentraria energias e as liberaria com efeito multiplicado.

Por meio dos documentos, o pensamento-força teria seus efeitos intensificados: ao ser modelado conforme as formas documentárias, o impacto de sua deflagração se tornaria maior e mais eficiente; ao se tornar infinitamente multiplicável, o espectro de seu alcance se tornaria mais amplo; de modo que a documentação, como compete a uma máquina, aumentaria o rendimento do trabalho mental em relação ao esforço de sua produção. A expansão do cérebro humano pelos documentos se daria assim pelo aumento tanto da potência quanto dos efeitos de sua produção intelectual, estendendo as capacidades de autores e expandindo as mentes dos leitores.

³³¹ [...] il est une force intellectuelle condensée qui, à la manière de la vapeur, l'électricité, la poudre, sous un faible volume matériel, après déflagration et déclenchement [sic], produit dans le cerveau une expansion de force considérable. Le mécanisme du livre réalise le moyen de former les réserves de forces intellectuelles: c'est un accumulateur.

³³² [...] a vast intellectual mechanism designed to capture and condense scattered and diffuse information and then to distribute it everywhere it is needed.

Otlet (1934, p. 45, grifo do autor) descreve essa dinâmica de acumulação, liberação e transformação do pensamento-força pela documentação também em termos econômicos, afirmando ter-se no documento “[...] um *capital* de ideias que se acumula e se mantém em reserva”³³³ assim como se “[...] acumula[m] os produtos [materiais]”³³⁴. A concentração realizada pelo documento não resultaria assim em um armazenamento passivo, mas na formação de *ativos* dentro de uma cadeia produtiva, de modo que ele concebe a organização centralizada da documentação internacional como a formação de “uma bolsa [de valores] intelectual [...] um entreposto intelectual”³³⁵ no qual se reuniriam oferta e demanda para trocas intelectuais (OTLET, 1895³³⁶ apud LEVIE, 2003a, p. 63). Otlet formula assim, conforme Fayet-Scribe (2001, p. 53), a circulação da informação como “uma economia que se dá em nível mundial”³³⁷.

A produção da documentação teria, no entanto, a vantagem sobre a produção econômica de que “Enquanto os bens materiais existem em número limitado, os bens intelectuais são *ilimitados*”³³⁸, sujeitos à “multiplicação ao infinito”³³⁹ (OTLET, 1934, p. 427, grifo nosso). A reserva ou capital documentário não tenderia desse modo a se extinguir pelo uso, e sim a se distribuir e circular sem que em momento algum os recursos acumulados fossem efetivamente *gastos*. O pensamento-força diferiria assim do capital não porque fosse simplesmente um elemento renovável, como as forças físicas circulantes no mundo natural, mas porque seria inesgotável: enquanto o mecanismo físico-químico da bateria, tendo liberado a energia nele armazenada, resultaria descarregado, um documento-bateria, após deflagrar sobre um leitor o pensamento-força nele contido, permaneceria disponível para agir novamente e, mantidas as mesmas condições de leitura³⁴⁰, com o mesmo impacto.

Embora a energia intelectual ou mental, nessa perspectiva, escapasse aos parâmetros estritos da dinâmica cíclica natural de forças, a estrutura do ciclo não seria para Otlet menos aplicável como recurso explicativo do fenômeno da documentação: tendo a circulação do pensamento-força como condição para a existência e produção do documento, ele observa a sequência de “produção, distribuição, conservação, utilização e destruição”³⁴¹ (OTLET, 1934,

³³³ [...] un *capital* d'idées qui s'amasse et se tient en réserve.

³³⁴ [...] accumule les produits.

³³⁵ [...] une bourse intellectuelle [...] un entrepôt intellectuel

³³⁶ Documento não identificado por Levie (2003a, p. 63).

³³⁷ [...] une économie qui se joue au niveau mondial [...]

³³⁸ Tandis que les biens matériels sont en nombres limités, les biens intellectuels sont illimités.

³³⁹ [...] multiplication à l'infini.

³⁴⁰ Em seus cálculos de “bibliosociometria” [*Bibliosociométrie*], Otlet (1934, p. 14-15) prevê variações de acordo com condições psíquicas do leitor, sociais do ambiente, e físicas dos documentos.

³⁴¹ [...] la chaîne des opérations de production, distribution, conservation, utilisation et destruction [...]

p. 422-423) dos próprios documentos em termos de um ciclo natural, identificando esse processo e as transformações nele sofridas pelos documentos com equivalentes à distribuição e circulação da água ao redor do planeta – dos rios aos mares, dos mares às nuvens, das nuvens à chuva, da chuva às nascentes dos rios, e assim sucessivamente. O contexto maior das forças ou energia intelectual difundida e atuante pelos documentos identifica-se nesse ciclo documentário por meio dos efeitos ocasionados pela distribuição do documento-água pelo mundo, efeitos estes que poderiam ser positivos ou negativos: Otlet (1934, p. 3) observa que, “[...] como da água caída do céu, pode-se dizer que [os documentos] podem provocar a inundação e o dilúvio ou dispersar-se em irrigação benfazeja”³⁴².

Observa-se que ambos os cenários de destruição por inundação e dilúvio e de produtividade por irrigação estabelecem-se sobre um pressuposto de *abundância* de documentação; a diferença entre as alternativas de catástrofe ou prosperidade estando exclusivamente nos resultados da distribuição, ou, em termos do ciclo da água, da “canalização” adequada desses recursos. Para Otlet (1934, p. 425-426), em princípio, a abundância seria uma característica positiva e estrutural da documentação, resultante do acúmulo e da multiplicação da matéria bibliológica– o “[...] livro-máquina parece explodir [...]”³⁴³ com tudo o que nele se acumula (DAY, 1997, p. 313) –; o perigo estaria no risco de, no lugar de obter-se exclusivamente riqueza, obter-se *excessos*, que como “montanhas”³⁴⁴ (OTLET, 1934, p. 373-373bis) ocultariam os elementos de valor em uma massa informe.

Já em 1903 ele expusera essa preocupação, afirmando:

Livros, brochuras e artigos de periódicos aparecem hoje em dia aparentemente como *produtos do acaso*. Todos têm a liberdade de publicar sobre qualquer assunto, de qualquer maneira, de qualquer forma, sob qualquer estilo; conseqüentemente, de *atrasar* o campo da documentação com produções vagas e inúteis que não têm nada seriamente novo a dizer quanto à substância e que não representam nenhum avanço quanto à forma³⁴⁵ (OTLET, [1903] 1990, p. 83, grifos nossos).

Na medida em que aqui excessos e atrasamentos seriam entendidos como resultantes do exercício de liberdades, a necessidade identificada por Otlet ([1903] 1990, p.

³⁴² [...] comme de l'eau tombée du ciel, on peut dire qu'ils peuvent provoquer l'inondation e le déluge ou s'épandre en irrigation bienfaisante.

³⁴³ [...] book-machine seems to explode [...]

³⁴⁴ Citado anteriormente em p. 85 e p. 91.

³⁴⁵ Books, brochures, and journal articles appear nowadays apparently as the products of chance. Everyone has freedom to publish on any subject, in any manner, in any form, in any style, consequently, to clutter up the field of documentation with vague and useless productions which have nothing seriously new to say as to substance and which represent no improvement as to form.

83, grifo nosso) de conter aqueles sem infringir estas – a “preciosa liberdade de escrita”³⁴⁶ sendo “um corolário necessário da liberdade de pensamento”³⁴⁷ – se desenha em termos de demanda por governança: “[...] organizar essa liberdade pelos meios de instituições apropriadas, *assim como instituições políticas e códigos de lei organizaram outras liberdades* [...]”³⁴⁸.

Seja em termos de recursos hídricos ou de governo civil, Otlet identifica no caráter produtivo e multiplicador do documento tanto a riqueza da documentação quanto seu risco potencial: somente pelo volume de “água caída do céu”³⁴⁹ e pelo exercício irrestrito da liberdade de escrita seria possível realizar a “irrigação benfazeja”³⁵⁰ e garantir a liberdade de pensamento e as liberdades políticas dela decorrentes, mas a própria abundância formadora de tais cenários fomentaria necessariamente uma susceptibilidade a enchentes e atravancamentos. Ao propor a governança institucional e a canalização (implícita na imagem da irrigação) como soluções para o gerenciamento de liberdades e recursos naturais, Otlet insiste ser justamente pelo *uso e regulação deliberados* de tal amplitude, e não por sua supressão, que seria possível conduzir o fenômeno da documentação a resultados predominantemente criadores e produtivos, e não destruidores. Como observa Day (2001, p. 18), para Otlet, “o livro é tanto o mecanismo de produzir essa explosão quanto o meio de controlá-la”³⁵¹. A aproximação entre gestão de recursos naturais e governo da liberdade humana remonta, inclusive, à compreensão de Otlet já observada³⁵² da sociedade em termos energéticos, sendo “forças humanas”³⁵³ (OTLET, 1916, p. 115) e forças naturais ambas geridas semelhantemente por máquinas, com instituições sendo os equivalentes sociais do maquinário (OTLET, 1916, p. 101-102, 114-116, 1935, p. 107).

Frohmann (2008, p. 83, grifo nosso), no entanto, não considera que Otlet efetivamente opte aqui por *não* suprimir as liberdades de escrita: em consonância com sua identificação do tratamento técnico da documentação como uma ação disciplinar, Frohmann compreende que a proposta de Otlet de criar para a documentação instituições de governança ou equivalentes “[...] *neutraliza* demandas morais quanto à ‘liberdade’ e o ‘direito’ de ‘atravancar’ o campo da

³⁴⁶ [...] precious freedom of writing [...]

³⁴⁷ [...] a necessary corollary of freedom of thought [...]

³⁴⁸ [...] organising this freedom by means of appropriate institutions, just as political institutions and codes of law have organised other freedoms [...]

³⁴⁹ Citado anteriormente em p. 104.

³⁵⁰ Citado anteriormente em p. 104.

³⁵¹ The book is both the mechanism of producing this explosion and the means for controlling it [...]

³⁵² Ver capítulo 2, seção 2.2.2.

³⁵³ [...] forces humaines [...]

documentação [...]”³⁵⁴, favorecendo em seu lugar o estabelecimento de normas e códigos de conduta para as ações de documentação.

Observa-se, porém, que Otlet não concebe disciplina e norma como elementos efetivamente supressores, ou ainda não as concebe como necessariamente neutralizadoras de demandas por liberdade e direitos. Assim como no contexto da internacionalização, em que o direito dos estados nacionais à soberania deveria submeter-se aos deveres de organização comum da vida mundial de modo a atender justamente às necessidades de seus cidadãos³⁵⁵, também a liberdade de escrita seria enquadrada como um direito que, sendo tão fundamental e irrevogável quanto a soberania nacional, deveria como ela conformar-se a normas de organização da produção e circulação de documentos de modo a promover o bem comum. A ausência do estabelecimento de ordem e disciplina, que, como vimos³⁵⁶, resultaria em anarquia no contexto das relações internacionais, fomentaria o “caos”³⁵⁷ (OTLET, [1903] 1990, p. 83) no fenômeno da documentação, e caos não apenas técnico mas social: “[...] por sua mera existência, eles [os documentos] ajudam ou eles entravam, *não podendo ser coisas socialmente indiferentes*”³⁵⁸ (OTLET, 1934, p. 247, grifo nosso).

Otlet enfatiza, no entanto, a *voluntariedade* dessa sujeição: tanto na vida política quanto na vida intelectual, a submissão e a disciplina da liberdade soberana deveriam realizar-se como um ato *livre*, resultante de compreensão e consciência quanto às circunstâncias e não de imposição externa (OTLET, 1916, p. 104, 137-138, [1920] 1990, p. 177, 1935, p. 110; RASMUSSEN, 1995, p. 307). Ele concebe, inclusive, os próprios códigos e normas internacionais e documentários aos quais deveriam se submeter, respectivamente, nações e autores, como produtos obtidos por meio de um processo livre e democrático – a construção do conhecimento, aberta à participação de todos desde que devidamente seguidos os padrões coletivamente reconhecidos e acordados (LA FONTAINE; OTLET, [1895] 1990, p. 27; OTLET, [1920] 1990, p. 177) –, de modo que sua normatividade não apenas seria legítima, mas não poderia ser entendida em termos de supressão. Mesmo que em certo momento do *Traité* Otlet (1934, p. 427-428) demonstre estar consciente do risco de que o controle e a ordem decorrentes “de um plano obrigatório”³⁵⁹ pudessem favorecer a propaganda, a censura e o “jogo de influências”, conduzindo à dominação e não ao florescimento dos indivíduos, ele insiste na possibilidade de desenvolver-se uma terceira via, na qual as “grandes vantagens

³⁵⁴ [...] neutralizes moral claims about the 'freedom' and 'right' to 'clutter up' the field of documentation [...]

³⁵⁵ Ver capítulo 2, seção 2.4.

³⁵⁶ Ver capítulo 2, seção 2.4.

³⁵⁷ [...] chaos [...]

³⁵⁸ [...] par leur seule existence, ils aident ou ils entravent, ne pouvant être choses socialement indifférentes.

³⁵⁹ [...] d'un plan obligatoire [...]

materiais”³⁶⁰ da organização e “a liberdade intelectual”³⁶¹ do homem seriam conciliadas pela ação conjunta da inclinação natural humana “em direção ao Verdadeiro, ao Belo, e ao Bem”³⁶² e da capacidade do documento de tornar inesgotáveis e permanentemente acessíveis os “bens intelectuais”³⁶³.

Nessa perspectiva, recorde-se que o acúmulo de pensamento-força promovido pela documentação seria, também, compreensível em termos de aproximação, isto é, de reunião não apenas da energia intelectual, mas também das mentes humanas que seriam a fonte e o destino de toda essa circulação de forças (OTLET, [1903] 1990, 73-74, 1934, p. 26, 94, 425). Ao prover de forma ou estrutura a matéria do pensamento, a documentação enquanto fenômeno acabaria por constituir uma extensa estrutura conectora de mentes – uma *rede* –, que não apenas aperfeiçoaria ou sustentaria o ciclo do pensamento-força, mas efetivamente o *conteria* dentro de si: pelo desdobramento obter-se-ia a “presença do mundo ‘*dentro*’”³⁶⁴ (DAY, 1997, p. 313, grifo nosso) do documento, com documentação e realidade incontornavelmente imbricados um no outro.

³⁶⁰ [...] grands avantages matériels [...]

³⁶¹ [...] la liberté intellectuelle [...]

³⁶² [...] vers le Vrai, le Beau et le Bien.

³⁶³ Citado anteriormente em p. 103.

³⁶⁴ [...] the presence of the world "within" [...]

4 A organização racional do mundo

We had both become ... enamoured of internationalism...
Otlet, 1934

A deflagração da Guerra em 1914 interrompera um período de grande atividade institucional de Otlet. A partir da criação da UAI em 1910, ele e La Fontaine teriam se dedicado a um processo de expansão e rearticulação de suas instituições, racionalizando os “elementos aparentemente diversos”³⁶⁵ em “um todo integrado”³⁶⁶ (RAYWARD, 1975, p. 10), concebendo a formação de um centro internacional no qual eles fossem aglutinados física e organizacionalmente, o *Palais mondial*³⁶⁷, e envolvendo-se com propostas referentes à construção de uma capital intelectual mundial, a *Cité Mondiale*³⁶⁸.

A invasão da Bélgica e o exílio de Otlet pela Europa viriam a afastá-lo momentaneamente desses trabalhos, concentrando suas atividades na militância por ordem e organização nas relações internacionais por meio do estabelecimento de uma Sociedade das Nações, mas seu retorno à Bruxelas em 1919 o encontraria retomando-os com afinco. Frente à Guerra, “[...] negação absoluta de todos os valores veiculados [...]”³⁶⁹ (STEFFENS, 1995, p. 252) por suas iniciativas, Otlet não apenas consolidaria sua convicção quanto à necessidade de transformações organizacionais profundas na sociedade humana, mas também a certeza de que tal evolução dependeria das propostas institucionais manifestas nas associações internacionais (FAYET-SCRIBE, 2001, p. 69; STEFFENS, 1995, p. 252).

Suas reflexões e escritos internacionalistas do período da Guerra viriam assim a integrar toda a argumentação e o raciocínio desenvolvidos anteriormente, no esforço de convencer os poderes governamentais da importância de sua visão. Otlet atuaria tanto junto ao

³⁶⁵ [...] apparently diverse elements [...]

³⁶⁶ [...] an integrated whole.

³⁶⁷ Reunir-se-iam no *Palais* o OIB e o IIB com seu repertório bibliográfico, o RBU, e seus serviços de documentação técnica e de patentes; o Repertório Iconográfico Universal (RIU), desenvolvido desde 1905; a Biblioteca Internacional, fundada em 1898 como *Bibliothèque collective des sociétés savantes*; o Repertório Universal de Documentação, fundado em 1907, que viria a tornar-se a Enciclopédia Documentária; os Museus da Imprensa e do Livro, fundados em 1907 e 1906, respectivamente; o Museu Internacional e a UAI, ambos fundados em 1910. Ele ainda disporia de um espaço para conferências e congressos internacionais e um centro permanente de estudos, que durante a década de 1920 organizaria conferências sobre temáticas internacionais, as “Quinzenas Internacionais” (*Quinzaines internationales*), concebidas como o germe de uma futura “Universidade Internacional” (MONTENS, 2010, p. 124; OTLET, 1908, 1934, p. 417; OTLET; LA FONTAINE, [1914] 1990; RAYWARD, 1975, p. 282, 1997, p. 391, 2010a, p. 22-29, 2010b, p. 152-158; STEFFENS, 1995, p. 240-249; UNION DES ASSOCIATIONS INTERNATIONALES, 1912, 1921).

³⁶⁸ Após a Guerra, o projeto de Otlet para a *Cité Mondiale* viria a se mesclar a suas negociações com a Liga das Nações, assim como influenciar suas proposições quanto às funções e às configurações dos museus. Dentre a vasta bibliografia sobre a *Cité*, ver, por exemplo, Courtiau (2003), Mairesse (2010), Montens (2010), Otlet (1929), Piette (1995), Vossoughian (2003) e Van Acker (2011b).

³⁶⁹ [...] négation absolue de toutes les valeurs véhiculées [...]

governo belga, buscando garantir a continuidade das atividades do *Palais* e da UAI, quanto junto à nascente Liga das Nações, na esperança de que, ao incorporar as associações internacionais em sua estrutura, a Liga ela viesse a se constituir efetivamente a Sociedade das Nações que ele projetara.

4.1 O projeto de Otlet frente à Liga das Nações

A assinatura do armistício entre os Aliados e a Alemanha em 11 de novembro de 1918³⁷⁰ pôs fim aos enfrentamentos da Guerra e iniciou o período de negociações de paz. Para Otlet (1916, p. 483-484), era chegado o momento de, mais que determinar os termos de encerramento do conflito, redigir e ratificar uma Constituição Internacional. Um “Congresso Constituinte”³⁷¹ (OTLET, 1916, p. 483) internacional deveria ser convocado, no qual todas as nações – vencidos, vencedores e neutros – se reuniriam em termos de igualdade para firmar os fundamentos da organização de uma nova ordem mundial, e participando do processo de discussão e decisão não apenas os representantes políticos e diplomáticos mas todos os elementos interessados da sociedade civil – em particular, as associações internacionais. Tendo afirmado esse cenário como a alternativa mais racional para o encerramento da Guerra, Otlet observaria atenta e esperançosamente os desdobramentos da Conferência de Paz de Paris, que, iniciada em 18 de janeiro de 1919, prolongar-se-ia por um ano para elaborar os tratados de paz com a Alemanha e os outros Poderes Centrais³⁷² e estabelecer a Liga das Nações.

As expectativas de Otlet, no entanto, viriam a ser amplamente frustradas. Sharp (2014³⁷³) observa que, apesar da expectativa e da imagem públicas da Conferência de Paz enquanto um espaço no qual as nações reunir-se-iam em situação de igualdade ao redor da mesa de negociação³⁷⁴, ela teria sido “[...] dominada pelos grandes poderes [Aliados³⁷⁵], com

³⁷⁰ Todas as datas referentes à Guerra e à Conferência foram obtidas em: <<http://encyclopedia.1914-1918-online.net/ww1-timeline/>>. Acesso em: 08 mai. 2015.

³⁷¹ [...] Congrès-Constituant.

³⁷² Compunham os chamados Poderes Centrais a Alemanha, o Império Austro-Húngaro, o Império Otomano e a Bulgária (Fonte: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/102591/Central-Powers>>. Acesso em: 08 mai. 2015.).

³⁷³ Sem paginação por se tratar de conteúdo *online*.

³⁷⁴ Expectativa e imagem essas decorrentes em particular do impacto que o discurso dos “Catorze Pontos” para o estabelecimento da paz mundial realizado pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson (1856-1924) em 08 de janeiro de 1918 tivera sobre o público em geral, sendo inclusive mencionado explicitamente como parâmetro na proposição de armistício colocada pelos alemães (SHARP, 2014; THOMAS, 2014); a formação da Liga seria o décimo-quarto e principal ponto da proposição de Wilson (THOMAS, 2014).

³⁷⁵ Compunham os chamados Poderes Aliados a Grã-Bretanha, a França, a Itália e os Estados Unidos (SHARP, 2014).

o restante dos trinta e dois países confinados a um insignificante papel formal [...]”³⁷⁶. Apesar da aprovação e da assinatura do Pacto da Liga das Nações, a estrutura e o desenrolar da Conferência corresponderiam mais adequadamente à pior hipótese concebida por Otlet (1916, p. 482) para o término do conflito: “[...] os vencedores impõem suas condições aos vencidos, sem discussão, e regulam entre si diplomaticamente os pontos que lhe interessam”³⁷⁷. Os termos de formação da Liga, assim como do Tratado de Versalhes³⁷⁸ (PEACE TREATY OF VERSAILLES, [1919] 2015³⁷⁹) o qual estariam integrados, ignorariam o papel da negligência dos poderes oficiais no processo que teria levado à Guerra, elemento este central no internacionalismo de Otlet. Seitenfus (2012³⁸⁰) observa que a própria inclusão do Pacto como parte do Tratado de Versalhes reforçaria a “nítida distinção entre vencidos e vencedores da Primeira Guerra”, corrompendo desde o início os objetivos declarados de igualdade e cooperação, chegando o autor a concluir que “[...] o Pacto foi essencialmente uma aliança militar entre os vencedores, com o objetivo de impor uma situação aos vencidos”.

Tal divergência de pontos de referência entre o projeto otletiano e os fundamentos da Liga refletir-se-ia nas estruturas institucionais prescritas para organização das relações internacionais. Enquanto o sistema projetado por Otlet (1916, p. 422-423; [1914] 1917, p. 45-47) basear-se-ia na extensão da estrutura estatal clássica, prevendo assim o estabelecimento de três poderes – Legislativo, Judiciário e Executivo – e de funções sancionadoras³⁸¹, o Pacto da Liga das Nações estabelecia que a Liga fosse formada de três órgãos principais: uma Assembleia, composta de representantes de todos os países membros e responsável por votar quaisquer questões em pauta; um Conselho, composto de representantes dos Poderes Aliados e mais quatro de outros países membros, também responsável por votar quaisquer questões em pauta; e um Secretariado permanente, cujas funções executivas incluiriam a formação e manutenção de agências e organismos dedicados a questões específicas de interesse internacional (PEACE TREATY OF VERSAILLES, [1919] 2015³⁸²). Seria ainda função da Liga estabelecer as providências para o estabelecimento de um Tribunal ou Corte Permanente

³⁷⁶ [...] dominated by the great powers, with the remainder of the thirty-two countries confined to a meaningless formal role [...]

³⁷⁷ [...] les vainqueurs imposent leurs conditions aux vaincus, sans discussions, et règlent entre eux diplomatiquement les points qui les intéressent.

³⁷⁸ Preâmbulo e artigos 01 a 26. O Pacto da Liga das Nações também foi inserido nos tratados de paz assinados durante a Conferência com os outros Poderes Centrais; a saber: Tratado de *Saint-Germain* com a Áustria, 10 de setembro de 1919; Tratado de *Neuilly* com a Bulgária, 27 de novembro de 1919; Tratado de *Trianon* com a Hungria, 4 de junho de 1920; Tratado de *Sèvres* com o Império Otomano, transformado em República da Turquia, 10 de agosto de 1920.

³⁷⁹ Sem paginação por se tratar de conteúdo *online*.

³⁸⁰ Sem paginação por se tratar de livro eletrônico não paginado.

³⁸¹ Ver capítulo 2, seção 2.4.

³⁸² Artigos 02 a 06, e 14. Sem paginação por se tratar de conteúdo *online*.

de Justiça Internacional, capacitado para arbitrar disputas de modo a contornar o recurso à guerra (PEACE TREATY OF VERSAILLES, [1919] 2015³⁸³).

Observa-se que, além da predominância desmesurada dos interesses dos Aliados expressa na estrutura do Conselho estar em oposição direta à representação igualitária prevista por Otlet ([1914] 1917, p. 46, 1916, p. 456), nenhum elemento na estrutura da Liga corresponderia efetivamente à sua concepção de um “Parlamento internacional”³⁸⁴ (OTLET, 1916, p. 430). Otlet (1916, p. 430, grifos nossos) afirmara que:

*O primeiro órgão da sociedade das nações a ser criado é o poder legislativo, o qual determina a lei, o que deve ser, e desse modo exprime a vontade comum, formula o *imperium* ou soberania internacional. O parlamento mundial deve ser organizado como uma coordenação de forças universais, um espelho da humanidade*³⁸⁵.

Seu propósito era constituir um organismo representativo da diversidade geográfica, cultural e de interesses e atividades que comporia a vida mundial; qualificado assim por sua representatividade para estabelecer normas de conduta e governo gerais e específicas para a sociedade internacional em todos os seus níveis. A organização ideal desse parlamento, capaz de “[...] chegar a uma expressão adequada das forças”³⁸⁶ humanas (OTLET, 1916, p. 431), seria bicameral³⁸⁷, sendo uma Câmara formada por representantes das diversas unidades nacionais, e outra por representantes “[d]as funções e [d]os interesses mundiais”³⁸⁸ (OTLET, 1916, 432), “[...] indicados por associações internacionais, corporações e coletividades [...]”³⁸⁹ (OTLET, [1914] 1917, p. 45). Fundamentada em uma “declaração dos direitos internacionais”³⁹⁰ (OTLET, 1916, p. 429), a atuação legisladora do parlamento internacional controlaria a anarquia internacional pela instauração de lei e ordem, transformando os conflitos políticos em disputas jurídicas, sujeitas a resolução “[...] sem reviravolta nem revolução, mas de uma maneira legal [...]”³⁹¹ (OTLET, 1916, p. 430).

³⁸³ Artigos 415 a 420. Sem paginação por se tratar de conteúdo *online*.

³⁸⁴ [...] Parlement international

³⁸⁵ Le premier organe de la société des nations à créer est le pouvoir législatif, celui qui dit la loi, ce qui doit être, et par là exprime la volonté commune, formule l'imperium ou souveraineté internationale. Le parlement mondial doit être organisé comme une coordination des forces universelles, un miroir de l'humanité.

³⁸⁶ [...] d'arriver à une expression adéquate des forces.

³⁸⁷ O Conselho dos Estados seria ainda um terceiro elemento do Parlamento Internacional, não sendo, porém, considerado uma terceira câmara dado ser encarregado das funções executivas da Sociedade (OTLET, 1916, p. 431-432, [1914] 1917, p. 45-46).

³⁸⁸ [...] les fonctions et les intérêts mondiaux [...]

³⁸⁹ [...] appointed by international associations, corporations, and collectivities [...]

³⁹⁰ [...] déclaration des droits internationaux

³⁹¹ [...] le moyen de faire prévaloir leur volonté sans bouleversement ni révolution, mais d'une manière légale [...]

Embora afirmasse em seu preâmbulo o compromisso de alcançar paz e segurança internacionais “[...] pelo firme estabelecimento dos entendimentos da *lei internacional* como a verdadeira regra de conduta entre Governos e pela manutenção da justiça [...]”³⁹², o Pacto da Liga das Nações não previa nem ambicionava organismos que alcançassem o grau de representatividade e atuação defendido por Otlet, muito menos juridicizar as disputas internacionais, focando-se na regulamentação das relações internacionais fundamentalmente enquanto relações políticas e diplomáticas entre “povos organizados”³⁹³ e interpondo barreiras às declarações de guerra (PEACE TREATY OF VERSAILLES, [1919] 2015³⁹⁴). Mesmo sendo um projeto gestado sob influências democráticas³⁹⁵, a Liga sustentar-se-ia fortemente sobre o reforço do “velho sistema de alianças chamado a Balança dos Poderes”³⁹⁶ (CLEMENCEAU³⁹⁷, [1919]³⁹⁸ apud SHARP, 2014) que Otlet considerara ter se demonstrado insuficiente, instável e frágil ao longo dos desenvolvimentos do século XIX³⁹⁹. Para ele, embora a formação da Sociedade pudesse também ser entendida em certa medida como uma extensão do sistema de alianças políticas internacionais à totalidade das nações, ela deveria representar e fundamentar acima de tudo o reconhecimento da vida mundial e da necessidade de servi-la de uma estrutura de governança.

Mesmo a capacidade de fazer efetivamente operar as leis internacionais, necessária à manutenção da ordem, seria no contexto da Liga reduzida em relação às proposições de Otlet. Para ele (OTLET, 1916, p. 439-440, [1914] 1917, p. 46), do mesmo modo que na relação entre Estados nacionais e seus sistemas judiciários internos, a estrutura judiciária internacional deveria ser elemento integral e estrutural da Sociedade das Nações, responsável por tornar efetivas as leis promulgadas pelo Parlamento Internacional. Todas as disputas e os conflitos – “[...] não somente [partindo d]os Estados, mas também [d]as nacionalidades que não são representadas por um Estado; [d]as minorias oprimidas dentro de um Estado; [d]os indivíduos, no que concerne suas relações internacionais”⁴⁰⁰ (OTLET, 1916, p. 440) – deveriam estar sujeitos à sua intermediação, assim como às sanções e reparações por ela

³⁹² [...] by the firm establishment of the understandings of international law as the actual rule of conduct among Governments, and by the maintenance of justice [...]

³⁹³ [...] organized peoples [...]

³⁹⁴ Sem paginação por se tratar de conteúdo *online*.

³⁹⁵ Tais como o discurso de Wilson, conforme a nota 374.

³⁹⁶ [...] old system of alliances called the Balance of Power [...]

³⁹⁷ Georges Clemenceau (1841 –1929), então primeiro-ministro da França.

³⁹⁸ Citado em: MACMILLAN, Margaret. *Peacemakers: the Paris Conference of 1919 and its attempt to end war*. London: J. Murray, 2001. p. 31.

³⁹⁹ Ver capítulo 2, seção 2.4.

⁴⁰⁰ [...] non seulement les États, mais aussi les nationalités qui ne sont pas représentées par un État; les minorités opprimées dans un État; les individus, pour ce qui concerne leurs relations internationales.

determinadas – afinal, “Um direito sem sanção é um simples conselho [...]”⁴⁰¹ (OTLET, 1916, p. 449), sem força de lei.

Na estrutura da Liga, a capacidade de sanção em resposta a transgressões dos termos de seu Pacto fundador, assim como de eventuais medidas deliberadas pela Assembleia ou pelo Conselho, seria extremamente limitada, sujeita à disposição individual dos países membros em relação ao caso em questão (SHARP, 2014⁴⁰²; SEITENFUS, 2012⁴⁰³). O recurso a julgamento na Corte Permanente de Arbitragem não constituiria medida obrigatória para a resolução de conflitos internacionais, uma vez que a Corte, embora estabelecida pela Liga e estreitamente associada a ela, não seria efetivamente parte integrante dela, a ponto de que “[...] um Estado-membro da Liga das Nações não era simplesmente por esse fato automaticamente um membro do Estatuto da Corte”⁴⁰⁴ (INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE, 2015⁴⁰⁵).

Seitenfus (2012⁴⁰⁶), que considera a incapacidade sancionadora como “a lacuna maior do Pacto” da Liga das Nações, acrescenta ainda ao caráter facultativo e voluntarista do recurso à Corte como meio de estabelecimento da justiça a ausência de dificuldades ou barreiras para o desligamento de países membros da Liga, caso assim desejassem; ele observa que “[...] bastava o Estado agressor retirar-se da Liga para que não fosse alcançado pelo princípio da segurança coletiva”, retirando-se assim da área de alcance até mesmo da tímida possibilidade de sanção sugerida no Pacto. O artigo 16, inclusive, previa como resposta à declaração de guerra ou agressão militar por parte de um de seus Estados-membros sua efetiva exclusão da Liga (PEACE TREATY OF VERSAILLES, [1919] 2015⁴⁰⁷), medida que tanto demonstraria a fragilidade da unidade da Liga e da força efetiva de suas medidas, quanto iria de encontro ao entendimento de Otlet de que a formação da Liga deveria representar formalização, institucionalização e estabilização oficial da comunidade internacional já existente.

Consequentemente, Otlet condenaria tal medida de exclusão imediatamente após serem tornados públicos os termos do Pacto, considerando expressar-se nela tanto um estímulo à rivalidade e à agressão quanto uma quebra de princípios fundamentais:

⁴⁰¹ Un droit sans sanction est un simple conseil [...]

⁴⁰² Sem paginação por se tratar de conteúdo *online*.

⁴⁰³ Sem paginação por se tratar de livro eletrônico não paginado.

⁴⁰⁴ [...] a Member State of the League of Nations was not by this fact alone automatically a party to the Court's Statute.

⁴⁰⁵ Sem paginação por se tratar de conteúdo *online*.

⁴⁰⁶ Sem paginação por se tratar de livro eletrônico não paginado.

⁴⁰⁷ Sem paginação por se tratar de conteúdo *online*.

[...] a nação culpada deve ser punida e essa punição pode consistir em um isolamento relativo, mas excluí-la da [Liga das Nações]⁴⁰⁸ é abrir a porta à constituição de uma aliança hostil no caso em que diversas nações venham a se encontrar assim excluídas. Uma nação culpada deve ao contrário permanecer na comunidade humana e esta tem para com ela o dever de ajudá-la a corrigir-se. Só pode haver uma [Liga das Nações] sobre a terra⁴⁰⁹ (OTLET, 1919⁴¹⁰ apud LEVIE, 2003a, p. 181-182).

Acima de todas essas questões e divergências entre a visão de Otlet e a realidade da Liga, no entanto, sua crítica central e contínua, a qual ele repetiria insistentemente até o fim de sua vida, referir-se-ia à ausência de providências relativas às relações internacionais intelectuais.

4.2 O *Palais mondial*, ou as associações internacionais no projeto da documentação

Concebendo seu centro internacional ainda às vésperas da Guerra, Otlet e La Fontaine ([1914] 1990) proporião o estabelecimento de um espaço dedicado à discussão, ao estudo, à produção e à difusão do conhecimento sobre questões de interesse internacional. Segundo eles:

Até o presente, tal conhecimento tem estado disperso em panfletos e artigos. Em lugar algum tem sido possível ter *uma visão clara das condições, necessidades e riquezas dos países do mundo*. O estabelecimento de relações internacionais tem sido o resultado de circunstâncias acidentais, não de investigação científica e permanente⁴¹¹ ([1914] 1990, p. 122).

O centro internacional ambicionava suprir essa carência, reunindo os meios e os recursos necessários para se desenvolver a sistematização e a consistência de saberes que até então teriam sido obtidos de modo disperso e acidental. Ele seria assim um centro intelectual e de documentação, atuando pela coordenação entre os diversos âmbitos de ação que

⁴⁰⁸ Dado o contexto de redação da crítica, entende-se que aqui o emprego de Otlet da expressão *Société des Nations*, embora aludindo tanto ao entendimento do próprio Otlet do que deveria ser efetiva uma “*Sociedade das Nações*” e à Liga de fato constituída, referir-se-ia diretamente à segunda, razão pela qual optamos pela tradução “*Liga das Nações*” neste texto.

⁴⁰⁹ [...] la nation coupable doit être punie et cette punition peut consister en un isolement relatif, mais l'exclure de la Société des Nations, c'est ouvrir la port à la constitution d'une alliance hostile dans le cas où plusieurs nations se trouveraient ainsi exclues. Une nation coupable doit au contraire demeurer dans la communauté humaine et celle-ci a envers elle le devoir de l'aider à s'amender. Il ne peut exister qu'une Société des Nations sur la terre.

⁴¹⁰ Correspondência endereçada a Paul Hymans (1865-1941), membro da delegação belga na Conferência de Paz.

⁴¹¹ Until the present, such knowledge has been scattered in pamphlets and articles. Nowhere has it been possible to have a clear view of the conditions, needs, or riches of the countries of the world. The forging of international relations has been the result of accidental circumstances, not of scientific and permanent enquiry.

constituíam a vida mundial, e que, embora organizado pelas associações internacionais, deveria contar com a participação dos governos nacionais: estes deveriam manter delegações permanentes no centro e contribuir para a composição de seus acervos, e ainda seriam responsáveis por sua manutenção financeira (OTLET; LA FONTAINE, [1914] 1990, p. 122-123).

O envolvimento governamental se justificaria não apenas pela necessidade de representação dos países para compor-se uma visão completa da situação mundial, mas também pela importância política que Otlet e La Fontaine identificariam haver nos conhecimentos a serem produzidos e sistematizados:

O Centro Internacional tornará o mundo conhecido para o mundo. Ele incitará os homens a trabalhar juntos e promoverá sua cooperação em todos os domínios do conhecimento e da ação. Ele proverá um centro para o estudo e a discussão da administração dos grandes interesses da humanidade. Ele proverá a humanidade da consciência de sua unidade⁴¹² (OTLET; LA FONTAINE, [1914] 1990, p. 120).

Percebem-se na argumentação de Otlet e La Fontaine elementos, tais como o trabalho em cooperação e uma consciência compartilhada, que embora presentes desde o início em meio às preocupações de Otlet quanto à organização da documentação, seriam expandidos e explorados à exaustão em *Problèmes* (1916) e outros escritos de Otlet do período da Guerra. A consciência compartilhada quanto à “planta objetiva do edifício científico”⁴¹³ (OTLET, [1920] 1990, p. 185) e a cooperação para sua concretização viriam assim a ser inseridas no contexto mais amplo da consciência quanto à realidade da vida mundial e da cooperação em todos os seus aspectos.

Nessa perspectiva, Steffens (1995, p. 239, grifo nosso) observa que:

Se o centro intelectual universal que deveria se tornar o *Palais mondial* estava destinado à promoção das ciências, ele visava um objetivo bem mais amplo. Seu objetivo era *desenvolver uma mecânica lenta, talvez, mas apesar de tudo revolucionária, que daria à luz a uma era nova, a uma civilização mundial e superior à de seu tempo*⁴¹⁴.

⁴¹² The International Centre will make the world known to the world. It will incite men to work together and promote their cooperation in all the domains of knowledge and action. It will provide a home for the study and discussion of the management of the great interests of mankind. It will provide humanity with a consciousness of its unity.

⁴¹³ [...] the objective blueprint of the scientific edifice.

⁴¹⁴ Si le centre intellectuel universel qu’aurait dû devenir le Palais mondial était destiné à la promotion des sciences, il visait un objectif beaucoup plus large. Son but était de déclencher une mécanique lente peut-être, mais révolutionnaire malgré tout, qui donnerait naissance à une ère nouvelle, à une civilisation mondiale et supérieure à celle de son temps.

As respostas animadoras recebidas por Otlet do governo belga logo após sua reentrada em Bruxelas só contribuiriam para fortalecer suas perspectivas: já em 1919 ele conquistaria não somente o aumento das subvenções direcionadas a suas instituições, mas o direito de que todas viessem a se reunir em um único espaço, as salas do *Palais du Cinquenaire*⁴¹⁵, onde se encontrava provisoriamente instalado desde 1910 o Museu Internacional (COURTIAU, 2003, p. 64; LEVIE, 2003a, p. 121-122; MONTENS, 2010, p. 125, 128-129; PIETTE, 1995, p. 288; RAYWARD, 1975, p. 192-215; STEFFENS, 1995, p. 252-253). Até mesmo a possibilidade de construção de uma sede própria para o *Palais mondial*, assim como sua inclusão num extenso projeto oficial, viria a ser levantada e considerada (MONTENS, 2010, p. 123-126; RAYWARD, 1975, p. 214-215), fomentada por ambições tanto da parte de Otlet quanto do governo de que Bruxelas viesse a ser eleita como cidade-sede da Liga das Nações (MAIRESSE, 2010, p. 147; MONTENS, 2010, p. 129; PIETTE, 1995, p. 288). A adoção definitiva de Genebra em novembro de 1920, assim como a conflituosa situação política e econômica da Bélgica durante a década de 1920, levariam, no entanto, a uma redução drástica do interesse do governo belga pelas instituições do *Palais mondial*: Otlet veria reduzir-se rapidamente a concessão de verbas para suas instituições, fortalecerem-se as críticas na imprensa quanto às coleções e atividades nelas desenvolvidas, e perder-se progressivamente seu acesso às instalações físicas do *Cinquenaire*, até a interdição e fechamento finais do *Palais* em 1934 (MONTENS, 2010, p.134-136; RAYWARD, 1997, p. 291, 2010b, p. 42).

Steffens (1995, p. 242, grifo nosso) aponta que, embora não haja evidências de que ao conceber o OIB/IIB em 1895 Otlet tivesse como propósito “a criação de um centro intelectual mundial”⁴¹⁶ nos moldes do *Palais*, “[...] [Otlet] constata retrospectivamente que o *Palais mondial* constitui[ria] uma sequência lógica das concepções científicas que ele desenvolve já naquela época”⁴¹⁷. Nesse sentido, a racionalização formadora de um centro internacional no *Palais* seria não apenas organizacional, mas também discursiva: tão importante quanto o estabelecimento da estrutura integrada do *Palais* seria sua identidade como um resultado lógico, *natural*, da sequência de movimentos e etapas de organização intelectual internacional que a teriam precedido.

Otlet (1934, p. 417-418) cristaliza essa racionalização no *Traité*, ao traçar uma linha progressiva de desenvolvimento e agregação de organismos e instituições que teria se iniciado

⁴¹⁵ Edifício construído em Bruxelas em comemoração aos 50 anos de independência da Bélgica, em 1880, que hoje abriga diversos museus históricos e de artes em Bruxelas. Fonte: <<http://www.bruxelles.be/artdet.cfm/5458>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

⁴¹⁶ [...] la création d'un centre intellectuel mondial.

⁴¹⁷ [...] il appert rétrospectivement que le Palais mondial consitute une suite logique des conceptions scientifiques qu'il développe déjà à cette l'époque.

com o OIB/IIB, suportado os anos da Guerra em defesa da formação de uma Sociedade das Nações⁴¹⁸, e finalmente se organizado em um espaço físico unificado com a abertura efetiva do *Palais mondial* na década de 1920. Nota-se, inclusive, que documentos relativos ao fechamento definitivo do *Palais* pelo governo belga e em prol de sua reabertura são incluídos por ele como anexos finais do *Traité* (OTLET, 1934⁴¹⁹), reforçando assim a narrativa do *Palais mondial* como um estágio avançado e evoluído do desenvolvimento de instituições de colaboração intelectual por meio da documentação.

À parte a identificação aqui de outra manifestação do raciocínio evolutivo e naturalizador onipresente no pensamento otletiano, observa-se que Steffens (1995, p. 246-250) concede que a contínua elaboração de novos elementos organizacionais no esquema que se tornaria o *Palais* teria ocorrido em compasso com o desenvolvimento de reflexões conceituais por Otlet, em particular em dois momentos-chave.

Em 1903, com a formulação do que seriam documento e documentação⁴²⁰, Otlet teria expandido seu campo de preocupações da informação exclusivamente científica e escrita para a informação de toda natureza e sob toda forma (“[...] como, por exemplo, os artigos de jornais”⁴²¹ (STEFFENS, 1995, p. 247)), de modo que as atividades bibliográfico-documentárias que teriam iniciado o OIB/IIB não seriam mais suficientes para atender às problemáticas em questão. Ao longo da década seguinte, portanto, seriam desenvolvidos em resposta a essa ampliação conceitual toda uma série de novos organismos e coleções documentárias.

Em 1910, com o definitivo despertar de Otlet para preocupações internacionalistas generalizadas⁴²², ele agregaria a esse conjunto as associações internacionais, tornando-as “[...] o principal pilar organizacional e humano na construção do *Palais mondial*”⁴²³ (STEFFENS, 1995, p. 249, grifo nosso). Steffens (1995, p. 249) compreende essa inserção e arranjo não como demonstrativos de uma mudança de foco de Otlet da documentação para o internacionalismo, mas como resultantes do entendimento de Otlet de que “[...] seu projeto só

⁴¹⁸ Otlet (1934, p. 417) afirma que “sob os auspícios da [UAI], aparecem em 1914, 1916, 1918, trabalhos fundamentais sobre os eventos [da Guerra] considerados sob o ponto de vista internacional e sobre a organização que seria desejável de ver dar às relações entre os povos sob o nome da Sociedade das Nações” “[...] sous les auspices de l’Union, parurent en 1914, 1916, 1918, des travaux fondamentaux sur les événements consideres au point de vu internationale et sur l’organisation qu’il était désirable de voir donner aux rapports entre peuples sous le nom de la Société des Nations.], inserindo assim sua própria atuação individual como parte componente da trajetória de sua instituição.

⁴¹⁹ Elementos não paginados da publicação.

⁴²⁰ Ver capítulo 3, seção 3.1.

⁴²¹ [...] comme, par exemple, les articles de journaux.

⁴²² Ver capítulo 2, p. 27-28.

⁴²³ [...] le principal pilier organisationnel et humain dans la construction du Palais mondial.

teria chances de ter sucesso se ele conseguisse tecer uma rede mundial de instituições científicas prontas a colaborar com ele”⁴²⁴.

A avaliação de Fayet-Scribe (2001, p. 53-55, 66-70) concorre com as observações de Steffens, identificando inclusive uma estreita conexão entre o desenvolvimento conceitual da documentação no início da década de 1900 e a inclusão dez anos depois das associações internacionais no projeto institucional de Otlet⁴²⁵: “À noção do livro-suporte que fecha o texto substituiu-se a do documento, onde *a informação não é mais limitada à fronteira da página nem à do país*”⁴²⁶ (FAYET-SCRIBE, 2001, p. 66, grifo nosso). Ao estabelecer uma compreensão universalista da documentação, inclusiva de “todas as formas [...] todos os gêneros”⁴²⁷ (FAYET-SCRIBE, 2001, p. 55), Otlet teria se dirigido forçosamente à tomada de uma perspectiva internacional; o mesmo raciocínio que afirmara recortes formais como artificiais e limitados corroborando o entendimento de que a circulação dos documentos compreendida em âmbito inferior ao internacional seria insuficiente.

As observações de Rasmussen (1995, p. 205-215) corroboram a análise de Fayet-Scribe (2001), ao apontarem a presença da forte perspectiva internacional que alimentaria os movimentos e esforços pela organização internacional da bibliografia no período entre a virada do século e a Guerra:

A tradicional questão do domínio da multiplicidade sempre crescente de textos em circulação se renova no fim do século ao redor do dado essencial do espaço internacional no qual se efetua essa circulação. *Que esse espaço seja internacional é um dado antigo, mas que ele seja a partir de então pensado sob forma unitária é novo e em vias de teorização*⁴²⁸ (RASMUSSEN, 1995, p. 208, grifo nosso).

⁴²⁴ [...] son projet n'avait de chances de réussir que s'il parvenait à tisser un réseau mondial d'institutions scientifiques prêtes à collaborer avec lui.

⁴²⁵ Fayet-Scribe (2001, p. 67, 69) ainda identifica a sobreposição entre internacionalismo e documentação na abordagem de Otlet quanto às associações internacionais nas próprias problemáticas trabalhadas nos congressos por ele convocados quando da formação da UAI, em 1910: enquanto o congresso de bibliografia e documentação reuniria diversos trabalhos produzidos por associações internacionais, a pauta e as resoluções do congresso específico destas destacaria “as questões de normalização, bibliografia, classificação” [...] *les questions de normalisation, bibliographie, classification* [...]], reunindo as associações “para realizar uma verdadeira ação comum em favor da documentação” [...] *pour mener un véritable action commune en faveur de la documentation.*] (FAYET-SCRIBE, 2001, p. 67).

⁴²⁶ À la notion du livre-support qui clôt le texte s'est substituée celle de document, où l'information n'est plus limitée à la frontière de la page, ni à celle du pays.

⁴²⁷ [...] toutes formes de documents et tous genres [...]

⁴²⁸ La traditionnelle question de la maîtrise de la multiplicité toujours croissante des textes en circulation se renouvelle à la fin du siècle autour de la donnée essentielle de l'espace international dans lequel s'effectue cette circulation. Que cet espace soit international est une donnée ancienne, mais qu'il soit désormais pensé sous forme unitaire est nouveau et en cours de théorisation.

Na perspectiva de Fayet-Scribe (2001, p. 66), Otlet teria teorizado o espaço internacional a partir de suas reflexões “sobre a própria natureza da informação e do conhecimento”⁴²⁹: estes se produziriam e circulariam “em rede”⁴³⁰, por meio de conexões difusas e descentralizadas que não se restringiriam a delimitações fronteiriças – do mesmo modo, nota-se, pelo qual ele identifica que se estabeleceriam progressivamente toda espécie de relações sociais e “interesses comuns”⁴³¹ (OTLET, [1915] 1990, p. 130) ao desenvolver-se a vida mundial.

Tratar-se-ia, afinal, de um mesmo movimento e objeto em questão uma vez que, para Otlet, relações sociais consistiriam fundamentalmente na ação de “estados mentais [...] uns sobre os outros”⁴³² (OTLET, 1934, p. 425) tornadas possíveis pela circulação do pensamento; ao potencializá-la, a documentação estabeleceria “[...] relações mentais entre autores e leitores por intermédio do livro”⁴³³ (OTLET, 1934, p. 32). Ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que os laços e conexões sociais estabelecidos produziram documentação em decorrência de sua própria existência e continuidade, os documentos, ao fazer circular o pensamento, forjariam novas relações e conexões, num processo de contínua retroalimentação.

Sob essa perspectiva, Otlet e La Fontaine (1910⁴³⁴ apud RASMUSSEN, 1995, p. 259, grifo nosso) afirmariam quando da fundação da UAI, em 1910, que “A ação de informação e de difusão de ideias e fatos só podendo se realizar à distância pelo escrito, conduz-se naturalmente à consideração do documento como *o próprio instrumento do internacionalismo*”⁴³⁵. Sendo a vida mundial caracterizada pela multiplicação em número e em diversidade das relações entre os homens, e resultado da evolução histórica humana – evolução esta conduzida e compreendida fundamentalmente em termos do aprimoramento das capacidades de produção técnica –, Otlet entende que a documentação seria um dos fatores responsáveis por seu surgimento assim como por sua manutenção. *Surgimento*, porque enquanto máquina a documentação expandiria as habilidades do cérebro humano de raciocinar e se expressar, fomentando a evolução; *manutenção e coordenação*, pois por seu intermédio seria possível estabelecer a aproximação e o diálogo ininterrupto entre os homens

⁴²⁹ [...] sur la nature même de l'information et de la connaissance [...]

⁴³⁰ [...] en réseau.

⁴³¹ Citado anteriormente em p. 51.

⁴³² Citado anteriormente em p. 100.

⁴³³ [...] des rapports mentaux entre auteurs et lecteurs à l'intermédiaire du livre.

⁴³⁴ OTLET, Paul; LA FONTAINE, Henri. L'état actuel des questions bibliographiques et l'organisation internationale de documentation. *Bulletin de l'IIB*, 1908, p. 184.

⁴³⁵ L'action d'information et de diffusion des idées et des faits ne pouvant se réaliser à distance que par l'écrit, on est naturellement amené à considérer le document comme l'instrument même de l'internationalisme.

em um “tribunal permanente e universal”⁴³⁶ (OTLET, [1903] 1990, p. 73-74), solidificando e racionalizando as relações sociais espontaneamente desenvolvidas. Os documentos seriam assim instrumento do internacionalismo em seus dois aspectos, anteriormente observados⁴³⁷: enquanto fato incontestável da realidade, ou “internacionalidade”⁴³⁸ (OTLET, 1916, p. 155, 158)⁴³⁹, e enquanto visão de mundo e de ação política.

Ao aproximar de tal modo documentação e internacionalismo enquanto fenômenos, Otlet aproxima igualmente as medidas de sua organização: Fayet-Scribe (2001, p. 76, grifos nossos) observa que, no pensamento otletiano, “[...] graças à solidariedade, à rede, à associação, o internacionalismo e a documentação *se tornam possíveis*”⁴⁴⁰. Na estrutura associativa, ter-se-ia “*uma técnica eficaz*”⁴⁴¹ para perseguir e racionalizar o difuso percurso da informação e das relações sociais: sua estrutura livre e voluntária e sua manifestação múltipla se adequariam à racionalização do difuso percurso da informação e das relações sociais em torno de centros coordenadores e federativos, constituindo uma rede que, à semelhança das redes centralizadas de distribuição de energia (RIEUSSET-LEMARIÉ, 1997, p. 303, 306) e de transporte e telecomunicações (RASMUSSEN, 1995, p. 307-308), possibilitaria o máximo aproveitamento de recursos, sem comprometer o dinamismo de sua circulação. Fayet-Scribe (2001, p. 216) compreende ser assim “[...] o encontro entre uma estrutura informacional e a possibilidade de um trabalho cooperativo que faz a riqueza estrutural da associação”⁴⁴², e que a tornaria para Otlet um mecanismo privilegiado para a organização racional do mundo.

4.3 Cooperação intelectual, associações internacionais e a Liga das Nações

Ainda durante a Conferência de Paz de 1919, Otlet enviaria por meio da UAI uma petição requerendo a incorporação no Pacto da Liga das Nações de termos referentes aos “interesses intelectuais e morais”⁴⁴³ da comunidade internacional e à “[...] necessidade da vida internacional científica e sua influência sobre as relações de paz e cooperação”⁴⁴⁴ (OTLET, 1923, p. 2), sem obter resultados (FAYET-SCRIBE, 2001, p. 73; RAYWARD, 1975, p. 210).

⁴³⁶ Citado anteriormente em 74.

⁴³⁷ Ver capítulo 2, seção 2.5.

⁴³⁸ Citado anteriormente em p. 68-69.

⁴³⁹ Ver capítulo 2, seção 2.5.

⁴⁴⁰ [...] grâce à la solidarité, au réseau, à l'association, l'internationalisme et la documentation deviennent possibles.

⁴⁴¹ [...] une technique efficace [...]

⁴⁴² [...] la rencontre entre une structure informationnelle et la possibilité d'un travail coopératif qui fait la richesse structurelle de l'association.

⁴⁴³ [...] intérêts intellectuels et moraux.

⁴⁴⁴ [...] besoin de la vie internationale scientifique et de son influence sur les relations de paix et de coopération.

No ano seguinte, o Congresso da UAI emitiria como resolução um novo requerimento à Liga, demandando que ela estabelecesse um organismo dedicado à organização do trabalho intelectual (FAYET-SCRIBE, 2001, p. 73; OTLET, 1923, p. 3; OTLET; LA FONTAINE, [1920] 1990, p. 157).

No relatório que acompanha a resolução, Otlet e La Fontaine ([1920] 1990, p. 161-163) argumentam que, apesar da ausência de “provisões textuais formais”⁴⁴⁵ referentes à atuação da Liga sobre questões intelectuais, esta não seria nem sem precedentes, nem incongruente com “o espírito ou a interpretação razoável”⁴⁴⁶ dos termos do Pacto. Eles observam que ao longo de seu primeiro ano de existência a Liga já teria ampliado seu espectro de atuação para campos não explicitamente mencionados no documento, como finanças e transportes, estabelecendo organismos dedicados a elas em reconhecimento de que a realização de seus objetivos maiores de paz e cooperação demandaria atenção a questões antes não previstas ou consideradas – como, defendem Otlet e La Fontaine, as preocupações intelectuais:

Parece claro, portanto, que *o desenvolvimento natural* da Liga das Nações justifica plenamente um pedido de que ela estenda seu trabalho para questões intelectuais. A constituição da Liga não é estritamente delimitada pelos artigos do Pacto ou do Tratado de Paz. [...] O Preâmbulo ao Pacto expressa muito positivamente o objetivo da Liga de fazer as nações cooperarem. Ele não limita essa cooperação. Sua extensão à esfera intelectual é uma ação conformada aos *desejos implícitos de seus fundadores*⁴⁴⁷ (OTLET; LA FONTAINE, [1920] 1990, p. 162, grifos nossos).

Aplicando sobre o texto fundador da Liga das Nações seu raciocínio característico quanto à naturalidade racional dos modelos ideais, Otlet propõe que o envolvimento da Liga com as questões intelectuais fosse uma “extensão” de suas funções, não no sentido de ultrapassar seus limites, mas sim – semelhantemente ao documento enquanto extensão do cérebro e da ferramenta como extensão da mão – de um “*desenvolvimento natural*”, um requisito incontornável do cumprimento de seus deveres e compromissos fundamentais; a ponto de que ele e La Fontaine ousassem afirmar que a coordenação das relações

⁴⁴⁵ [...] formal textual provisions [...]

⁴⁴⁶ [...] the spirit or the reasonable interpretation [...]

⁴⁴⁷ It seems clear therefore that the natural development of the League of Nations fully justifies a request for it to extend its work to intellectual matters. The League's constitution is not strictly delimited by the articles of the Covenant or the Peace Treaty. [...] The Preamble to the Covenant expresses very positively the League's goal of making the nations cooperate. It does not limit this cooperation. Its extension to the intellectual sphere is an action conforming to the implicit wishes of its founders.

internacionais intelectuais estivesse de acordo com os “desejos implícitos” dos signatários do Pacto.

Otlet e La Fontaine sustentam a tese de que o trabalho intelectual e seu produto, o conhecimento, seriam elementos de primeira importância política, de modo que a missão da Liga de “[...] promover cooperação internacional e alcançar paz e segurança internacionais [...]”⁴⁴⁸ (PEACE TREATY OF VERSAILLES, [1919] 2015⁴⁴⁹) não poderia se realizar a contento sem que aqueles fossem efetivamente considerados. Eles propõem assim que fosse criado no seio da Liga uma agência ou um organismo dedicado à organização do trabalho intelectual, a ser constituído a partir da estrutura existente da UAI e conforme o modelo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (LAQUA, 2011, p. 242-243; OTLET; LA FONTAINE, [1920] 1990, p. 157, 159, 161-162).

O interesse de Otlet e La Fontaine na promoção da UAI como núcleo original é, frente ao já exposto, facilmente compreensível; já sua repetida ênfase na OIT como parâmetro institucional aparenta ser uma posição menos clara. Entendemos ter-se aqui não apenas uma aproximação, como sugerida por Laqua (2011, p. 242-243), entre trabalho e trabalho intelectual enquanto atividades equivalentes de produção humana, mas também a identificação na estrutura específica da OIT de elementos que atenderiam a visão internacionalista de Otlet e La Fontaine.

Instituída em uma sequência de 40 artigos inseridos nos tratados de paz de Paris (PEACE TREATY OF VERSAILLES, [1919] 2015⁴⁵⁰), a OIT fora constituída desde o início como organização independente e autônoma em relação à Liga, mas vinculada jurídica e financeiramente a ela; diferentemente da Corte Internacional, “Todos os países que assinam o Pacto tornam-se membros da OIT” (SEITENFUS, 2012⁴⁵¹), embora esta estivesse aberta igualmente à participação de Estados não pertencentes à Liga das Nações. Internamente, a OIT se comporia de três organismos⁴⁵²: uma Conferência, um Corpo Governante com funções executivas e seu próprio Secretariado específico, dotado de papel administrativo. A Conferência e o Corpo Governante estruturar-se-iam de modo tripartite, com representantes das três partes envolvidas – trabalhadores, patronato e Estados-membros –, pronunciando-se e

⁴⁴⁸ [...] to promote international co-operation and to achieve international peace and security [...]

⁴⁴⁹ Sem paginação por se tratar de conteúdo *online*.

⁴⁵⁰ Parte XIII, Artigos 332-372 do Tratado de Versalhes. Sem paginação por se tratar de conteúdo *online*.

⁴⁵¹ Sem paginação por se tratar de livro eletrônico não paginado.

⁴⁵² Tal estrutura interna permanece em linhas gerais a mesma até hoje, com a incorporação da OIT como organismo da família da ONU (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2015; SEITENFUS, 2012).

defendendo com independência seus interesses (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 1920, p. 2-3⁴⁵³; INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2015⁴⁵⁴).

Rayward (1990c, p. 168) e Seitenfus (2012⁴⁵⁵) apontam o caráter inovador e original – e, “por certo tempo, controverso”⁴⁵⁶ (RAYWARD, 1990c, p. 168) – da estrutura tripartite no contexto das organizações internacionais. Pode-se observar igualmente o quanto o tipo de representação assim viabilizada pela OIT converge com as concepções de Otlet quanto à inserção das associações internacionais, enquanto representantes de grupos interessados da sociedade civil, como membros com direito a voz e voto em corpos oficiais internacionais. Otlet projetara idealmente que essa situação de igualdade entre representações funcionais ou de interesse e geográficas ou oficiais encontrasse espaço na estrutura central da Liga das Nações, mas a existência de uma situação equivalente na OIT seria suficientemente concreta para sustentar sua argumentação por um organismo semelhantemente organizado que se dedicasse ao trabalho intelectual, reunindo como delegados tanto intelectuais conforme seus campos do saber quanto representantes diplomáticos de acordo com seus países de origem.

À representação tripartite da OIT ajuntar-se-iam, enquanto elementos potencialmente interessantes para o ponto de vista de Otlet, diversas provisões quanto às funções do órgão, dentre as quais o papel do Secretariado de realizar “[...] a coleção e a distribuição de informação em todos os assuntos relativos ao ajuste internacional de condições da vida e do trabalho industriais [...]”⁴⁵⁷, e de publicar periodicamente os resultados desses levantamentos; e o da Conferência de elaborar e votar convenções e recomendações a partir dos estudos realizados pelo Secretariado (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 1920, p. 4). Seitenfus (2012⁴⁵⁸, grifo original) observa que “O trabalho da Conferência é essencialmente *normativo* e de *controle*” das ações estatais – suas convenções constituiriam “instrumentos jurídicos” que os Estados-membros teriam o dever de encaminhar a seus parlamentos –, enfatizando, porém, que devido ao direito dos países de se recusar a ratificá-las, “[...] as normas oriundas da OIT não devem ser assimiladas a uma legislação internacional, pois dependem de um ato de concordância por parte dos Estados”.

Apesar de desprovido da obrigatoriedade legal e jurídica idealizada por Otlet, observa-se que, tanto no que diz respeito à composição de delegações representativas quanto à

⁴⁵³ Artigo 392.

⁴⁵⁴ Sem paginação por se tratar de conteúdo *online*.

⁴⁵⁵ Sem paginação por se tratar de livro eletrônico não paginado.

⁴⁵⁶ [...] for a time, controversial [...]

⁴⁵⁷ [...] the collection and distribution of information on all subjects relating to the international adjustment of conditions of industrial life and labour [...]

⁴⁵⁸ Sem paginação por se tratar de livro eletrônico não paginado.

elaboração de normas internacionais, a OIT se estruturaria de maneira a propiciar que as decisões políticas em seu campo de atuação viessem a ser orientadas e dirigidas pelo saber especializado coletivamente acumulado – elemento central da argumentação de Otlet quanto à importância política das associações internacionais desde a formação da UAI em 1907.

Otlet e La Fontaine demonstram identificar na estrutura da OIT uma estrutura de organização que, por seu modelo e seu caráter normativo, possibilitaria infundir a Liga das Nações, ainda que de modo parcial e progressivo, do “poder inerente de persuasão”⁴⁵⁹ (OTLET; LA FONTAINE, [1914] 1990, p. 115) política dos consensos de conhecimento. A existência da OIT, ao mesmo tempo em que proporcionaria a dois grandes grupos interessados da sociedade civil, “trabalhadores”⁴⁶⁰ e “homens de negócios”⁴⁶¹ (OTLET, [1916] 1990, p. 124), contribuir com seus conhecimentos específicos para o direcionamento da vida mundial, instituiria também um precedente e um modelo para o envolvimento progressivo de outros elementos da sociedade na gestão das relações internacionais.

Ainda, em sua insistência quanto à importância social e política do trabalho e da produção intelectuais, Otlet (1923, p. 1-3) apontaria não só a precedência de ampliação das áreas de atuação da Liga e a adequabilidade do modelo organizacional oferecido pela OIT⁴⁶², mas argumentaria por uma quarta via: a existência no Pacto da Liga das Nações de um artigo⁴⁶³ que afirmaria ser papel da Liga incorporar e apoiar as organizações internacionais, existentes ou em formação, que a ela recorressem.

Dado que, para Otlet, o processo que levava à formação da Liga fora essencialmente resultado da ação de organização internacional realizada progressivamente pelas associações

⁴⁵⁹ Citado anteriormente em p. 59.

⁴⁶⁰ [...] workers [...]

⁴⁶¹ [...] business men [...]

⁴⁶² Ver seção 4.1 acima.

⁴⁶³ Trata-se do artigo 24: “Serão postos sob a direção da Liga todos os escritórios internacionais já estabelecidos por tratados gerais se as partes de tais tratados consentirem. Todos os escritórios internacionais e todas as comissões para a regulação de assuntos de interesse internacional a partir de então constituídos serão colocados sob a direção da Liga. Em todos os assuntos de interesse internacional que são regulados por convenções gerais, mas que antes não estiveram sob controle de escritórios ou comissões internacionais, o Secretariado da Liga deverá, sob o consentimento do Conselho e se desejado pelas partes, coletar e distribuir toda a informação relevante e render qualquer outra assistência que possa ser necessária ou desejável. O Conselho poderá incluir como parte das despesas do Secretariado as despesas de qualquer escritório ou comissão que seja colocada sob a direção da Liga” [*There shall be placed under the direction of the League all international bureaux already established by general treaties if the parties to such treaties consent. All such international bureaux and all commissions for the regulation of matters of international interest hereafter constituted shall be placed under the direction of the League. In all matters of international interest which are regulated by general conventions but which are not placed under the control of international bureaux or commissions, the Secretariat of the League shall, subject to the consent of the Council and if desired by the parties, collect and distribute all relevant information and shall render any other assistance which may be necessary or desirable. The Council may include as part of the expenses of the Secretariat the expenses of any bureau or commission which is placed under the direction of the League.*] (PEACE TREATY OF VERSAILLES, [1919] 2015).

internacionais, a contrapartida de que a Liga provesse estabilidade às associações e promovesse o alcance de seu potencial máximo de atuação seria, em sua perspectiva, a medida *natural* – lógica, coerente, racional – a ser tomada. Em seu anteprojeto a uma Constituição Mundial, inclusive, Otlet ([1914] 1917, p. 44-45) instituiria entre os direitos fundamentais a serem garantidos internacionalmente⁴⁶⁴ os direitos das associações internacionais à personalidade civil e à livre atuação, propondo seu reconhecimento como organismos “de utilidade pública universal”⁴⁶⁵. Frente assim à possibilidade de que a Liga atendesse ainda que parcialmente às demandas de reconhecimento das associações internacionais⁴⁶⁶, Otlet aparenta ignorar, propositadamente ou não, a implicação geral do texto do Pacto, e até mesmo dos termos específicos do artigo⁴⁶⁷, quanto à limitação do universo de interesse da Liga a relações interestatais, de modo que o caráter civil e privado das associações internacionais as desqualificaria potencialmente do âmbito previsto.

Pode-se supor, ainda, que Otlet pretendesse que, por meio do reconhecimento e suporte da Liga, as associações internacionais finalmente passassem a contar com o envolvimento sólido dos governos nacionais, tanto na forma de reconhecimento de sua personalidade jurídico-civil quanto por meio de subvenção financeira, uma vez que a ausência desse suporte seria um fator fundamental na fragilidade institucional e nas restrições de atuação das associações (OTLET, LA FONTAINE, [1920] 1990, p. 158). Desde a concepção do OIB/IIB em 1895, afirma Rasmussen (1995, p. 221, 225), o parâmetro institucional de referência de Otlet e La Fontaine teria sido o “modelo da união diplomática, única capaz de organizar uma cooperação internacional consumidora de meios materiais e de dinheiro”⁴⁶⁸ (RASMUSSEN, 1995, p. 225).

Seus esforços pelo estabelecimento de relações sólidas entre a UAI e a Liga, no entanto, não alcançariam jamais os objetivos pretendidos, fosse no que se refere às associações internacionais em geral, fosse especificamente à UAI como organismo. UAI e

⁴⁶⁴ Otlet ([1914] 1917, p. 44-45) enumera seis grupos de direitos internacionais: os direitos “da Humanidade” ([...] of Mankind), “de Povos, Nacionalidades, Raças e Linguagens” ([...] of Peoples, of Nationalities, of Races, and of Languages), “de Religiões e Igrejas” ([...] of Religions and Churches), “das Associações Internacionais” ([...] of International Associations), “das Classes Sociais” ([...] of Social Classes) e “dos Estados” ([...] of States).

⁴⁶⁵ [...] of universal public utility.

⁴⁶⁶ No que diz respeito à Bélgica, a luta de Otlet e La Fontaine por uma identidade jurídica das associações internacionais privadas chegaria ao fim em 1919, quando o governo belga reconheceria sua existência legal (LEVIE, 2003a, p. 184; RAYWARD, 1975, p. 214; STEFFENS, 1995, p. 252).

⁴⁶⁷ Observa-se que o artigo afirma a responsabilidade da Liga por organismos “estabelecidos por *tratados* gerais” ([...] established by general treaties [...]) (PEACE TREATY OF VERSAILLES, [1919] 2015, grifo nosso), implicando-se assim entidades oficialmente estabelecidas, e não associações civis privadas.

⁴⁶⁸ [...] le modèle de l'union diplomatique, seule capable d'organiser une coopération internationale consommatrice de moyens matériels et d'argent.

Liga viriam a efetivamente colaborar em um único projeto, a publicação do *Code des voeux internationaux*, uma compilação das resoluções e recomendações técnicas, científicas e normativas elaboradas pelas associações internacionais (LA FONTAINE, 1923, p. I-II; OTLET, 1923; RAYWARD, 1975, p. 211-213). A proposta de se reunir e sintetizar as conclusões emitidas pelas associações internacionais em um código que poderia orientar a tomada de decisão oficial fora um aspecto fundamental da UAI antes mesmo de sua efetiva fundação: o *Annuaire de la vie internationale*, publicação resultante do levantamento que em 1907 dera origem ao *Office central des associations internationales*⁴⁶⁹, já se propusera a compor um sumário ou panorama geral das recomendações das associações para a organização internacional, embora não constituísse efetivamente uma codificação (OTLET; LA FONTAINE, [1914] 1990, p. 115; RAYWARD, 1975, p. 175-176, 178, 182). A subvenção da Liga das Nações financeira a retomada e a ampliação do projeto, que, no entanto, permaneceria incompleto devido a problemas financeiros e organizacionais internos à UAI, com a edição de apenas um volume dentre os diversos planejados (RAYWARD, 1990c, p. 127).

Diversos autores (FAYET-SCRIBE, 2001, p. 73; LAQUA, 2011, p. 227; SCHROEDER-GUDEHUS, [1978] 2014, p. 170-172) observam, no entanto, que apesar de terem ultimamente fracassado em seus propósitos, as iniciativas e a atuação de Otlet e La Fontaine teriam contribuído significativamente para as discussões que conduziram à criação efetiva pela Liga das Nações de um órgão dedicado às questões intelectuais.

Em 1922, a Liga organizaria uma estrutura provisória, a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), dedicada a estudar e a elaborar um programa de ação internacional na esfera do trabalho intelectual, que viria a adquirir caráter permanente com o estabelecimento em 1926, em Paris, do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI). Juntamente com uma série de comissões nacionais, a CICI, ligada ao Secretariado-geral em Genebra, e o IICI, subvencionado majoritariamente pelo governo francês, comporiam a estrutura de cooperação intelectual da Liga das Nações (FAYET-SCRIBE, 2001, p. 73; POHLE, CAILLOT, 2011⁴⁷⁰; SCHROEDER-GUDEHUS, [1978] 2014, p. 166-168).

Otlet permaneceria, no entanto, profundamente crítico quanto às atividades desses organismos, e convicto de sua insuficiência. Em um documento de 1923 publicado em nome da UAI, ele revisaria passo-a-passo seus frustrados esforços por estabelecer relações com a

⁴⁶⁹ Ver nota 117, p. 52-53.

⁴⁷⁰ Sem paginação por se tratar de conteúdo *online*.

Liga das Nações desde sua fundação, procurando expor a Liga por sua recusa em cooperar com as associações internacionais e criticando nesse processo não apenas o descarte da proposta da UAI, mas o programa intelectual efetivamente adotado pela CICI/IICI (OTLET, 1923, p. 15, 17).

Schroeder-Gudehus ([1978] 2014, p. 163, 165, 173, 185) observa que, desde sua concepção, a CICI e as organizações relacionadas a ela teriam se proposto a atuar exclusivamente no que se referiria ao circuito da atividade científico-intelectual: facilitar as relações internacionais de pesquisa, fomentar “a solidariedade internacional e o espírito de cooperação”⁴⁷¹ entre acadêmicos, e reafirmar sua função – e seu prestígio – internacional (SCHROEDER-GUDEHUS, [1978] 2014, p. 170). Para Otlet (1923, p. 19), no entanto, “[...] organizar a inteligência e a Ciência para si mesmas e unicamente do ponto de vista técnico interno [...]”⁴⁷² seria uma concepção extremamente reduzida e redutora do que deveria realizar-se como organização intelectual internacional, e, em particular, insuficiente para atender às demandas sociais colocadas sobre o conhecimento.

4.4 Conhecimento, documento e democracia

Três anos antes, em seu primeiro relatório encaminhado à Liga, a argumentação de Otlet e La Fontaine pela extensão da atuação da Liga das Nações às questões intelectuais enfatizara justamente como a dimensão e o impacto sociais do conhecimento ultrapassariam o circuito da atividade intelectual especializada, afirmando que

O conhecimento não é mais uma questão de pura especulação ou simples curiosidade intelectual que pode ser deixado apenas aos seus especialistas. É *uma grande força intelectual* a ser usada em benefício de toda a comunidade humana, um fator majoritário na manutenção e no desenvolvimento da Civilização Universal⁴⁷³ (OTLET; LA FONTAINE, [1920] 1990, p. 158, grifo nosso).

Otlet e La Fontaine compactam nessa colocação aspectos centrais das discussões internacionalistas de Otlet durante a Guerra – como a compreensão da atividade humana em termos de recursos energéticos que demandariam organização, e o papel da Guerra em expor abertamente as condições e dinâmicas em ação na sociedade – de modo a afirmar o trabalho

⁴⁷¹ [...] la solidarité internationale et l'esprit de coopération [...]

⁴⁷² [...] d'organiser l'intelligence et la Science pour elles-mêmes et du seul point de vue technique interne [...]

⁴⁷³ Knowledge is no longer a matter of pure speculation or simple intellectual curiosity which can be left to its experts alone. It is a great social force to be used for the benefit of the whole human community, a major factor in the maintenance and development of Universal Civilization.

intelectual não como um nicho de especialidade merecedor de assistência da Liga, mas sim como um fator central de sua esfera já declarada de preocupações.

Ao afirmarem o conhecimento como um elemento de interesse crucial para não especialistas, Otlet e La Fontaine apresentam a tese, sustentadora da concepção do *Palais mondial*⁴⁷⁴, do saber especializado como elemento necessário à ação social e política, e equiparam seu impacto – assim como o de sua ignorância ou negligência – ao de fatores econômicos enquanto aspectos estruturais e determinantes da condução da vida pública, afirmando que “A experiência” – em particular a experiência da Guerra – “demonstrou que hoje a política internacional [...] *pode conduzir apenas a soluções incompletas e artificiais e, em certas áreas, a soluções de nenhum valor* se fatores intelectuais não forem considerados”⁴⁷⁵ (OTLET; LA FONTAINE, [1920] 1990, p. 157-158, grifo nosso). Sendo toda a estrutura da sociedade – do transporte à produção industrial, da saúde pública à legislação – já dependente e resultante de avanços alcançados pelo conhecimento científico, ignorar seu potencial aporte ao processo de gestão e decisão sobre o conjunto desses elementos seria persistir em um descomunal desperdício de forças⁴⁷⁶.

Otlet (1935, p. 197-198) insistiria nessa integração entre política e conhecimento objetivo-científico ainda quinze anos depois, ao destacar em *Monde* como “tendências atuais da política”⁴⁷⁷ o ideal de sua racionalização conforme parâmetros e princípios técnico-científicos: segundo ele, a aplicação destes aos problemas sociais permitiria que a ação política se tornasse progressivamente menos arbitrária e mais racional (científica), capaz de considerar toda a multiplicidade de elementos envolvidos nas situações sociais ao elaborar e adotar medidas para sua resolução. O ideal das funções consultiva e normativa das associações internacionais na qual ele tanto insistira e as quais procurara abordar em diversas configurações – a estruturação do *Palais mondial*, a compilação do *Code des vœux*, a absorção da UAI como unidade de coordenação intelectual da Liga, a inserção das associações como membros consultivos e eleitores em uma assembleia ou parlamento internacional, a construção de uma Sociedade das Nações sobre a estrutura organizacional provida pelas associações – nada mais seria do que a busca por uma proposição que efetivamente institucionalizasse essa tendência em organização e em prática.

⁴⁷⁴ Ver seção 4.2 acima.

⁴⁷⁵ Experience has shown that today international politics cannot be conducted rationally if economic factors are neglected because of the real community of interest that unites all elements of life. It teaches us also that politics can only lead to incomplete and artificial solutions and, in certain areas, solutions of no value if intellectual factors are not considered.

⁴⁷⁶ Ver capítulo 2, seção 2.2.2.

⁴⁷⁷ Tendances actuelles de la politique

Compreende-se que Otlet conceberia esse direcionamento rumo à racionalização da ação política, em grande parte, como resposta a uma demanda colocada pelas próprias condições materiais da “internacionalidade”⁴⁷⁸ (OTLET, 1916, p. 155, 158)⁴⁷⁹: o alargamento das unidades sociais e a multiplicação e diversificação das relações sociais resultariam inescapavelmente no aumento exponencial de fatores a serem considerados para fins de governo e gestão da vida social. O conhecimento objetivo-científico, por definição, englobaria todas essas variáveis em sua formação, resultando em um recurso particularmente adaptado e adaptável às circunstâncias de uma sociedade em contínua expansão; assim como a estrutura de organização e ação coletiva da prática de investigação científica, exemplificada na construção do edifício científico, ter-se-ia demonstrado capaz de considerar tal multiplicidade e unificá-la com justiça e rigor.

Observa-se, nesse sentido, que Otlet valoriza o modelo de construção do conhecimento científico não apenas por sua capacidade material de agremiar racionalmente elementos dispersos em um único corpo de grande extensão, mas pelo aspecto *democrático* que ele compreende manifestar-se nessa racionalidade (RASMUSSEN, 1995, p. 269-270, 451-453). No processo de produção científica não apenas balancear-se-iam de maneira modelar liberdades e potencialidades individuais e necessidades da ação coletiva – qualquer um seria livre para “[...] traz[er] a pedra que ele mesmo escavou”⁴⁸⁰ (LA FONTAINE; OTLET, [1895] 1990, p. 27), mas deveria “[...] considera[r-se] a si mesmo como um colaborador do trabalho científico geral, obrigado a estar consciente do trabalho de seus predecessores e preocupado com o de seus sucessores”⁴⁸¹ (OTLET, [1920] 1990, p. 177) –, mas o próprio processo estruturar-se-ia completamente sobre as bases da razão e da consciência, capacidades estas intrínsecas à natureza humana e, portanto, potencialmente acessíveis a todos. Para Otlet, isso implicaria no entendimento do trabalho intelectual e sua dinâmica como um processo *humano* por excelência, e desse modo passível de ser difundido e replicável, tanto no que se refere a seu produto (o conhecimento) como a sua lógica de produção, em outros âmbitos da vida em sociedade.

A proposição de Otlet de assumir a lógica do trabalho intelectual como modelo para a prática da ação política subentenderia ainda que, como aquele, esta assumisse que a sustentação da vida social se daria por via do documento.

⁴⁷⁸ Citado anteriormente em p. 68-69 e p. 121.

⁴⁷⁹ Ver capítulo 2, seção 2.5.

⁴⁸⁰ [...] brings the stone he himself has quarried.

⁴⁸¹ [...] considers himself as a collaborator in general scientific work, obliged to be aware of the work of his predecessors and to be concerned with his successors.

Sendo produto da razão e consciência humanas, toda espécie de conhecimento objetivo-científico seria, por princípio, comunicável a qualquer público – isto é, passível de democratização –, desde que adequadamente sistematizado e documentado sob as formas mais apropriadas a cada circunstância ou necessidade de informação específica. A “formação de mentalidades”⁴⁸² (OTLET, 1916, p. 474-485) e de “opinião pública”⁴⁸³ (1916, p. 127, 129-130), por meio das quais a ação individual seria potencializada e a sociedade enquanto “uniões de inteligência”⁴⁸⁴ (OTLET, 1916, p. 103, 1935, p. 109)⁴⁸⁵ se tornaria possível, seria fundamentalmente uma questão de *forma*, uma questão de *documentação*.

Assim como a existência nos documentos das condições necessárias para a objetivação progressiva do pensamento levava ao desenvolvimento do conhecimento objetivo, também a possibilidade material de por meio deles realizar-se aproximação e conexão entre mentes humanas⁴⁸⁶ implicaria semelhantemente em ter-se na documentação as condições demandadas pelo desenvolvimento também de cooperação. No cenário de Otlet, “[...] pela circulação internacional do livro, a possibilidade de ações concentradas cresce, ao mesmo tempo em que aumenta a soma de ideias e sentimentos comuns [...]”⁴⁸⁷ (RASMUSSEN, 1995, p. 256, grifo nosso). A possibilidade de aproximação trazida pelo documento conduziria assim ao fomento de ações positivas e forças centrípetas, produzindo confirmação, ajuda mútua e “acordo inter-mental”⁴⁸⁸ (OTLET, 1934, p. 425).

Percebe-se assim que a exportação da produção e da dinâmica científicas para a vida social mais ampla expõe a sobreposição existente na compreensão de Otlet entre a produção de conhecimento e a produção de consenso político, sugerida previamente em suas proposições de que, frente à impossibilidade de “reunir todos os que se interessam pelo mesmo assunto em um *tribunal permanente e universal*”⁴⁸⁹ configurar-se-ia por meio da documentação um espaço ou estrutura social equivalente (OTLET, [1903] 1990, p. 73-74, grifo nosso), capaz de “regularizar”⁴⁹⁰ a sociedade em “um grupo de julgamentos e desígnios”⁴⁹¹ (OTLET, 1934, p. 425) o mais consensual possível. Conhecimento e consenso seriam ambos obtidos pelo mesmo processo de reunião e objetivação de perspectivas

⁴⁸² Citado anteriormente em p. 48.

⁴⁸³ Citado anteriormente em p. 48.

⁴⁸⁴ Citado anteriormente em p. 34.

⁴⁸⁵ O trecho citado é apresentado *ipsis litteris* em ambas as publicações indicadas.

⁴⁸⁶ Ver capítulo 3, seção 3.7.

⁴⁸⁷ [...] par la circulation internationale du livre, la possibilité d'actions concertées s'accroît, autant qu'augmente la somme des idées et des sentiments communs [...]

⁴⁸⁸ Citado anteriormente em p. 100.

⁴⁸⁹ Citado anteriormente em p. 74 e p. 121.

⁴⁹⁰ Citado anteriormente em p. 100.

⁴⁹¹ Citado anteriormente em p. 100.

individuais subjetivas e fragmentadas, até a formação de um todo coeso e coletivamente constituído, de modo que poderiam mesmo vir a ser compreendidos como constituindo um único elemento. Seria nesse sentido, inclusive, que as sistematizações produzidas pelas associações internacionais adquiririam seu “poder inerente de persuasão”⁴⁹² (OTLET; LA FONTAINE, [1914] 1990, p. 115): o conhecimento objetivo, potencialmente, teria em decorrência de sua racionalidade lógica um caráter conclusivo e consensual, sendo capaz de ser identificado enquanto tal pelas consciências individuais; enquanto o consenso político, quando obtido rigorosa e democraticamente, seria o mais livre possível de subjetividade e preconceitos, assumindo força de conhecimento adquirido.

A visão de Otlet de uma organização social e uma ação política informadas pelos padrões e produtos do trabalho intelectual explicitaria, assim, plenamente a função social do documento: ao estabelecer conexões mentais e transformar estados mentais pela liberação de pensamento-força, “Ele ajuda[ria] [...] a modificar *as condições da existência individual e do laço social* entre os indivíduos”⁴⁹³ (OTLET, 1934, p. 428, grifo nosso). A imprensa, produtora e disseminadora de documentação pelo globo, se configuraria assim como um “Poder informador”⁴⁹⁴ (OTLET, 1916, p. 297), fomentando “[...] a obra de demolição, de defesa e de reconstituição social”⁴⁹⁵ (OTLET, 1934, p. 149) a ser realizada pelas forças intelectuais.

4.5 Epílogo, ou o *Mundaneum*

Otlet não tardaria a perceber, na distância entre sua visão quanto às possibilidades de ação transformadora das forças intelectuais e os projetos eventualmente assumidos pela Liga das Nações, uma rejeição persistente de suas propostas. Ele denunciaria assim “[...] a incapacidade da Comissão⁴⁹⁶ de fazer com que as forças intelectuais e morais, agindo pelo intermédio da Liga das Nações possam ajudar realmente o mundo a sair do impasse no qual ele se encontra”⁴⁹⁷ (OTLET, 1923, p. 19) e, decepcionado, confidenciaria em correspondência: “Sua criação [da Liga das Nações] foi em todos os pontos um falso começo. O mundo necessita de uma organização do conjunto das relações internacionais. A que foi

⁴⁹² Citado anteriormente em p. 59 e p. 125.

⁴⁹³ Il aide ainsi à modifier les conditions de l'existence individuelle et celle du lien social entre les individus.

⁴⁹⁴ [...] Pouvoir informateur [...]

⁴⁹⁵ [...] l'oeuvre de démolition, de défense et de reconstitution sociale.

⁴⁹⁶ Isto é, a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (ver seção 4.3 acima).

⁴⁹⁷ [...] l'impuissance de la Commission à faire que les forces intellectuels et morales, agissant par l'intermédiaire de la Société des Nations puissent aider réellement le monde à sortir de l'impasse où il est acculé.

criada sob o nome de Liga das Nações não responde aos *desiderata* formulados”⁴⁹⁸ (OTLET, 1923⁴⁹⁹ apud LEVIE, 2003a, p. 203). Ele desistiria assim de sua ânsia em negociar com a Liga, sem, porém, deixar de considerar sua existência e a possibilidade de seu aprimoramento em escritos posteriores (OTLET, 1934, p. 416-420, 1935, p. 449-450).

Otlet permaneceria, no entanto, firmemente convicto quanto à importância e à atualidade de sua visão de racionalização da vida mundial por meio da documentação e das associações internacionais, rebatizando-a de *Mundaneum*⁵⁰⁰ e concentrando seus esforços em reelaborá-la e refiná-la no todo e nas partes (RAYWARD, 1975, p. 359).

⁴⁹⁸ Sa création a été en tous points un faux départ. Le monde a besoin d'une organisation d'ensemble des rapports internationaux. Celle qu'on a créée sous le nom de Société des Nations ne répond pas aux desiderata formulés.

⁴⁹⁹ Documento datilografado não publicado.

⁵⁰⁰ Rayward (1975, p. 282) e Steffens (1995, p. 240) observam que Otlet teria abandonado a designação *Palais mondial* após o primeiro episódio de fechamento parcial de sua instituição pelo governo belga, adotando majoritariamente desde então a forma *Mundaneum* (brevemente *Mondaneum*, antes de sua latinização) para designar tanto sua instituição quanto as e projeções que deveriam ancorar-se conceitual e organizacionalmente nela. Nessa perspectiva, nota-se também que Otlet associa a nomenclatura *Palais mondial* ao complexo físico instalado nas salas do *Palais du Cinquenaire*, enquanto a expressão *Mundaneum* é aplicada a toda a miríade de manifestações e derivações de sua ideia organizacional (OTLET, 1934, p. 416-418; 1935, p. 447-457).

5 Considerações finais

...we had come to realize that nothing was possible without Documentation...
Otlet, 1934

Desde a década de 1890 até sua morte, meses antes do término da Segunda Guerra Mundial, Otlet atuou por uma reconfiguração conceitual, técnica e institucional das condições de produção e disseminação dos registros do pensamento e conhecimento humano, os documentos. A partir de sua proposta de se realizar uma organização internacional da bibliografia, por meio da colaboração técnica entre profissionais e especialistas civis e governos nacionais, ele se direcionaria ao longo da década de 1900 para uma posição abertamente internacionalista, na qual a compreensão e o enfrentamento da realidade da interdependência internacional, e da documentação como um fenômeno sociotécnico historicamente desenvolvido seriam entendidos como condições estruturais para a ordenação racional das relações internacionais.

Novas tecnologias, padrões e parâmetros teriam, segundo Otlet, redimensionado as possibilidades de ação individual e coletiva do homem, e alterado a configuração da sociedade, desenvolvendo a vida mundial. Semelhantemente a documentação, compreendida como um conjunto de técnicas e mecanismos, teria atuado no sentido de transformar os modos de ação e produção humanas, assim como seu relacionamento com seus pares e com seu ambiente. Da mesma maneira, portanto, que todos aqueles outros desenvolvimentos teriam sido objeto de reconhecimento enquanto elementos transformadores das condições humanas, e comporiam incontornavelmente a projeção de cenários futuros para a sociedade, também os documentos deveriam ser compreendidos e considerados como tais.

Ainda, devido às características técnicas específicas da materialização e do desdobramento, que responderiam pela especificidade da documentação e por suas amplas dimensões enquanto fenômeno, o documento atuaria como uma infraestrutura onipresente nas relações humanas e na construção do conhecimento especializado, constituindo desse modo a condição fundamental para o desenvolvimento de todos os outros elementos que teriam conduzido a sociedade rumo à vida mundial.

A ocorrência da Primeira Guerra Mundial sedimentaria o entendimento internacionalista de Otlet, e com ele sua convicção da função social e política que caberia ao fenômeno da documentação. No lugar de colocar em questão os projetos e as possibilidades de ação coordenada e cooperação internacional desenvolvidos anteriormente, a Guerra, sendo

um subproduto da desordem e da anarquia reinantes nas relações internacionais, teria estabelecido a incontornável necessidade de tais desenvolvimentos, assim como afirmado a existência de meios materiais para sua realização nos exemplos concretos de coordenação racional desenvolvidos no esforço de guerra. Ainda, ao evidenciar a realidade da interdependência internacional e da necessidade de ordem, a Guerra teria para Otlet demonstrado veementemente a insuficiência do pacifismo enquanto anseio pela paz para realizar os fins desejados, ao mesmo tempo em que teria sedimentado a adequabilidade do internacionalismo nesse propósito: sendo fundamentado pelo pensamento racional sobre as condições necessárias para obter-se a estabilidade, ele seria capaz de identificar e prover os pré-requisitos para uma paz duradoura.

Uma dessas condições fundamentais, o conhecimento especializado dos fatores requeridos para a reordenação da vida mundial, já existiria, estando continuamente em vias de produção e atualização no ciclo do trabalho intelectual especializado. As condições de sistematização desses conhecimentos, e sua difusão de modo a desenvolver uma consciência ou opinião públicas, estariam por sua vez virtualmente disponíveis nas capacidades técnicas da documentação e na estrutura das associações internacionais, faltando apenas o compromisso político e financeiro dos poderes governamentais para torná-los plenamente operacionais. A formação de uma Sociedade das Nações seria, nesse quadro, o momento de conceber uma estrutura de governança internacional que solidificasse e viabilizasse essa compreensão de forma institucional.

Constata-se assim que Otlet constrói conceitual e discursivamente uma dependência incontornável entre documentação e internacionalismo. Enquanto o internacionalismo, na sua acepção de posição política, requereria a documentação como recurso fundamental de ação, inserindo-a efetivamente no cerne de sua reorganização institucional por via das associações internacionais, a compreensão do fenômeno da documentação estruturar-se-ia sobre o mesmo entendimento da condição humana que balizaria, para Otlet, a factualidade do internacionalismo: a trajetória de evolução sociotécnica da humanidade. Sob a perspectiva do internacionalismo, esse percurso histórico delinearía a sequência de eventos por meio da qual a sociedade teria chegado a constituir-se em uma única unidade social; sob a perspectiva da documentação, a mesma leitura descreveria seu surgimento com a escrita, sua expansão por meio da imprensa, e sua diversificação por meio dos substitutos do livro. A história das origens da documentação seria, essencialmente, a mesma história das origens da vida mundial, e as projeções para a organização dos documentos seriam, do mesmo modo, as mesmas proposições capazes de ordenar a sociedade internacional.

Tal univocidade entre documentação e internacionalismo em Otlet não resulta, no entanto, na impossibilidade de leitura e interpretação desses elementos em separado, mas impõe o entendimento de que tal postura seja tomada deliberadamente, e sem obscurecimento de suas implicações. A interdependência em Otlet da relação entre documentação e internacionalismo exemplificaria, nesse sentido, como a construção de concepções referentes à informação e à sua organização expressariam perspectivas e preocupações políticas e sociais subjacentes, e a necessidade de seu esclarecimento e investigação como requerimentos para a própria possibilidade de clareza histórica, conceitual e epistemológica no campo da Ciência da Informação.

6 Referências

AGOSTI, Aldo. Internacionalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 642-649.

ARNAU RIVED, Pilar. *En los orígenes del movimiento documental contemporáneo: hechos y figuras*. 1993. 412 f. Tese (Doctorado en Ciencias de La Información)–Departamento de Periodismo III, Facultad de Ciencias de La Información, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1993.

AYUSO GARCÍA, María Dolores. *Conceptos fundamentales de la teoría de la documentación: estudio terminológico y versión española del “Traité de Documentation” de Paul Otlet*. 1995. 969 f. Tese (Doctorado en Biblioteconomía y Documentación)–Departamento de Información y Documentación, Universidad de Murcia, Murcia, 1995a.

AYUSO GARCÍA, María Dolores. El impacto del desarrollo tecnológico y científico en la obra de Paul Otlet. *Boletín Millares Carlo*, Las Palmas de Gran Canaria, n. 14, p. 165-190, 1995b.

BAUGNIET, Jean. Deux pionniers de la coopération internationale et de la paix universelle: Henri La Fontaine et Paul Otlet. In: L'UNION des associations internationales: 1910-1970. Passé, Présent, Avenir. Bruxelles: Union des associations internationales, 1970. p. 53-59.

BERNARD, Nadine. Henri La Fontaine (1854-1934) ou la paix par le droit. *Revue belge de droit international*, Bruxelles, n. 1, 1995. p. 343-356.

BEZERRA, Arthur Coelho; SALDANHA, Gustavo Silva. Sobre Comte, Durkheim e Tarde em Otlet: o papel do positivismo na consolidação dos estudos da informação. In: ALBAGLI, Sarita (Org.). *Fronteiras da Ciência da Informação*. Brasília: IBICT, 2013. p. 34-56.

BRADFORD, S. C. *Documentation*. 2 ed. London: Crosby Lockwood & Son, 1953.

BRIET, Suzanne. *Qu'est-ce que la documentation ?* Paris: Editions Documentaires Industrielles et Techniques - EDIT, 1951.

BOBBIO, Norberto. Pacifismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 1998a. p. 875-877.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 42, n. 5, p. 351-360, June 1991a.

BUCKLAND, Michael K. Information Retrieval of More Than Text. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 42, n. 8, p. 586-588, Sep. 1991b.

BUCKLAND, Michael K. Interrogating Spatial Analogies Relating to Knowledge Organization: Paul Otlet and Others. *Library Trends*, Urbana, v. 61, n. 2, p. 271-285, 2012.

BUCKLAND, Michael K. What is a document? *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997.

BUCKLAND, Michael K.; LUND, Niels, W. Boyd Rayward, Documentation, and Information Science. *Library Trends*, Urbana, v. 62, n. 2, p. 302-310, Fall 2013.

BURKE, Colin. History of Information Science. *Annual Review of Information Science and Technology*, Medford, v. 41, p. 3-53, 2007.

CACALY, Serge. Otlet, Paul (1868-1944). In: CACALY, Serge (Org.). *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Paris: Nathan, 1997. p. 446-447.

CENT ANS de l'Office international de bibliographie, 1895-1995: les prémisses du Mundaneum. Mons: Éditions du Mundaneum, 1995.

COMMELIN, P. *Mitologia grega e romana*. 4 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

COURTIAU, Catherine. La création d'une ville internationale autonome selon Paul Otlet. *Transnational Associations/Associations transnationales*, Bruxelles, v. 1-2, p. 60-71, 2003.

CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel (Orgs.). *Ciência da Informação e Documentação*. Campinas: Editora Alínea, 2011. p. 99-112.

CROMBOIS, Jean-François. Bibliographie, sociologie et coopération internationale : De l'Institut International de Bibliographie à l'Institut de Sociologie Solvay. In: CENT ANS de l'Office international de bibliographie, 1895-1995: les prémisses du Mundaneum. Mons: Éditions du Mundaneum, 1995. p. 215-238.

CROMBOIS, Jean-François. L'hummanité comme type social ? : Paul Otlet et la sociologie. In: PAUL OTLET, fondateur du Mondaneum (1868-1944): Architecte du savoir, artisan de paix. Bruxelles: Les Impressions Nouvelles, 2010. p. 105-114.

CROMBOIS, Jean-François. *L'univers de la sociologie en Belgique de 1900 à 1940*. Bruxelles: Université de Bruxelles, 1994.

DAY, Ronald E. *Indexing It All: The Subject in the Age of Documentation, Information and Data*. Cambridge, Massachusetts; London, England: The MIT Press, 2014.

DAY, Ronald E. *The Modern Invention of Information: Discourse, History and Power*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2001.

DAY, Ron. Paul Otlet's Book and the Writing of Social Space. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 48, n. 4, p. 310-317, 1997.

DUCHEYNE, Steffen. Paul Otlet's Theory of Knowledge and Linguistic Objectivism. *Knowledge Organization*, Würzburg, v. 32, n. 3, p. 110-116, 2005.

DUCHEYNE, Steffen. "To treat of the world": Paul Otlet's ontology and epistemology and the circle of knowledge. *Journal of Documentation*, London, v. 62, n. 2, p. 223-244, 2009.

ESTIVALS, Robert. *La bibliologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

FAYET-SCRIBE, Sylvie. *Histoire de la documentation en France: Culture, science et technologie de l'information 1895-1937*. Paris: CNRS Editions, 2001.

FERREIRA JUNIOR, Helio da Silva. Otlet realizador ou visionário? O que existe em um nome? *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 2, p. 9-16, mai./ago. 2006.

FONSECA, Edson Nery da. Desenvolvimento da Biblioteconomia e da Bibliografia no Brasil. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, p. 95-124, mar. 1957.

FONSECA, Edson Nery da. Bibliografia Estatística e Bibliometria: uma reivindicação de prioridades. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 5-7, 1973.

FONSECA, Edson Nery da (Org.). *Bibliometria: teoria e prática*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1986.

FREITAS, Lúcia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia. (Orgs.). *Documento: gênese e contextos de uso*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2010.

FROHMANN, Bernd. *Deflating Information: From Science Studies to Documentation*. Toronto: University of Toronto Press, 2004.

FROHMANN, Bernd. Discourse and Documentation: Some Implications for Pedagogy and Research. *Journal of Education for Library and Information Science*, State College, v. 42, n. 1, p. 12-26, Winter, 2001.

FROHMANN, Bernd. The Role of Facts in Paul Otlet's Modernist Project of Documentation. In: RAYWARD, W. Boyd (Ed.). *European Modernism and the Information Society: Informing the Present, Understanding the Past*. Aldershot: Ashgate, 2008. p. 75-88.

FÜEG, Jean-François. "Ordo ab chaos: Classer est la plus haute opération de l'esprit." *Transnational Associations/Associations transnationales*, Bruxelles, v. 1-2, p. 29-35, 2003.

GILLEN, Jacques (Coord.). *Henri La Fontaine, Prix Nobel de la Paix en 1913: Un Belge épris de justice*. Bruxelles: Mundaneum; Éditions Racine, 2012.

GOLDSCHMIDT, Robert; OTLET, Paul. [1906] On a New Form of the Book: The Microphotographic Book. In: RAYWARD, W. Boyd (Org.). *International Organisation and Dissemination of Knowledge: Selected Essays of Paul Otlet*. Amsterdam: Elsevier, 1990. p. 105-111. p. 87-95.

GOLDSCHMIDT, Robert; OTLET, Paul. [1925] The Preservation and International Diffusion of Thought: the Microphotoc Book. In: RAYWARD, W. Boyd (Org.). *International Organisation and Dissemination of Knowledge: Selected Essays of Paul Otlet*. Amsterdam: Elsevier, 1990. p. 204-210.

GOMES, Hagar Espanha. *O pensamento de Paul Otlet e os princípios do UNISIST*. 1975. 67 f. Tese (Livre-Docência)–Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1975.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. A Documentação e o Neodocumentalismo. In: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel (Orgs.). *Ciência da informação e documentação*. Campinas: Editora Alínea, 2011. p. 23-51.

GROSSI, Verdiana. Henri La Fontaine: un internationaliste précurseur d'un nouvel ordre mondial. In: GILLEN, Jacques (Coord.). *Henri La Fontaine, Prix Nobel de la Paix en 1913: Un Belge épris de justice*. Bruxelles: Mundaneum; Éditions Racine, 2012. p. 68-87.

GUIEU, Jean-Michel. Le pacifisme européen au temps d'Henri La Fontaine. In: GILLEN, Jacques (Coord.). *Henri La Fontaine, Prix Nobel de la Paix en 1913: Un Belge épris de justice*. Bruxelles: Mundaneum; Éditions Racine, 2012. p. 52-67.

HELLEMANS, Jacques; L'HOEST, Christian. Paul Otlet: l'universalisme. In: CENT ANS de l'Office international de bibliographie, 1895-1995: les prémisses du Mundaneum. Mons: Éditions du Mundaneum, 1995. p. 35-62.

INSTITUT INTERNATIONAL DE BIBLIOGRAPHIE. [1907] The Systematic Organisation of Documentation and the Development of the International Institute of Bibliography. In: RAYWARD, W. Boyd (Org.). *International Organisation and Dissemination of Knowledge: Selected Essays of Paul Otlet*. Amsterdam: Elsevier, 1990. p. 105-111.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. *The Court: History*. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/court/index.php?p1=1&p2=1>>. Acesso em: 09 mai. 2015.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. *Labour Provisions of the Peace Treaties*. International Labour Office: Geneva, 1920. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1920/20B09_18_engl.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2015.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. ILO between the two world wars 1919. 2015. Disponível em: <<http://www.ilo.org/legacy/english/lib/century/>>. Acesso em: 23 mai. 2015.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. *O Mundaneum no Brasil: O Serviço de Bibliographia e Documentação da Biblioteca Nacional e seu papel na implementação de uma rede de informações científicas*. 2014. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

LA FONTAINE, Henri. Introduction. In: UNION DES ASSOCIATIONS INTERNATIONALES. *Code des vœux internationaux: Codification générale des vœux et résolutions des organismes internationaux, associations, instituts, congrès, conférences, commissions, comités, bureaux, etc.* Elaboré et publié par l'Union des Associations internationales sous l'égide de la Société des Nations. Tome Premier. Bruxelles: Palais mondial, 1923. p. I-II.

LA FONTAINE, Henri ; OTLET, Paul. [1895] Creation of a Universal Bibliographic Repertory: a Preliminary Note. In: RAYWARD, W. Boyd (Org.). *International Organisation and Dissemination of Knowledge: Selected Essays of Paul Otlet*. Amsterdam: Elsevier, 1990. p. 25-50.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Documento e significação na trajetória epistemológica da Ciência da Informação. In: FREITAS, Lídia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia. (Orgs.). *Documento: gênese e contextos de uso*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2010. p. 35-56.

LAQUA, Daniel. Transnational intellectual cooperation, the League of Nations, and the problem of order. *Journal of Global History*, Cambridge, n. 6, p. 223-247, 2011.

LEVI, Lucio. Mundialismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 792-793.

LEVIE, Françoise. *L'homme qui voulait classer le monde*. Bruxelles: Impressions Nouvelles, 2003a.

LEVIE, Françoise. Paul Otlet et le multimédia. *Transnational Associations/Associations transnationales*, Bruxelles, v. 1-2, p. 53-59, 2003b.

L'HOMME qui voulait classer le monde. Direção de Françoise Levie. Bruxelas: Memento Production, 2002. 60 min, son., color.

LIESEN, Bruno. Henri La Fontaine et la bibliographie. Au service de la coopération intellectuelle. In: GILLEN, Jacques (Coord.). *Henri La Fontaine, Prix Nobel de la Paix en 1913: Un Belge épris de justice*. Bruxelles: Mundaneum; Éditions Racine, 2012. p. 104-121.

LÓPEZ YEPES, José. *La documentación como disciplina*. Teoría e historia. 2 ed. Pamplona: EUNSA, 1995.

LUND, Niels Windfeld. Document Theory. *Annual Review of Information Science and Technology*, New York, v. 43, n. 1, p. 1-55, 2009.

LUND, Niels Windfeld; BUCKLAND, Michael. Document, documentation, and the Document Academy: introduction. *Archival Science - International Journal on Recorded Information*, Heidelberg, v. 8, p. 161-164, 2008.

MAIRESSE, François. Paul Otlet, apprenti muséologue. In: PAUL OTLET, fondateur du Mundaneum (1868-1944): Architecte du savoir, Artisan de paix. Bruxelles : Les Impressions Nouvelles, 2010. p. 137-148.

MANFROID, Stéphanie; GILLEN, Jacques. Les papiers personnels de Paul Otlet. In: PAUL OTLET, fondateur du Mundaneum (1868-1944): Architecte du savoir, Artisan de paix. Bruxelles : Les Impressions Nouvelles, 2010. p. 51-73.

MANFROID, Stéphanie; GILLEN, Jacques; PHILLIPS-BATOMA, Patricia M. The Archives of Paul Otlet: Between Appreciation and Rediscovery, 1944-2013. *Library Trends*, Urbana, v. 62, n. 2, p. 311-328, Fall 2013.

MATTELART, Armand. *História da sociedade da informação*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MATTELART, Armand. *História da utopia planetária: da cidade profética à sociedade global*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MENDES, Luciana Corts. *Do tecer do algodão ao tecer da informação: organizando a explosão informacional do século XIX*. 2014. 240 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MONTENS, Valérie. Paul Otlet et le Cinquantenaire. In: PAUL OTLET, fondateur du Mundaneum (1868-1944): Architecte du savoir, artisan de paix. Bruxelles: Les Impressions Nouvelles, 2010. p. 123-136.

MOURA, Amanda Pacini de. *Ordenar o mundo pelo conhecimento: o projeto de Paul Otlet*. 2011. 108 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia)–Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MOURA, Amanda Pacini de; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Construir o edifício documentário: concepções de Paul Otlet para uma ciência e uma técnica dos documentos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 2-17, 2012.

ODDONE, Nanci Elizabeth. *Ciência da Informação em perspectiva histórica: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970)*. 2004. 157 f. Tese (Doutorado) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

OFFICE CENTRAL DES ASSOCIATIONS INTERNATIONALES. *Le Musée international: catalogue général sommaire*. Bruxelles: Office central des associations internationales, 1912.

ORTEGA, Cristina Dotta. Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da Catalogação. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 43–60, mar. 2011.

ORTEGA, Cristina Dotta. A Documentação como uma das origens da Ciência da Informação e base fértil para sua fundamentação. *Brazilian Journal of Information Science*, Marília, v. 3, n. 1, 3-35, jan./jun. 2009a.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm>. Acesso em: 22 out. 2014.

ORTEGA, Cristina Dotta. Sobre a configuração histórica da noção de documento em Ciência da Informação. In: FREITAS, Lídia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia. (Orgs.). *Documento: gênese e contextos de uso*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2010. p. 57-80.

ORTEGA, Cristina Dotta. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 14, número especial, p. 59-79, 2009b.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. In: IX CONGRESO ISKO ESPAÑA: Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento. *Anais...* Valencia: Espanha, 2009. p. 120-139.

OTLET, Paul. [1931] 28th Universal Peace Congress: the Belgian Appeal to the World. In: RAYWARD, W. Boyd (Org.). *International Organisation and Dissemination of Knowledge: Selected Essays of Paul Otlet*. Amsterdam: Elsevier, 1990. p. 211-213.

OTLET, Paul. *Cité Mondiale*. Geneva: World Civic Center: Mundaneum. Bruxelles: Union des associations internationales; Palais mondial, 1929.

OTLET, Paul. [1920] The International Organisation of Bibliography and Documentation. In: RAYWARD, W. Boyd (Org.). *International Organisation and Dissemination of Knowledge: Selected Essays of Paul Otlet*. Amsterdam: Elsevier, 1990. p. 173-203.

OTLET, Paul. *Monde: essai d'universalisme. Connaissance du monde, Sentiment du monde, Action organisée et Plan du monde*. Bruxelles: Editions Mundaneum; D. Van Keerberghen & fils, 1935.

OTLET, Paul. [1915] Note for M. Durand, prefect of police: Paris, 21 December 1915. In: RAYWARD, W. Boyd (Org.). *International Organisation and Dissemination of Knowledge: Selected Essays of Paul Otlet*. Amsterdam: Elsevier, 1990. p. 130-135.

OTLET, Paul. L'Office international de bibliographie. In: LE MOUVEMENT scientifique en Belgique: 1830-1905. Tome II. Bruxelles: Société belge de Librairie, 1908. p. 358-374.

OTLET, Paul. [1910] L'organisation des associations et l'organisation de la documentation. *Transnational Associations/Associations transnationales*, Bruxelles, n. 4, 1979, p. 149.

OTLET, Paul. [1916] The Organisation of the Society of Nations. In: RAYWARD, W. Boyd (Org.). *International Organisation and Dissemination of Knowledge: Selected Essays of Paul Otlet*. Amsterdam: Elsevier, 1990. p. 136-147.

OTLET, Paul. *Les problèmes internationaux et la guerre: tableau des conditions et solutions nouvelles de l'économie, du droit et de la politique*. Genève; Paris: Librairie Kundig; Rousseau et Cie, 1916.

OTLET, Paul. [1903] The Science of Bibliography and Documentation. In: RAYWARD, W. Boyd (Org.). *International Organisation and Dissemination of Knowledge: Selected Essays of Paul Otlet*. Amsterdam: Elsevier, 1990. p. 71-86.

OTLET, Paul. *La Société des Nations et l'Union des Associations internationales*. Bruxelles: Union des associations internationales; Palais mondial, 1923. (Publication UAI 107).

OTLET, Paul. [1891/1892] Something about Bibliography. In: RAYWARD, W. Boyd (Org.). *International Organisation and Dissemination of Knowledge: Selected Essays of Paul Otlet*. Amsterdam: Elsevier, 1990. p. 11-24.

OTLET, Paul. *Traité de documentation: le livre sur le livre*. Bruxelles: Éditiones Mundaneum, 1934.

OTLET, Paul. [1918] Transformations in the Bibliographical Apparatus of the Sciences: Repertory – Classification – Office of Documentation. In: RAYWARD, W. Boyd (Org.). *International Organisation and Dissemination of Knowledge: Selected Essays of Paul Otlet*. Amsterdam: Elsevier, 1990. p. 148-156.

OTLET, Paul. [1914] A World Charter: Designed for the Confederation of States of the World, to be Effective at the Conclusion of the European War, upon Ratification by a Majority of the Great Powers. From “La Fin de la Guerre”, 1914. *The Advocate of Peace*, Washington, v. 79, n. 2, February 1917, p. 44-48.

OTLET, Paul; LA FONTAINE, Henri. [1914] The Union of International Associations: a World Centre. In: RAYWARD, W. Boyd (Org.). *International Organisation and Dissemination of Knowledge: Selected Essays of Paul Otlet*. Amsterdam: Elsevier, 1990. p. 112-129.

OTLET, Paul; LA FONTAINE, Henri. [1920] On the organisation of intellectual work within the League of Nations: report and resolution presented by the UIA. In: RAYWARD, W. Boyd (Org.). *International Organisation and Dissemination of Knowledge: Selected Essays of Paul Otlet*. Amsterdam: Elsevier, 1990. p. 157-172.

PAUL OTLET, fondateur du Mundaneum (1868-1944): Architecte du savoir, artisan de paix. Bruxelles: Les Impressions Nouvelles, 2010.

PEACE TREATY OF VERSAILLES. [1919] Articles 1 - 30 and Annex. The Covenant of the League of Nations. Disponível em: <<http://net.lib.byu.edu/~rdh7/wwi/versa/versa1.html>>. Acesso em: 09 mai. 2015.

PIETTE, Valérie. Le projet de création d'une cité mondiale ou l'utopie pacifiste faite de briques. In: CENT ANS de l'Office international de bibliographie, 1895-1995: les prémisses du Mundaneum. Mons: Éditions du Mundaneum, 1995. p. 271-301.

PISTONE, Sérgio. Relações internacionais. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 1089-1099.

POHLE, Julia; CAILLOT, Marie. *International Institute of Intellectual Co-operation*. 2011. Disponível em: <<http://atom.archives.unesco.org/international-institute-of-intellectual-co-operation>>. Acesso em: 04 jun. 2015.

PROTEU. In: ENCYCLOPAEDIA Britannica Online. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/480043/Proteus>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

RASMUSSEN, Anne. *L'Internationale scientifique, '1890-1914'*. 1995. 2 v. Tese (Thèse de doctorat d'histoire)-École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, Paris, 1995.

RAYWARD, W. Boyd. Ante la traducción del libro de W. Boyd REYWARD The Universe of Information. (Traducción y adaptación Pilar Arnau y Félix Sagredo). *Documentación de las Ciencias de la Información*, Madrid, n. 16, p.107-113, 1993.

RAYWARD, W. Boyd. The Case of Paul Otlet, Pioneer of Information Science, Internationalist, Visionary: Reflection On Biography. *Journal of Librarianship and Information Science*, v. 23, p. 135-145, set. 1991.

RAYWARD, W. Boyd. The history and historiography of Information Science: some reflections. *Information Processing & Management*, Oxford; New York, v. 32, n. 1, p. 3-17, Jan. 1996.

RAYWARD, W. Boyd. The International Exposition and the World Documentation Congress, Paris 1937. *Library Quarterly*, Chicago, v. 53, n. 3, p. 254-268, jul. 1983.

RAYWARD, W. Boyd. Introduction. In: RAYWARD, W. Boyd (Ed.). *European modernism and the information society: informing the present, understanding the past*. Aldershot: Ashgate, 2008, p. 1-25.

RAYWARD, W. Boyd. Introduction. In: RAYWARD, W. Boyd (Org.). *International Organisation and Dissemination of Knowledge: Selected Essays of Paul Otlet*. Amsterdam: Elsevier, 1990a. p. 01-10.

RAYWARD, W. Boyd. Introduction: International Exhibitions, Paul Otlet, Henri La Fontaine and the Paradox of the Belle Époque. In: RAYWARD, W. Boyd (Ed.). *Information Beyond Borders: International Cultural and Intellectual Exchange in the Belle Époque*. Aldershot: Ashgate, 2014. p. 1-22. Disponível em: <<http://www.ashgate.com/pdf/SamplePages/Information-Beyond-Borders-Intro.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

RAYWARD, W. Boyd. Knowledge organisation and a new world polity: the rise and fall and rise of the ideas of Paul Otlet. *Transnational Associations/Associations Transnationales*, Bruxelles, n. 1-2, p. 4-15, 2003.

RAYWARD, W. Boyd. Library and Information Science: An Historical Perspective. *Journal of Library History*, Tallahassee, v. 20, n. 2, p. 120-136, Spring 1985.

RAYWARD, W. Boyd. *Mundaneum: Archives of Knowledge*. Urbana-Champaign, EUA: Graduate School of Library and Information Science, 2010a. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2142/15431>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

RAYWARD, W. Boyd. The Origins of Information Science and the International Institute of Bibliography / International Federation for Information and Documentation (FID). *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 48, n. 4, p. 289-300, 1997.

RAYWARD, W. Boyd. Paul Otlet: a centennial tribute. *International Associations*, Brussels, ano 20, n. 11, p. 55-58, 1968.

RAYWARD, Warden Boyd. Paul Otlet, an encounter. *Cahiers de la documentation – Bladen voor documentatie*, Bruxelles, n. 2, juin 2012. p. 71-73.

RAYWARD, Warden Boyd. Paul Otlet. Encyclopédiste, Internationaliste, Belge. In: PAUL OTLET, fondateur du Mundaneum (1868-1944): Architecte du savoir, artisan de paix. Bruxelles: Les Impressions Nouvelles, 2010b. p. 15-50.

RAYWARD, W. Boyd. Preface. In: RAYWARD, W. Boyd (Org.). *International Organisation and Dissemination of Knowledge: Selected Essays of Paul Otlet*. Amsterdam: Elsevier, 1990b. p. ix-xi.

RAYWARD, W. Boyd. Some Schemes for Restructuring and Mobilising Information in Documents: A Historical Perspective. *Information Processing & Management*, Oxford; New York, v. 30, n. 2, p. 163-175, 1994a.

RAYWARD, W. Boyd. The UDC and FID – A Historical Perspective. *The Library Quarterly*, Chicago, v. 37, n. 3, p. 259-278, July 1967.

RAYWARD, W. Boyd. *The Universe of Information: The Work of Paul Otlet for Documentation and International Organisation*. Moscow: VINITI, 1975.

RAYWARD, W. Boyd. Visions of Xanadu: Paul Otlet (1868-1944) and hypertext. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 45, n. 4, p. 235-250, 1994b.

RAYWARD, W. Boyd. When and Why Is a Pioneer: History and Heritage in Library and Information Science. *Library Trends*, Urbana, v. 52, n. 4, p. 671-682, Spring 2004.

RAYWARD, W. Boyd (Org.). *International Organisation and Dissemination of Knowledge: Selected Essays of Paul Otlet*. Amsterdam: Elsevier, 1990c.

RICUPERATI, Giuseppe. Cosmopolitismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 293-301.

RIEUSSET-LEMARIÉ, Isabelle. P. Otlet's Mundaneum and the International Perspective in the History of Documentation and Information Science. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 48, n. 4, p. 301-309, abr. 1997.

SAGREDO FERNÁNDEZ, Félix. La Documentación y el nacimiento de las Naciones Unidas. *Scire: Representación y Organización del Conocimiento*, Zaragoza, v. 10, n. 1, p. 21-30, 2004.

SAGREDO FERNÁNDEZ, Félix; IZQUIERDO ARROYO, José María. *Concepción lógico-lingüística de la Documentación*. Madrid: IBERCOM, 1983.

SALDANHA, Gustavo Silva. O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 65-88, jan./jun. 2013.

SALDANHA, Gustavo Silva. *Uma filosofia da Ciência da Informação: organização dos saberes, linguagem e transgramáticas*. 2012. 439 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)–Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Faculdade e Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SALVADOR BRUNA, Javier. Recepción de la obra otletiana en España a través del análisis cualitativo de citas. *Documentación de las Ciencias de la Información*, Madrid, n. 29, p. 25-56, 2006.

SANDER, Susana. La sociedad del conocimiento en Paul Otlet: un proyecto comteano. *Investigación Bibliotecológica*, México D.F., v. 16, n. 32, p. 26-40, 2002.

SANDER, Susana. . *La teoría del documento en Paul Otlet*. 2004. 2v. Tese (Doctorado en Ciencias de La Información)–Departamento de Biblioteconomía y Documentación, Facultad de Ciencias de La Información, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2004.

SANTOS, Paola De Marco Lopes dos. *O ponto de inflexão Otlet: uma visão sobre as origens da Documentação e o processo de construção do Princípio Monográfico*. 2006. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCHROEDER-GUDEHUS, Brigitte. [1978] *Les scientifiques et la paix: la communauté scientifique internationale au cours des années 20*. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 2014.

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das Organizações Internacionais*. 5 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SHARP, Alan. The Paris Peace Conference and its Consequences. In: DANIEL, Ute et al. *1914-1918-online*. International Encyclopedia of the First World War. Berlin: Freie Universität Berlin, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15463/ie1418.10149>>. Acesso em: 08 mai. 2015.

SOUTOU, Georges-Henri. Was there a European Order in the Twentieth Century? From the Concert of Europe to the End of the Cold War. *Contemporary European History*, Cambridge, v. 9, n. 3, p. 329-353, Nov. 2000.

STEFFENS, Sven. Le Palais mondial: grandeur et misère d'une entreprise idéaliste. In: CENT ANS de l'Office international de bibliographie, 1895-1995: les prémisses du Mundaneum. Mons: Éditions du Mundaneum, 1995. p. 239-269.

STEWART, Janet. Sociology, culture and energy: the case of Wilhelm Ostwald's 'Sociological Energetics' – a translation and exposition of a classic text. *Cultural Sociology*, Los Angeles, v. 8, n. 3, p. 333-350, 2014.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M; et al. Otlet, o criador de estruturas informacionais pela paz mundial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2002, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Associação dos Bibliotecários do Ceará, 2002. p. 1-5.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. [M.]; SMIT, Johanna W. Ciência da Informação: pensamento informacional e integração disciplinar. *Brazilian Journal of Information Science*, Marília, v. 1, n.1, p. 33-57, jan./jun. 2007.

THOMAS, Chris. Fourteen Points. In: DANIEL, Ute et al. *1914-1918-online*. International Encyclopedia of the First World War. Berlin: Freie Universität Berlin, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15463/ie1418.10085>>. Acesso em: 09 mai. 2015.

THYSSENS, Jeffrey. Henri La Fontaine et l'idée de la paix internationale. In: CENT ANS de l'Office international de bibliographie, 1895-1995: les prémisses du Mundaneum. Mons: Éditions du Mundaneum, 1995. p. 83-111.

UNION DES ASSOCIATIONS INTERNATIONALES. *Centre International*. Conceptions et Programme de l'Internationalisme. Organismes Internationaux et Union des Associations Internationales. Établissements scientifiques installés au Palais mondial. Bruxelles: Union des associations internationales, 1921. (Publication UAI 98)

VAN ACKER, Wouter. English Summary. In: _____. *Universalism as utopia: a historical study of the schemes and schemas of Paul Otlet (1868-1944)*. 2011. 768 f. Thesis (Doctor of Philosophy)–Department of Architecture and Urban Planning, University of Ghent, Ghent, Bélgica, 2011a. p. 19-23. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/276235522_Universalism_as_Utopia_a_Historical_Study_of_the_Schemes_and_Schemas_of_Paul_Otlet_%281868-1944%29>. Acesso em: 28 jul. 2015.

VAN ACKER, Wouter. Hubris or Utopia? Megalomania and imagination in the work of Paul Otlet. *Cahiers de la documentation/Bladen voor documentatie*, Bruxelles, v. 2, jun. 2012. p. 58-66.

VAN ACKER, Wouter. Internationalist utopias of visual education: the graphic and scenographic transformation of the universal encyclopaedia in the work of Paul Otlet, Patrick Geddes, and Otto Neurath. *Perspectives on Science*, Chicago, v. 19, n. 1, p. 32-80, Spring 2011b.

VAN ACKER, Wouter. Universalism as Utopia. In: SCHINDLER, Susanne; SOWA, Axel; WILSON, Ariane (Eds.). *Constructing Knowledge – Das Wissen der Architektur*: Conference Proceedings. Aachen, Alemanha: RWTH Aachen University, 2009. p. 86-95.

VAN DEN HEUVEL, Charles. Building society, constructing knowledge, weaving the web: Otlet's visualizations of global information society and his concept of a universal civilization. In: RAYWARD, W. Boyd (Ed.). *European modernism and the information society: informing the present, understanding the past*. Aldershot: Ashgate, 2008. p. 127-153.

VAN DEN HEUVEL, Charles. Web 2.0 and the Semantic Web in Research from a Historical Perspective: The designs of Paul Otlet (1868-1944) for telecommunication and machine readable documentation to organize research and society. *Knowledge Organisation*, Würzburg, v. 36, n. 4, p. 214-226, 2009.

VAN DEN HEUVEL, Charles; RAYWARD, W. Boyd. Facing Interfaces: Paul Otlet's visualizations of data integration. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, New York, v. 62, n. 12, p. 2313-2326, 2011.

VAN DEN HEUVEL, Charles; SMIRAGLIA, Richard. Concepts as Particles: Metaphors for the Universe of Knowledge. In: GNOLI, C.; MAZZOCCHI, F (Eds.). *11th International ISKO Conference: Paradigms and conceptual systems in knowledge organization*, 2010, Rome, Italy. Würzburg: Ergon Verlag, 2010. v. 12. p. 50-56.

VERBRUGGEN, Christophe; VAN ACKER, Wouter; LAQUA, Daniel. Rencontres intellectuelles et changement social. Henri La Fontaine et la Belle Époque. In: GILLEN, Jacques (Coord.). *Henri La Fontaine, Prix Nobel de la Paix en 1913: Un Belge épris de justice*. Bruxelles: Mundaneum; Éditions Racine, 2012. p. 21-33.

VOSSOUGHIAN, Nader. The Language of the World Museum: Otto Neurath, Paul Otlet, Le Corbusier. *Transnational Associations/Associations transnationales*, Bruxelles, v. 1-2, p. 82-93, 2003.

WOLEDGE, G. 'Bibliography' and 'Documentation': Words and Ideas. *Journal of Documentation*, London, v. 39, n. 4, p. 266-279, Dec. 1983.